

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL
MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL

MARCIA DOMÊNICA CUNICO

A PERCEPÇÃO DE RISCOS OCUPACIONAIS PELOS FUMICULTORES DAS
COMUNIDADES DE ITAÍBA (MARMELEIRO - PR) E VOLTA GRANDE (IRATI - PR)

DISSERTAÇÃO

PATO BRANCO
2013

MARCIA DOMÊNICA CUNICO

**A PERCEPÇÃO DE RISCOS OCUPACIONAIS PELOS FUMICULTORES DAS
COMUNIDADES DE ITAÍBA (MARMELEIRO - PR) E VOLTA GRANDE (IRATI - PR)**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Desenvolvimento Regional, do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Tecnológica Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Miguel Ângelo Perondi
Co-orientador: Dr. Letícia Trindade

PATO BRANCO
2013

Catálogo na Fonte por Elda Lopes Lira CRB9/1295

C972p Cunico, Márcia Domênica

A Percepção de riscos ocupacionais pelos fumicultores das comunidades de Itaíba (Marmeleiro / PR) e Volta Grande (Iratí / PR) / Márcia Domênica Cunico – 2013.

116f. : il. ; 30 cm.

Orientador: Miguel Ângelo Perondi

Coorientador: Letícia Trindade

Dissertação (Mestrado) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional. Pato Branco / PR, 2013.

Bibliografia: f. 106 -112

1. Saúde do trabalhador. 2. Percepção. 3. Riscos ocupacionais. 4. Tabaco. I. Perondi, Miguel Ângelo, orient. II. Trindade, Letícia, coorient. III. Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional. IV. Título.

CDD(22. ed.) 330



TERMO DE APROVAÇÃO Nº 35

Título da Dissertação

**A Percepção de Riscos Ocupacionais pelos Fumicultores das Comunidades de Itaíba
(Marmeleiro – PR) e Volta Grande (Irati – PR)**

Autora

Marcia Domenica Cunico

Esta dissertação foi apresentada às 15 horas do dia 28 de maio de 2013, como requisito parcial para a obtenção do título de MESTRE EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL – Linha de Pesquisa Regionalidade e Desenvolvimento – no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Tecnológica Federal do Paraná. A autora foi arguida pela Banca Examinadora abaixo assinada, a qual, após deliberação, considerou o trabalho aprovado.

Prof. Dr. Miguel Angelo Perondi – UTFPR
Orientador

Prof.^a Dra. Hieda Maria Pagliosa Corona – UTFPR
Examinadora

Dra. Norma Kiyota – IAPAR
Examinadora

Prof.^a Dra. Letícia de Lima Trindade – UDESC
Examinadora

Visto da Coordenação

Prof.^a Dra. Maria de Lourdes Bernartt
Coordenadora Substituta do PPGDR

O Termo de Aprovação assinado encontra-se na Coordenação do PPGDR

Dedicatória:

A Deus

Presente nos momentos mais difíceis...

Aos meus pais

Zélide Izabel Negri

Sedi Luiz Cunico

Pelo exemplo e amor...

Agradecimentos:

Ao meu orientador prof. Dr. Miguel Ângelo Perondi pelo conhecimento, incentivo e compreensão.

A minha co-orientadora prof. Dr. Leticia Trindade pela dedicação, apoio e amizade constante.

A toda minha família que amo muito, pelo incentivo, carinho e amor;

Ao meu namorado Aldrovandi pelo amor e apoio nos momentos mais difíceis;

Aos meus irmãos Leandro e Moises pela preocupação e incentivo;

A Irmã Antônia Cavalini pela compreensão, carinho e amizade durante os períodos de afastamento do trabalho para a pesquisa.

A minha amiga Fernanda pela amizade e incentivo;

Aos professores da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – Ufpr – campus de Pato Branco do Programa de Pós graduação em Desenvolvimento Regional pela compreensão e conhecimento;

Aos servidores da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – Ufpr – campus de Pato Branco;

As comunidades de Itaíba e Volta Grande pela participação na pesquisa, receptividade e simpatia com que me receberam em suas casas.

A todos os trabalhadores rurais, que demonstram a cada dia sua capacidade de superação frente a tantas dificuldades em sua atividade laboral.

Epígrafe:

“Todas as vitórias ocultam uma abdicação.”
Simone de Beauvoir

RESUMO

CUNICO. Marcia Domênica. A percepção de riscos ocupacionais pelos fumicultores das comunidades de Itaíba (Marmeleiro – PR) e Volta Grande (Iratí – PR). 2013. 120f. Dissertação. (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Pato Branco, 2013.

Este estudo busca conhecer a percepção dos riscos ocupacionais pelos fumicultores das comunidades de Itaíba (Marmeleiro) e Volta Grande (Iratí), visto que, o processo saúde-doença do trabalhador pode ser afetado pelos riscos a que está exposto, estes por vezes decorrentes de seu ambiente laboral. De acordo com a Norma Regulamentadora nº 9 do Ministério do Trabalho e Emprego os riscos ocupacionais afetam a saúde do trabalhador, expondo-o a acidentes de trabalho e ao adoecimento. O objeto deste estudo é o fumicultor, que neste estudo foi percebido como um trabalhador rural diferenciado no contexto da agricultura familiar brasileira por se encontrar numa relação de total dependência com a Indústria do Tabaco, além da vulnerabilidade social e econômica desses agricultores frente ao cenário mundial de políticas que visam reduzir a demanda por tabaco enquanto o Brasil permanece como líder mundial em exportação e o segundo maior produtor de tabaco. Para compreender o contexto da percepção do fumicultor sobre os riscos relacionados ao seu trabalho se optou pela pesquisa descritiva com abordagem qualitativa. Assim a presente pesquisa procurou descobrir quais riscos são percebidos pelos fumicultores nos diferentes sistemas produtivos de tabaco tipo Burley e Virgínea. Ao analisar os discursos dos agricultores constatou-se que o risco é percebido, porém nem sempre relacionado ao trabalho. Os fatos são relatados de forma isolada, sem a reflexão sobre a sua origem e causalidade, os riscos e sintomas são geralmente atribuídos a tarefas isoladas do seu cotidiano ou a fatores biológicos. Os agricultores demonstraram maior percepção do risco relacionado ao uso de agrotóxico e foram relatados sintomas relacionados a intoxicação por nicotina. Os riscos físicos, ergonômicos, mecânicos, biológicos e de organização do trabalho são também relatados, porém, nem sempre percebidos e correlacionados ao trabalho. A falta de ações de saúde e notificações relacionadas às intoxicações relatadas é percebida nos discursos e demonstram a necessidade de uma atenção à saúde dos fumicultores que, devido as suas especificidades de condições de vida, dispersão e heterogeneidade, requerem ações de fiscalização das condições e do ambiente de trabalho e a vigilância em saúde.

Palavras chaves: saúde do trabalhador, percepção, riscos ocupacionais, tabaco.

ABSTRACT

Cunico. Marcia Domênica. The perception of occupational risks for tobacco growers from communities of Itaíba (Marmeleiro - PR) and Volta Grande (Irati - PR). In 2013. 110f. Dissertation. (Master of Regional Development) - Graduate Program in Regional Development, Federal Technological University of Paraná. Pato Branco, 2013.

This study aims to understand the perception of occupational risks for tobacco farmers from the communities of Itaíba (Marmeleiro) and Volta Grande (Irati), since the disease process can be affected by the risks they are exposed to, sometimes it increases due to their work environment. According to the law of the Ministry of Labour and Employment the occupational risks hazards the health of the workers, exposing them to occupational accidents and illnesses. The object of this study is the tobacco producer that in this paper was known as an agricultural worker differentiated in the context of family farming because he is considered in a total independency on the Tobacco Industry, besides that, he is also social and economic vulnerable to the world stage policies which aims reducing the demanding for tobacco while Brazil remains on the top of the world leaders in exportation and the second largest tobacco producer. To understand the context of the perception of tobacco farmers on the risks related to their work was chosen by descriptive qualitative approaching. So the present study sought to find out which risks are perceived by growers in different production systems like Burley and virginea. After analyzing the questionnaire of the farmers was realized that the risk is perceived, but not always related to work. The facts are reported in an isolated way, without giving special attention to its origin and causes, the risks and symptoms are usually attributed to isolated tasks of everyday life or biological factors. Farmers showed a higher perception of risk related to the use of pesticides and was diagnosed symptoms related to nicotine poisoning. Physical hazards, ergonomic, mechanical, biological and organizational of work are also reported, however, not always perceived and related to work. The lack of health actions and notifications related to poisoning is perceived in discourse and demonstrate the need for health care to producers that because of their specific living conditions, dispersion and heterogeneity require enforcement actions and conditions work environment and health surveillance.

Keywords: workers' occupational health, perception, occupational risks, tobacco.

LISTA DE TABELAS

TABELA 01 – BALANÇO PRODUTIVO DA FUMICULTURA MUNDIAL NA SAFRA 2008/2009	64
TABELA 02 – BALANÇO PRODUTIVO DA FUMICULTURA BRASILEIRA NA SAFRA 2009/2010	64
TABELA 03 – AS REGIÕES DE MAIOR NÚMERO DE PRODUTORES DE TABACO DO BRASIL NA SAFRA 2010/2011	64
TABELA 04 – INDIVÍDUOS ENTREVISTADOS SEGUNDO GÊNERO E FAIXA ETÁRIA EM ANOS DA COMUNIDADE DE ITAIBA	83
TABELA 05 – INDIVÍDUOS ENTREVISTADOS SEGUNDO GÊNERO E FAIXA ETÁRIA EM ANOS DA COMUNIDADE DE VOLTA GRANDE	91

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 01 – MUNICIPIO DE MARMELEIRO/PARANÁ	23
FIGURA 02 – MUNICIPIO DE IRATI/PARANÁ	24
FIGURA 03 – PRINCIPAIS MESORREGIÕES PRODUTORAS DE FUMO NO BRASIL EM 2005	65
FIGURA 04 – REGIÃO SUL – MUNICÍPIOS PRODUTORES DE FUMO EM FOLHA EM 2005	66
FIGURA 05 – CONCENTRAÇÃO DE PRODUÇÃO DE TABACO EM TONELADAS	67
FIGURA 06 – CICLO VEGETATIVO DA CULTURA DO FUMO	71

LISTA DE QUADROS

QUADRO 01 – RISCOS AMBIENTAIS RELACIONADOS AO TRABALHO	47
QUADRO 02 – FATORES DE RISCO E POSSÍVEIS AGRAVOS OU DANOS PARA A SAÚDE DO TRABALHADOR RELACIONADOS AO TRABALHO RURAL	48
QUADRO 03 – ADUBOS QUÍMICOS E SEUS RISCOS À SAÚDE	73
QUADRO 04 – TIPOS DE AGROTÓXICOS E PRAGAS QUE CONTROLAM	74
QUADRO 05 – ASPECTOS DA DOENÇA DA FOLHA VERDE DO TABACO	76
QUADRO 06 – CLASSIFICAÇÃO DE RISCOS OCUPACIONAIS IDENTIFICADOS – PERCEPÇÃO DE RISCO – ITAÍBA/MARMELEIRO	88
QUADRO 07 – SINAIS E SINTOMAS IDENTIFICADOS NOS DISCURSOS RELACIONADOS AOS AGRAVOS À SAÚDE DECORRENTES DOS RISCOS OCUPACIONAIS NA FUMICULTURA – ITAÍBA/MARMELEIRO	90
QUADRO 08 – CLASSIFICAÇÃO DOS RISCOS OCUPACIONAIS IDENTIFICADOS – PERCEPÇÃO DE RISCO – VOLTA GRANDE/IRATÍ	96
QUADRO 09 – SINAIS E SINTOMAS IDENTIFICADOS NOS DISCURSOS RELACIONADOS AOS AGRAVOS A SAÚDE DECORRENTES DOS RISCOS OCUPACIONAIS NA FUMICULTURA – VOLTA GRANDE/IRATÍ	98

LISTA DE SIGLAS

AFUBRA - Associação dos Fumicultores do Brasil
AS - Aspectos Sociais
CMMAD - Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento
CNCT - Comissão Nacional para o Controle do Uso do Tabaco
CONINQ - Comissão Nacional para Implementação da Convenção-Quadro
COP - Conferência das Partes
CQCT - Convenção Quadro para o Controle do Tabaco
DESER - Departamento de Estudos Sócio Econômicos Rurais
EPIs - Equipamentos de Proteção Individual
ESF - Estratégia Saúde da Família
FAO - Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação
ha – hectare
HRA - Health Risk Appraisal - Risco Individual
IAPAR – Instituto Agrônômico do Paraná
IBGE -- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH - Índice de Desenvolvimento Humano
IDH-M - Índice Municipal de Desenvolvimento Humano
INCA - Instituto Nacional de Câncer
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário
MTE - Ministério do Trabalho e Emprego
NR-31 - Norma Regulamentadora 31
OMS - Organização Mundial da Saúde
ONU - Organização das Nações Unidas
PIB - Produto Interno Bruto
RA - Risk Approach - Abordagem de risco
RA/M - Risk Analysis/Assessment/Management - Análise de risco
SINDIFUMO - Sindicato das Indústrias do Fumo
SUS – Sistema Único de Saúde

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	16
2	METODOLOGIA.....	21
2.1	CARACTERÍSTICAS DO ESTUDO.....	21
2.2	CENÁRIO E SUJEITOS DA PESQUISA.....	22
2.2.1	COMUNIDADE ITAÍBA – MARMELEIRO – PR.....	22
2.2.2	COMUNIDADE VOLTA GRANDE – IRATÍ - PR.....	24
2.3	INSTRUMENTOS E COLETA DOS DADOS.....	25
2.4	ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS.....	25
2.5	ASPECTOS ÉTICOS.....	27
3	O TRABALHO.....	29
3.1	SAÚDE DO TRABALHADOR.....	31
3.1.1	Histórico.....	31
3.1.2	Atividade Laboral e a Fumicultura.....	33
3.1.3	Legislação.....	35
4	CONCEPÇÕES SOBRE O RISCO.....	38
4.1	A SOCIEDADE MODERNA.....	39
4.2	CONSTRUÇÃO DO RISCO.....	42
4.3	O RISCO OCUPACIONAL.....	45
4.4	A PERCEPÇÃO DO RISCO.....	51
5	CONDIÇÕES DE TRABALHO NA AGRICULTURA.....	55
6	O RISCO DA FUMICULTURA.....	62
6.1	O CONTEXTO DA FUMICULTURA.....	62
6.2	CICLO PRODUTIVO NA FUMICULTURA.....	67
6.3	A FUMICULTURA E O RISCO À SAÚDE DO TRABALHADOR.....	71
6.4	A CONVENÇÃO QUADRO.....	77
6.5	IMPACTOS DA FUMICULTURA NO DESENVOLVIMENTO HUMANO.....	78
7	ESTUDO DAS COMUNIDADES.....	83
7.1	COMUNIDADE ITAÍBA – MARMELEIRO – PR.....	83
7.2	COMUNIDADE VOLTA GRANDE – IRATÍ - PR.....	91
7.3	COMPARAÇÃO ENTRE OS RISCOS.....	100

8	CONSIDERAÇÕES FINAIS	103
	REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS	106
	APÊNDICES	113

1 INTRODUÇÃO

A Saúde do Trabalhador tem como objeto o processo saúde-doença dos trabalhadores dos diversos grupos populacionais em sua relação com o trabalho. Para Mendes e Dias (1999) este campo proporciona o desenvolvimento de alternativas de intervenção com o enfoque da “dimensão humana do trabalho” pelos próprios trabalhadores. Buscando assim, estabelecer causas de agravos a sua saúde, reconhecimento de determinantes, estimação de riscos e o conhecimento dos modos de prevenção e promoção da saúde.

A Lei Orgânica da Saúde (Lei Federal 8.080/1990) do Sistema Único de Saúde (SUS) define que “a saúde tem como determinantes e condicionantes, entre outros, a alimentação, a moradia, o saneamento básico, o meio ambiente, o **trabalho**, a renda, a educação, o transporte, o lazer e o acesso a bens e serviços essenciais” e finaliza afirmando que os níveis de saúde refletem como a sociedade e a economia de um país se organiza. (BRASIL, 1990)

Nessa análise, a Saúde dos Trabalhadores é influenciada por fatores sociais, econômicos, tecnológicos e organizacionais relacionados ao perfil de produção e consumo, além de fatores de risco de natureza física, química, biológica, mecânica e ergonômica, os quais estão presentes no processo de trabalho (MENDES, 2007).

Desse modo, a Saúde do Trabalhador se preocupa em compreender as relações entre o trabalho, o ambiente de trabalho e as condições de saúde e adoecimento dos trabalhadores.

Neste contexto, o processo saúde-doença do trabalhador pode ser afetado pelos riscos a que está exposto decorrentes de seu ambiente laboral. De acordo com a Norma Regulamentadora nº 9 (NR-9) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) os riscos ocupacionais afetam a saúde do trabalhador, expondo-o a acidentes de trabalho e ao adoecimento (BRASIL, 1994).

A Portaria nº. 25 (29/12/1994) do MTE classifica os riscos ocupacionais em: riscos químicos (poeiras, fumos, névoas, neblinas, gases, vapores e substâncias compostas ou produtos químicos em geral); riscos biológicos (vírus, bactérias, protozoários, fungos); riscos físicos (ruídos, vibrações, radiações ionizantes, radiações não ionizantes, frio, pressões anormais, umidade e calor); riscos

ergonômicos e de acidentes (esforço físico intenso, levantamento e transporte manual de peso, exigência de postura inadequada, controle rígido de produtividade, imposição de ritmos excessivos, trabalho em turno e noturno, jornadas de trabalho prolongadas, arranjo físico inadequado, máquinas, equipamentos e ferramentas inadequadas, probabilidade de incêndio ou explosão, entre outras situações causadoras de desgaste físico e/ou psíquico) (BRASIL, 1994).

Considerando a classificação dos riscos ocupacionais, para Heemann (2009), estudos sobre a saúde do agricultor bem como os riscos relacionados são relativamente recentes e o setor agrícola merece uma atenção maior por parte dos pesquisadores para minimizar a exposição e o adoecimento dos trabalhadores dessa área.

O objetivo desta pesquisa é estudar o risco ocupacional da fumicultura, tendo o fumicultor como objeto de estudo, entendido como trabalhador rural, diferenciado no contexto da agricultura familiar. Apesar da agricultura familiar demonstrar-se mercantilizada ainda mantêm certa autonomia, enquanto que o fumicultor uma relação de total dependência com a Indústria do Tabaco (PERONDI, 2008). Para Wanderley (1999) no desenvolvimento do capitalismo dominante o sistema transfere ao agricultor os riscos da empresa e do proprietário do capital.

A fumicultura e sua representatividade nos países em desenvolvimento ganha destaque no setor agrícola. A produção mundial de tabaco demonstrou um declínio com o início, na década de 1970, dos movimentos que denunciavam os efeitos negativos do tabaco. A partir da mobilização social e o reconhecimento da comunidade científica sobre o fator de risco tabagismo como desencadeador de inúmeras doenças, bem como o tabagismo como doença causada pela dependência à nicotina e fator agravante de fome e pobreza no mundo, a 52ª Assembléia Mundial de Saúde, em 1999, propõe a adoção de um Tratado Internacional para o Controle do Tabaco – a Convenção Quadro, segundo Ministério da Saúde (BRASIL, 2011).

Segundo Carvalho (2006) a queda da quantidade produzida de tabaco no mundo foi de aproximadamente 13% (CARVALHO, 2006). Entretanto observa-se que esta queda está relacionada aos países desenvolvidos, nos quais a produção de 2,3 milhões de toneladas em 1976 passou para 1,2 milhões de toneladas em 2000. Nos países ditos em desenvolvimento, a produção que era de 3,2 milhões de toneladas em 1976 aumentou para 6 milhões em 2000 e para 6,88 milhões em 2009,

conforme dados da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO,2003; Deser,2011).

A reflexão dos aspectos de crescimento econômico e social nos países em que a fumicultura tem representatividade na agricultura familiar demonstra uma fragilidade e um elevado fator de risco, mediante o cenário mundial de políticas que visam reduzir a demanda por tabaco. O Brasil hoje é o líder mundial em exportação de tabaco e o segundo produtor mundial, atrás somente da China (USDA, 2010).

No Brasil, dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2005), demonstra que a produção de tabaco se concentra na região Sul, responsável por 97% do total nacional, sendo o estado do Paraná o terceiro maior produtor de tabaco desta região.

O desenvolvimento desta pesquisa se deu neste Estado, que possui um total de 399 municípios, sendo que desses 180 são produtores de tabaco. Estima-se que o número de fumicultores chega a 35 mil, com 164 mil pessoas no meio rural dependendo da atividade (DIÁRIO DO SUDOESTE, 2011).

Mediante o avanço na produção e exportação deste insumo, o Brasil participa da Convenção Quadro para o Controle do Tabaco (CQCT), realizada em maio de 2003 com a participação de 190 países membros da Organização Mundial da Saúde (OMS), a qual propõe a união de esforços dos países membros num conjunto de medidas que detenham a expansão do consumo de tabaco no mundo. Essas medidas visam a proteção das gerações do presente e futuras das devastadoras consequências sanitárias, sociais, ambientais e econômicas geradas não só pelo consumo do tabaco, mas também pela exposição a esse insumo (CQCT, 2003).

Vale ressaltar que o artigo 17 da CQCT (2003) se refere especificamente sobre o apoio a atividades alternativas economicamente viáveis para os trabalhadores e cultivadores, bem como, o artigo 18, sobre a atenção e proteção ao meio ambiente e a saúde dos trabalhadores, no que diz respeito ao cultivo do trabalho.

A ratificação da Convenção-Quadro proposta pelo Instituto Nacional do Câncer (INCA) destaca:

“No que tange a própria produção de tabaco, foi bastante significativo o tema do 13º Seminário de Culturas Alternativas à Cultura do Fumo, realizado em julho de 2003, em Santa Maria, no Rio Grande do Sul (RS),

maior estado produtor de fumo em folha do Brasil: “Fumo: Riqueza ou Pobreza? O fumo alimenta o quê?”. Trata-se de uma das várias iniciativas da sociedade local que traduz o clima de insatisfação que reina entre os fumicultores, no que se refere a sua qualidade de vida, aos riscos para a saúde e para o meio ambiente a que são submetidos, e sobretudo, à situação de extrema dependência e sujeição econômica frente as regras que lhes são impostas pela indústria do tabaco para inseri-los na cadeia produtiva do fumo.” (INCA, 2004, p. 26)

Somando esforços às propostas da Convenção o MTE por meio da Norma Regulamentadora 31 (NR 31) busca controlar os riscos ocupacionais na atividade dos trabalhadores rurais. Autores consideram que na fumicultura se destacam os riscos de acidentes, carga horária de trabalho exaustiva, riscos químicos como intoxicação por agrotóxicos e nicotina, riscos de natureza física como calor excessivo, umidade, fatores causadores de estresse físico e psíquico, bem como riscos biológicos pela exposição a fungos, bactérias presentes nos processos relacionados ao plantio e demais etapas produtivas e acabam por configurar um cenário prejudicial ao trabalhador (FONSECA, 2007; HEEMANN, 2009; OLIVEIRA, 2010).

Em específico no que se refere aos riscos químicos a fumicultura apresenta um diferencial do contexto da agricultura devido ao risco de intoxicação pela nicotina, esta predispõe o trabalhador a doenças ocupacionais, especialmente à doença da folha verde do tabaco. Esta patologia pode afetar os trabalhadores durante o período da safra e é identificada como a síndrome causada pela absorção cutânea da nicotina a partir do contato com a planta do tabaco. Contudo, apesar de comprovações científicas da doença, são escassas ações em saúde pública e ocupacional voltadas aos fumicultores (OLIVEIRA, 2010).

Notificações de intoxicações e ações de promoção à saúde do fumicultor são praticamente inexistentes. Segundo Oliveira (2010) sistema de notificação inadequado e a falta de preparo dos profissionais de saúde para correlacionarem os sintomas e as causas das intoxicações ligadas à fumicultura são fatores que agravam a exposição desses trabalhadores.

O contexto de trabalho extenuante e cercado de riscos à saúde do fumicultor apresenta-se como uma lacuna importante na produção de conhecimentos e nas políticas públicas de saúde do trabalhador e vigilância em saúde.

Desse modo, na lógica da saúde do trabalhador, destaca-se a importância da percepção dos fumicultores em relação aos riscos a sua saúde presentes na atividade laboral cotidiana desses sujeitos. Essa percepção deve nortear as ações

de cuidado à saúde desses trabalhadores e a elaboração de políticas públicas.

As percepções de riscos ocupacionais demonstram a consciência dos trabalhadores sobre os efeitos negativos ou perigos que possam ocorrer. Ressalta-se que a percepção do risco influencia o comportamento e o grau de precaução das ações do trabalhador frente a situações que possam ocasionar lesão e/ou acidentes (FISCHER, 2002, p.1).

Partindo de uma constatação geral de que a intensificação da fumicultura e as formas de cultivo aumentam os riscos à saúde dos trabalhadores e incide em doenças ocupacionais, a presente pesquisa tem a seguinte questão norteadora: **quais são os riscos percebidos pelos trabalhadores rurais das comunidades de Itaíba (Marmeleiro/PR) e Volta Grande (Irati/PR) na atividade de fumicultura?**

A escolha dessas comunidades também se deu pela existência de sistemas de produção diferentes, oportunizando uma maior compreensão sobre os riscos em perspectivas produtivas diferentes de uma mesma cultura. Na comunidade de Itaíba (Marmeleiro/PR) o plantio de tabaco do tipo Burley e em Volta Grande (Irati/PR) o plantio do tabaco do tipo Virginia configuram modos diferentes de manejo e consequentemente exposição do trabalhador a determinados fatores de risco.

Assim, o objetivo deste estudo foi **conhecer a percepção dos riscos ocupacionais dos fumicultores nas comunidades de Itaíba (Marmeleiro) e Volta Grande (Irati).**

Optou-se pela seleção dessas duas localidades dentre os 180 municípios produtores de tabaco do Estado, devido o contato prévio do grupo de pesquisa em Tabaco da UTFPR em outros estudos, bem como pelo acesso e disponibilidade das comunidades em participar da presente pesquisa e a representatividade dos sistemas de produção diferenciados.

Acredita-se que os resultados desse estudo, apresentados a seguir, poderão fomentar o conhecimento sobre a saúde dos fumicultores, bem como, fornecer subsídios teóricos que possam nortear a formulação de estratégias de intervenção no meio rural, sobretudo de políticas e campanhas de educação em saúde que visem à redução/eliminação dos riscos ocupacionais presentes na fumicultura e maior sensibilização da sociedade quanto aos riscos relacionados ao consumo e manejo do tabaco.

2 METODOLOGIA

Este capítulo apresenta o método utilizado nesta pesquisa a fim de contemplar os objetivos propostos para esta investigação. Assim, são apresentadas as características do estudo, cenário e sujeitos da pesquisa, instrumentos e coleta dos dados, análise e interpretação dos dados e os aspectos éticos da pesquisa.

2.1 CARACTERÍSTICAS DO ESTUDO

Para a compreensão do contexto da percepção do fumicultor sobre os riscos relacionados ao seu trabalho optou-se pela pesquisa qualitativa como abordagem para o estudo. A pesquisa qualitativa procura interpretar as realidades sociais, busca a representação desta realidade através do protótipo de uma entrevista em profundidade por meio de textos e uma análise interpretativa (BAUER; GASKELL, 2002).

A pesquisa qualitativa permite uma análise do comportamento humano, utilizando a observação naturalista e não controlada onde os dados são subjetivos e proporcionam o aspecto da perspectiva, orientados ao descobrimento, também são considerados exploratórios descritivos e indutivos (MINAYO; SANCHES, 1993).

Assim, o estudo descritivo com abordagem qualitativa, para Minayo (2010), possibilita o estudo dos significados, percepções e desejos, fenômenos humanos que permitem a compreensão do ser humano em suas relações com o mundo.

Segundo Gil (1999), as pesquisas descritivas objetivam a descrição de determinada população, sendo que o interesse é descobrir e observar fenômenos, procurando descrevê-los e interpretá-los de forma a conhecer sua natureza, sua composição, processos que os constituem ou se realizam. Este conceito é reforçado por Leopardi (2001) onde afirma que, através deste tipo de pesquisa, ocorre uma compreensão do problema na perspectiva dos sujeitos que o vivenciam.

Portanto, percebe-se que as pesquisas descritivas mostram-se apropriadas para o estudo na saúde do trabalhador, onde se pretende compreender a totalidade das interações dos sujeitos que participam do processo saúde-doença em seu ambiente de trabalho.

Assim, esse método permitiu conhecer a realidade do trabalho dos fumicultores nas comunidades em estudo, bem como, a percepção destes trabalhadores sobre sua atividade laboral.

2.2 CENÁRIO E SUJEITOS DA PESQUISA

A pesquisa foi desenvolvida em duas comunidades respectivamente, Itaíba no município de Marmeleiro e Volta Grande no município de Iratí, ambos no estado do Paraná.

Sendo o objetivo deste estudo de conhecer a percepção dos riscos ocupacionais dos fumicultores nas comunidades de Itaíba (Marmeleiro) e Volta Grande (Iratí), buscou-se nestas comunidades, a partir da existência de sistemas de produção diferentes, uma maior compreensão sobre os riscos em perspectivas produtivas diferentes de uma mesma cultura. Na comunidade de Itaíba (Marmeleiro/PR) o plantio de tabaco do tipo Burley e em Volta Grande (Iratí/PR) o plantio do tabaco do tipo Virginia configuram modos diferentes de manejo e consequentemente exposição do trabalhador a determinados fatores de risco.

Os sujeitos da pesquisa foram os fumicultores destas comunidades num total de dezoito participantes.

Participaram da pesquisa dezoito fumicultores, selecionadas a partir do seguinte critério: contato prévio do grupo de pesquisa em Tabaco da UTFPR em outros estudos, acesso e disponibilidade em participar da pesquisa e a representatividade dos sistemas de produção diferenciados.

2.2.1 COMUNIDADE ITAÍBA – MARMELEIRO – PR

A região Sudoeste do Paraná apresenta uma área de 16.975.511 Km², ocupando a margem esquerda do Rio Iguaçu, a partir de Palmas, a leste, até os municípios da fronteira com a Argentina, no extremo oeste, e limitando-se, ao sul, com os municípios do Oeste Catarinense (PERIN, 2001).

Localizado na região Sudoeste do Paraná, o município de Marmeleiro contém 13.909 habitantes e um território de 388 km² (IBGE, 2010). No ano de 1915

a região era habitada por índios, que logo foram substituídos pelos caboclos e colonos europeus. Após 1940, deu-se um grande fluxo de migrantes para o povoado, na maioria vinda do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e arredores, motivados pela necessidade de terra, na tentativa de obter riqueza e de progredir, construindo o município de Marmeleiro (figura 1).

Conforme dados do IAPAR, o clima do município é subtropical úmido mesotérmico, com verões quentes e geadas pouco frequentes com tendência de concentração das chuvas nos meses de verão, e não possui estação seca definida. Dentre as principais atividades agrícolas encontramos o cultivo de grãos, tabaco e a atividade leiteira. No município são produzidas 395 toneladas de tabaco em folha em 225 há, rendendo 1.755 kg/ha, o que consiste numa receita total de 2.173 mil reais aos agricultores. (IBGE, 2010).

Esta comunidade constitui-se de um assentamento coletivo e involuntário dos atingidos pela barragem da Usina Hidrelétrica de Itá, contém 32 famílias dos municípios de Itá – SC e Aratiba – RS (por isso o nome ITAIBA) e estabelecidos entre 1987 e 1988 (Viana, 2003).

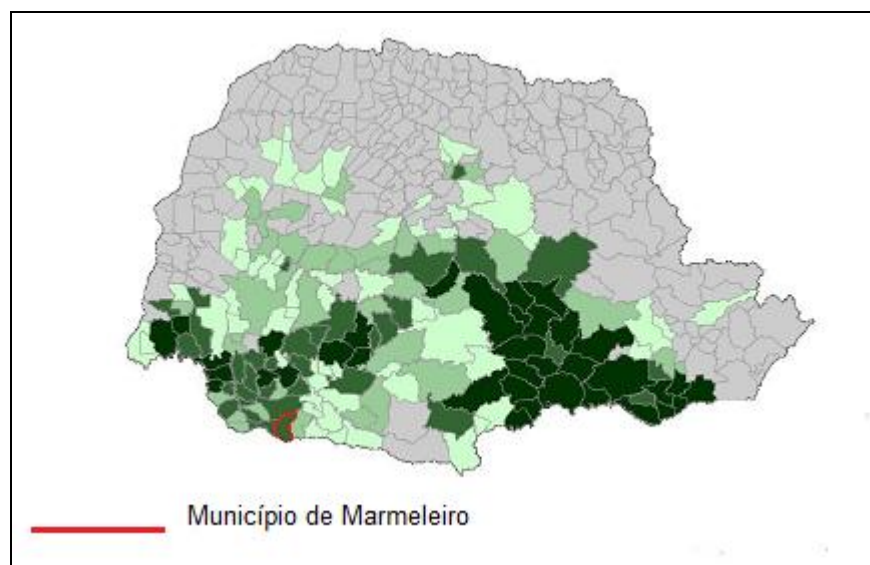


Figura 1 – Município de Marmeleiro – Paraná
Fonte: IBGE (2010 adaptação nossa)

Nesta comunidade vivem 44 famílias, sendo que, 29 famílias trabalham com cultivo do tabaco e produção do leite, também denominados como “fumicultores”; e

15 famílias trabalham com soja, milho, trigo, frutas e leite sendo denominados como “não fumicultores”.

2.2.2 COMUNIDADE VOLTA GRANDE – IRATÍ - PR

Localizado na região centro-sul do Paraná, o município de Irati, inicialmente foi povoado pelos índios Iraxins ou Iratins, ramo dos Tupis que habitavam o Paraná. A partir de 1890, famílias procedentes de Campo Largo, Assungui de Cima e Lapa fixaram-se e fundaram o povoado de Covalzinho, que se tornaria mais tarde a sede de Irati, nome adotado em 1899. Com uma população de 56.207 habitantes, sendo que a população residente em domicílio urbano é de 79.9,% e em domicílio rural 20.1,% (IBGE, 2010).

A comunidade Volta Grande teve sua Colonização em torno do ano de 1900 e suas principais atividades colonizadoras eram: o extrativismo, a subsistência e a erva mate, o que caracterizava a comunidade como tradicional. Com a entrada da fumicultura nas propriedades perdeu-se esta tradição e logo as fumageiras passaram a fazer parte desse cenário (YAMADA, 2012).

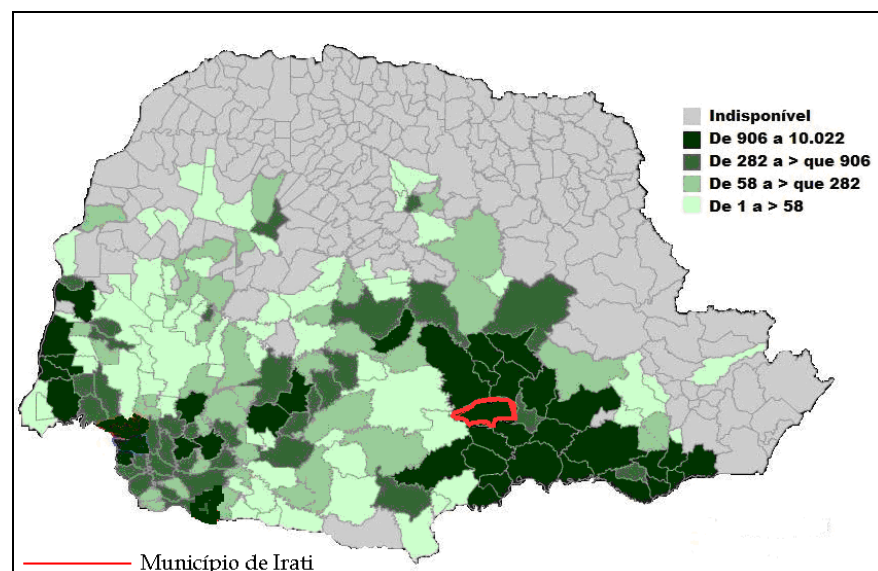


Figura 2 – Município de Irati – Paraná
Fonte: IBGE (2010 adaptação nossa).

Na comunidade de Volta Grande, vivem 41 famílias desenvolvendo diversas atividades, como: leite, tabaco e grãos, além do autoconsumo.

2.3 INSTRUMENTOS E COLETA DOS DADOS

Como instrumentos de coleta de dados para esta pesquisa foram utilizados o questionário semi-estruturado com dados sócio-demográficos e o roteiro para entrevista.

O trabalho de campo iniciou com a observação e reconhecimento da comunidade, nos horários da manhã e tarde, totalizando 32 horas. Neste momento foi identificado e selecionado os possíveis participantes, localizando as propriedades e realizando um contato prévio sobre a possibilidade de participar da entrevista.

A escolha da entrevista semi-estruturada foi feita tendo em vista que converge com a investigação qualitativa, ao permitir um encontro social entre pesquisador e pesquisado, num processo de interação onde o sujeito numa relação de interação, na qual o sujeito tem a possibilidade de discorrer sobre suas vivências (LEOPARDI, 2001).

A fase de coleta de dados teve início após o contato inicial com as comunidades e ocorreu no período de março a agosto de 2012.

As entrevistas foram agendadas ao término do contato prévio com as famílias e os fumicultores, estabelecendo datas e horários de acordo com a rotina em cada propriedade. Todas as entrevistas foram realizadas pela pesquisadora, sendo que todos os participantes da pesquisa optaram pela realização da mesma na propriedade, alguns em sua residência ou no próprio local de trabalho.

No momento de agendar a entrevista, explicava-se a sua finalidade e que seu conteúdo seria relativo às atividades diárias realizadas pelos fumicultores.

2.4 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

O método de análise da percepção dos fumicultores sobre os riscos ocupacionais seguiu a abordagem qualitativa, descritiva e a técnica utilizada para o

levantamento das informações foi de entrevistas semi-estruturadas. Todas as questões encontram-se em anexo 1 e 2.

O estudo procura identificar por meio da análise as diferenças e similaridades nas percepções de risco dos sujeitos da pesquisa, pois a entrevista semi-estruturada foi aplicada em duas comunidades com sistemas de produção diferenciadas. Para Gil (1999, p.34), o método comparativo consiste em realizar “a investigação de indivíduos, classes, fenômenos ou fatos, com vistas a ressaltar as diferenças e similaridades entre eles”.

A primeira etapa da pesquisa de campo (fase exploratória) compreende o reconhecimento inicial da situação local, baseado em observação de características do ambiente, relações sociais, possibilidade de participação na pesquisa dos fumicultores selecionados.

Nesta etapa foi realizada uma entrevista aberta como pré-teste com informantes-chave identificados dentre a população local, com o objetivo de subsidiar a definição de categorias analíticas e necessidade de adaptação da entrevista semi-estruturada.

Após a realização da etapa exploratória da pesquisa foi possível definir as categorias empíricas que seriam adotadas, no processo de coleta de dados. Estas se basearam nas impressões, medos e inquietações apresentados pelos informantes-chave durante as entrevistas realizadas. Proporcionou assim uma abrangência à investigação em que se definiu as seguintes categorias: percepção de riscos ambientais, percepção de riscos a saúde e estratégias defensivas desenvolvidas frente aos riscos ocupacionais.

A partir da definição das categorias empíricas foi possível delinear uma estratégia de ação para a coleta de dados, por meio da realização de entrevistas individuais semi-estruturadas. Foram definidos critérios para a seleção dos informantes-chave: possibilidade de participação na pesquisa; produtividade de tabaco; participação na pesquisa de qualidade de vida já realizada pelo grupo de pesquisa na fumicultura da UTFPR.

Buscou-se como prioridade para entrevista ser trabalhador direto da fumicultura, assim, obteve-se uma amostra de dezoito trabalhadores, sendo oito da comunidade de Itaíba – Marmeleiro e dez da comunidade de Volta Grande – Irati.

Dentre os oito agricultores entrevistados em Itaíba – Marmeleiro, quatro são do sexo feminino e quatro do sexo masculino.

Na comunidade de Volta Grande – Iratí, dentre as dez entrevistas, quatro são do sexo feminino e seis do sexo masculino.

As entrevistas, realizadas individualmente em ambiente reservado, foram gravadas sendo transcritas na íntegra pelo entrevistador. Para a análise se utilizou de trechos das falas dos entrevistados que tinham relação.

Na análise das entrevistas se utilizou categorias de conteúdos a partir da classificação de riscos ocupacionais do MTE, identificando as possíveis recorrências e significados, numa perspectiva interpretativa.

Também, foi entregue para cada agricultor participante do estudo, o Termo de Consentimento Livre Esclarecido - TCLE (Anexo 2), garantindo o anonimato, o caráter sigiloso das informações e o direito de se retirar da pesquisa em qualquer etapa da mesma. O TCLE continha explicação clara e completa sobre os objetivos da pesquisa, a finalidade a que se destinava e os procedimentos utilizados para a coleta de dados, assegurando que o indivíduo receberia esclarecimentos sobre quaisquer dúvidas relativas ao estudo, tendo a liberdade de recusar-se a dar informações ou mesmo de não participar em qualquer momento que desejasse. Esse termo era assinado pelos agricultores participantes da pesquisa e pela pesquisadora, sendo uma via entregue aos primeiros e outra mantida com a pesquisadora.

As entrevistas foram transcritas e digitadas pela mestranda e para preservar o anonimato dos agricultores, seus extratos de falas foram identificados por código composto pela letra “F” (Fumicultor), seguida de números arábicos (F1, F2, F3 ... F18). Os discursos referentes à sequência do F1 ao F8 correspondem às entrevistas realizadas com os indivíduos da comunidade de Itaíba – Marmeleiro e a sequência do F9 ao F18 as entrevistas realizadas na comunidade de Volta Grande – Iratí.

2.5 ASPECTOS ÉTICOS

A fim de assegurar os preceitos éticos, esta pesquisa foi desenvolvida em concordância com a Resolução nº 196/96 do Conselho Nacional de Saúde – Ministério da Saúde, a qual estabelece diretrizes e normas que regem as pesquisas envolvendo Seres Humanos (Brasil, 1996).

Para proteger os participantes da pesquisa, foram respeitados os princípios éticos da beneficência, do respeito à dignidade humana e da justiça (POLIT; BECK, 2011) e utilizado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

3 O TRABALHO

A origem do trabalho é tão antiga quanto à origem do homem, segundo Marx (1979, p.62-5), “a humanidade criou-se a si mesma através do trabalho e que a estrutura do processo de trabalho é em última instância o modelo de toda atividade humana”.

A história do ser humano, enquanto ser social se objetiva através da produção e reprodução criada no processo de produção material na sociedade capitalista (HERÉDIA, 1999).

Portanto, sendo o trabalho o ponto de partida do processo de humanização do ser social, no capitalismo, passa a ser utilizado como forma de degradação do próprio ser humano, no momento em que o despersonaliza e o submete a condições precárias de autonomia e desapropriação. Assim, para Herédia (1999) o trabalho que deveria ser uma fonte de realização do ser humano, reduz-se à condição de subsistência e de desumanização, pois, o transforma em objeto. Essa é a lógica perversa do trabalho na sociedade capitalista.

Nesse momento, para o capital, o homem toma consciência do seu controle sobre os meios de produção. Para Engels (1876) os modos de produção que existiram só procuravam o efeito útil do trabalho em sua forma mais direta e imediata, desconsiderando as consequências remotas, que só surgem mais tarde e cujos efeitos se manifestam unicamente graças a um processo de repetição e acumulação gradual.

Devido aos efeitos percebidos na vida e saúde das pessoas com os impactos da revolução industrial, ocorrida na Europa, e as condições de saúde dos trabalhadores, acidentes, riscos, doenças relacionados à sua atividade laboral levou a um intenso movimento social que culminou com medidas legais de controle das condições e ambientes de trabalho (MENDES, 1995).

A prevenção de tais riscos no trabalho, para Mendes (1995, p. 7) “... inclui num primeiro momento a regulação da idade mínima para o trabalho, a redução da jornada de trabalho e medidas de melhoramento ambiental das fábricas, ampliando medidas de proteção dos trabalhadores”.

Nesse momento começa a construção do conhecimento sobre a patologia do trabalho e a morbidade dos trabalhadores.

Compreendemos que tal preocupação demanda de uma resposta social, mas também da manutenção da força de trabalho necessária para manutenção dos meios de produção.

No Brasil, somente no início deste século foram iniciadas ações de saúde pública à saúde dos trabalhadores, porém, as medidas se restringiram mais a “medidas de higiene”. Tardiamente a revolução industrial surgiu a saúde ocupacional dentro das empresas, mas, ainda com ênfase na higiene industrial. (MENDES, 1995).

Vale ressaltar a relação de trabalho e saúde na óptica da saúde pública, para Mendes (1995), no Brasil:

“No início da vida republicana e na primeira quadra do século XX a posição do Brasil na divisão internacional do trabalho é tipicamente a de economia agroexportadora, fortemente baseada no café. Com os capitais gerados pela exportação do café, inicia-se o primeiro ciclo de industrialização do país, em particular na região Sudeste. Neste contexto, saúde passa a ser uma questão social...” (MENDES, 1995, p.19).

Assim, o Brasil, um país colônia por mais de três séculos, com utilização extensiva de mão de obra escrava até o fim do século XIX, já demonstrava preocupação com a saúde dos trabalhadores, visto que não podia o proprietário da terra abster-se de perder sua força produtiva, o trabalhador escravo. Para Ribeiro (1997 apud Mendes, 1995, p.15):

“os perigos cotidianos a que estavam expostos os escravos nos trabalhos da lavoura e da mineração, atividades que obrigavam a um contínuo lidar com a natureza, impulsionaram o desenvolvimento de uma arte terapêutica capaz de combater certos males que requeriam urgência no tratamento, como era o caso dos envenenamentos de modo geral”(RIBEIRO, 1997 apud MENDES, 1995, p. 15).

Portanto, percebeu-se que o trabalho quando executado sob determinadas condições pode levar ao adoecimento dos trabalhadores, tanto no período escravo quanto no período industrial, onde vários riscos e patologias decorrentes das atividades laborais foram identificados ao longo da história.

O mundo do trabalho, após os anos 70, vivenciou uma nova situação crítica tendo como elemento constitutivo a grande complexidade. Para Antunes (1999) ocorreram modificações intensas que culminaram com consequências de diferentes ordens para a classe trabalhadora e operária. O autor refere-se a um quadro de

crise estrutural do capital, em uma prática de “auto-reprodução ampliada” que para Mészáros (1995 apud Antunes, 1999, p.188), faz surgir, “...o espectro da destruição global, em vez de aceitar as restrições positivas requeridas no interior da produção para a satisfação das necessidades humanas.” O que levaria a um processo de reestruturação do capital com vistas a recuperação do seu ciclo de reprodução, afetando fortemente o mundo do trabalho.

O progresso tecnológico e as intensas pressões competitivas, para Silva (2008) trazem rápidas mudanças nos processos, condições e organização do trabalho. Os instrumentos tradicionais do Estado, na forma de regulamentação e fiscalização, são essenciais, mas insuficientes para tratar os perigos e riscos agravados por essas mudanças.

Os aspectos relacionados ao trabalho impactaram não somente o trabalho urbano, mas também o rural, visto que o movimento de mudança imposto pela industrialização em um país situado em um passado colonial remota a uma agricultura com uma função agrária-exportadora na estratégia do processo de industrialização (CASTRO, 1979).

Surge a preocupação com os problemas de saúde no trabalho agrícola e suas características específicas devido as particularidades do trabalho no campo e os riscos ocupacionais relacionados.

Sendo a fomicultura caracterizada pelo intenso trabalho de agricultores familiares, vale ressaltar aspectos relacionados à saúde do trabalhador e posteriormente ao fomicultor no contexto deste trabalho.

3.1 SAÚDE DO TRABALHADOR

3.1.1 Histórico

O interesse pela saúde dos trabalhadores intensificou-se ao longo dos anos mediante a identificação de condições impróprias de trabalho existentes, as longas, penosas e/ou perigosas jornadas de trabalho e os ambientes inadequados. Assim

surge a percepção dos danos que o trabalho é capaz de produzir a saúde dos indivíduos. Contudo, somente a partir da década de 80, surgiram as primeiras ações de saúde pública voltadas à saúde do trabalhador, com equipes e serviços especializados em estreita integração com o movimento sindical (MENDES; DIAS, 1991; LACAZ, 1997, 2007).

O campo da saúde do trabalhador surgiu no Brasil, nessa década, com o compromisso de mudar o complexo quadro de saúde da população trabalhadora. Suas origens são marcadas por movimentos sociais em resposta às dificuldades encontradas na relação dos trabalhadores com as empresas e/ou Estado. A Saúde do Trabalhador aparece como foco emergente na luta por democracia, cidadania e maior autonomia na organização dos trabalhadores (MINAYO-GOMEZ; THEDIM-COSTA, 1997).

As decisões tomadas por determinada sociedade, através do Estado, para a garantia do trabalho é concebida por Mendes (2007) como políticas públicas no campo da saúde e segurança no trabalho, considerando o trabalho como base da organização social e direito fundamental do ser humano, sendo realizado em condições que contribuam para uma qualidade de vida.

Anteriormente à constituição do campo da Saúde do Trabalhador no Brasil, os estudos que articulavam saúde e trabalho vinculavam-se predominantemente à Medicina do Trabalho e à Saúde Ocupacional. Estas, no entanto, não apresentavam instrumentos para lidar com a chamada “organização do trabalho”, ou seja, os ritmos, as hierarquias, os turnos, divisão do trabalho, entre outros. Além disso, essas abordagens propunham uma ação voltada, de maneira específica, ao indivíduo, seja no diagnóstico, seja no tratamento de problemas orgânicos, revelando seu caráter marcadamente positivista. No campo de Saúde do trabalhador, o impacto do trabalho sobre o corpo do indivíduo não é desconsiderado, mas, para, além disso, resgata-se a abordagem da subjetividade dos indivíduos, seu saber e percepções a respeito de suas atividades, ambientes e relações de trabalho (LACAZ, 1996).

Os princípios da saúde do trabalhador, bem como, as condições de saúde e segurança demonstram uma complexa rede de determinantes. Assim, para Mendes (2007) o processo de formulação de políticas públicas em saúde e segurança do trabalhador deveriam levar em consideração os seguintes aspectos:

- O entendimento de que o trabalho é um direito fundamental do ser humano;
- A saúde dos trabalhadores é um bem social que deve ser tutelado e garantido pelo Estado e servir de orientador as políticas, garantindo uma participação universal;
- A necessidade de participação dos trabalhadores em todas as fases do processo;
- A responsabilidade do empregador ou responsáveis pela produção, a vida e a saúde dos trabalhadores;
- Ações preventivas como prioridade ante as curativas;
- A busca da equidade deve ser capaz de corrigir os efeitos deletérios em uma sociedade desigual.

No Brasil, somente em 1990, elaborou-se a Lei nº 8.080, incorporada à nova Lei Orgânica de Saúde – que define a Saúde do Trabalhador –, dentro das competências do SUS, como um conjunto de atividades que se destinam, através das ações de vigilância epidemiológica e vigilância sanitária, à promoção e proteção da saúde dos trabalhadores, assim como visa à recuperação e reabilitação da saúde dos trabalhadores submetidos aos riscos e agravos advindos das condições de trabalho (BRASIL, 1990).

Nesse contexto, a saúde do trabalhador aparece em práticas diferenciadas em momentos e regiões distintas, dentro de um mesmo país, contextualizadas conforme as peculiaridades das atividades laborais (TRINDADE, 2007).

3.1.2 Atividade Laboral e a Fumicultura

A atividade laboral na fumicultura é extenuante e cercada de riscos, Heemann (2009) destaca que o cultivo demanda grande esforço físico e compromete a saúde dos fumicultores. A autora relaciona aspectos negativos que podem ser observados nos ciclos produtivos do tabaco como o contato com a folha úmida, a dificuldade de utilização de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) na aplicação de agrotóxicos, o odor que exala das folhas de tabaco, o contato com o

agrotóxico na aplicação, as atividades de arar e lavrar, o calor, o sol e a chuva na lavoura, os esforços físicos da colheita manual e a dificuldade em manter a vigília de 24 horas durante a secagem das folhas nas estufas.

Vale relembrar, que em condições ocupacionais inadequadas, o trabalho passa a ser patológico, segundo Mauro (2008, p.2):

“ O trabalhador, quando não consciente do que se passa em seu ambiente de trabalho, nada ou pouco faz a fim de evitar as consequências da prática laboral alienada e alienante. Desse modo, pesquisadores que estudam o trabalho patológico procuram apontar os fatores de risco laborais, apesar de que poucos são os interessados em adotar atitudes que minimizem tais riscos (MAURO, 2008, p.2).

Mediante tal circunstância, percebem-se inúmeras peculiaridades na cadeia produtiva do tabaco. Possui um mercado altamente competitivo apesar de sua comercialização ser realizada por um número reduzido de multinacionais. Entretanto em função das pressões por ações antitabagistas as indústrias buscam estratégias para manter sua permanência no mercado, bem como, a produção deste insumo para a Indústria do Tabaco. Para Perondi (2008) o fumicultor encontra-se submetido a prazos de entrega, bem como, a contratos que privam o mesmo de sua autonomia, de certa forma alienando-o de sua prática laboral e da compreensão da responsabilidade do contratante sobre o trabalho patológico a que esta submetido.

Sendo o Brasil o maior exportador e segundo maior produtor de tabaco do mundo. A maior parte do tabaco produzido no país é proveniente do cultivo realizado pelos agricultores familiares da região sul, proprietários ou não de terra, com uso intensivo de mão de obra e nível baixo de mecanização. Destacando ainda o sistema de integração com a indústria do tabaco que negocia os preços a serem praticados ao final da safra (Departamento de Estudos Socioeconômicos Rurais, 2010).

Entretanto, esse contexto econômico e social da fumiicultura encontra barreiras cada vez maiores em relação ao impacto do consumo do tabaco em relação à saúde em nível mundial.

3.1.3 Legislação

Analisando a saúde do trabalhador no contexto da fumicultura é possível verificar que estes trabalhadores estão expostos a várias cargas que comprometem a saúde, gerando índices elevados de acidentes de trabalho e doenças relacionadas ao trabalho (HEEMANN, 2009). A partir dessa percepção, faz-se necessário compreender melhor essa problemática e buscar na legislação trabalhista ressaltando as questões da saúde destes trabalhadores no contexto que se encontram da agricultura.

Esta análise, para Sarquis (2004) permite verificar que a legislação trabalhista avançou grandes passos a partir da promulgação da Constituição Federal, na qual as leis orgânicas foram se atualizando e resultaram em exigências legais transformadas em portarias, leis e decretos que se modificaram se completando e se alterando com o objetivo de adequar a saúde do trabalhador ao ambiente de trabalho.

Na evolução da legislação trabalhista, no início do século XX priorizava-se os acidentes causados apenas no ambiente de trabalho e apenas a partir de 1987 que as principais normas, elaboradas então pelo Ministério do Trabalho, davam ênfase aos acidentes de trabalho e as características específicas do trabalho. A partir da promulgação da Constituição Federal de 1988 foi constatadas melhorias na condição social para trabalhadores rurais e urbanos, determinando a obrigatoriedade de seguro contra acidentes e respectiva indenização (SARQUIS, 2004).

A partir de então, estas leis foram regulamentadas pelo Ministério da Saúde, cuja ênfase para Sarquis (2004, p.19):

“... estava respaldada em princípios que norteiam de uma maneira mais ampla. A Lei Orgânica da Saúde – LOS nº 8080/90, que regulamenta o SUS e suas competências no campo da saúde do trabalhador, considerou o trabalho como importante fator determinante/condicionante de saúde. O artigo 6º da LOS determina que a realização das ações de saúde do trabalhador sigam os princípios do SUS e recomenda especificamente, a assistência ao trabalhador vítima de acidente de trabalho ou portador de doença profissional ou do trabalho, realização de estudos, pesquisa, avaliação e controle dos riscos e agravos existentes no processo de trabalho; a informação ao trabalhador, sindicatos e empresas sobre riscos de acidentes bem como resultado de fiscalizações, avaliações ambientais, exames admissionais, respeitada a ética” (SARQUIS, 2004, p.19).

A recente portaria nº 1679 do Ministério da Saúde editada em 2002, traz considerável avanço para os trabalhadores, pois dispõe sobre a Rede Nacional de Assistência a Saúde do Trabalhador (RENAST), que define como organizar as ações de assistência e vigilância nesta área específica. Cabe ao Ministério do Trabalho realizar inspeção e fiscalização das condições e ambientes de trabalho no território nacional, para tanto se utiliza do capítulo V da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), na qual estão as Normas Regulamentadoras destacadas por Sarquis (2004, p. 20):

“A partir da Portaria nº 3.214 de 08 de junho de 1978, foram aprovadas as Normas Regulamentadoras (NRs), relacionadas à Segurança e Medicina do Trabalho, que são de observância obrigatória pelas empresas privadas e públicas e pelos órgãos públicos de administração direta e indireta, bem como pelos órgãos dos poderes legislativo e judiciário que possuam empregados regidos pela CLT (Consolidação das Leis do Trabalho). As NRs foram criadas e ampliadas para a manutenção de condições seguras, bem como potencializar o ambiente de trabalho para a redução ou até mesmo eliminar os riscos existentes, como é o caso da NR5” (SARQUIS, 2004, p. 20).

Dentre as normas podemos destacar a NR9 que discorre sobre a obrigatoriedade da elaboração de um programa de prevenção de riscos ambientais no trabalho por parte dos empregadores e instituições que admitam empregados, visando preservação da saúde e a integridade dos trabalhadores, através da antecipação, reconhecimento, avaliação e conseqüente controle da ocorrência de riscos ambientais existentes ou que venham a existir no ambiente de trabalho, tendo em consideração a proteção do meio ambiente e dos recursos naturais, contemplado no programa de prevenção de riscos ambientais (PPRA). (BRASIL, 2001)

E fundamental neste estudo a NR 31 relacionada à Segurança e Saúde do Trabalho na Agricultura, pecuária e silvicultura, exploração florestal e aquicultura, através da Portaria n.º 86, de 03 de março de 2005. Esta Norma Regulamentadora tem por objetivo estabelecer os preceitos a serem observados na organização e no ambiente de trabalho, de forma a tornar compatível o planejamento e o desenvolvimento das atividades da agricultura, pecuária, silvicultura, exploração florestal e aquicultura com a segurança e saúde e meio ambiente do trabalho. (BRASIL, 2001).

Esta Norma Regulamentadora se aplica também às atividades de exploração industrial desenvolvidas em estabelecimentos agrários e pretende identificar os principais problemas de segurança e saúde do setor, estabelecendo as prioridades de ação, desenvolvendo os métodos efetivos de controle dos riscos e de melhoria das condições de trabalho promovendo melhorias nos ambientes e nas condições de trabalho, de forma a preservar o nível de segurança e saúde dos trabalhadores.

A NR 31 ainda complementa que cabe ao empregador rural ou equiparado (BRASIL, 2005, p. 1):

“informar aos trabalhadores:

1. os riscos decorrentes do trabalho e as medidas de proteção implantadas, inclusive em relação a novas tecnologias adotadas pelo empregador;
 2. os resultados dos exames médicos e complementares a que foram submetidos, quando realizados por serviço médico contratado pelo empregador;
 3. os resultados das avaliações ambientais realizadas nos locais de trabalho.
- k) permitir que representante dos trabalhadores, legalmente constituído, acompanhe a fiscalização dos preceitos legais e regulamentares sobre segurança e saúde no trabalho;
- l) adotar medidas de avaliação e gestão dos riscos com a seguinte ordem de prioridade:
1. eliminação dos riscos;
 2. controle de riscos na fonte;
 3. redução do risco ao mínimo através da introdução de medidas técnicas ou organizacionais e de práticas seguras inclusive através de capacitação;
 4. adoção de medidas de proteção pessoal, sem ônus para o trabalhador, de forma a complementar ou caso ainda persistam temporariamente fatores de risco” (BRASIL, 2005, p. 1).

Gradativamente a legislação demanda um conjunto de dispositivos que contemplam aspectos mais amplos relativos a saúde dos trabalhadores proporcionando subsídios para que os ambientes de trabalho minimizem os riscos e comprometimentos a saúde.

A atenção à saúde dos trabalhadores rurais apresenta especificidades, como as condições de vida, dispersão e heterogeneidade, dificuldade para ações de fiscalização das condições e do ambiente de trabalho e a vigilância em saúde. Isso requer uma atuação e fiscalização de órgãos públicos competentes, profissionais capacitados para ações em saúde no meio rural buscando a promoção da qualidade de vida e de trabalho a esta categoria (Heemann, 2009).

4 CONCEPÇÕES SOBRE O RISCO

Com a revolução industrial, a ciência e a tecnologia promoveram o aparecimento de máquinas e uma modernização dos meios de produção, racionalizando as atividades dos trabalhadores. Caracterizando um período de grande avanço do conhecimento científico em função da ideologia capitalista.

A necessidade de tecnologia, advinda do processo de industrialização impulsiona os investimentos e a evolução da ciência em direção ao crescimento do conhecimento científico. Os avanços científicos e tecnológicos crescentes, a modernização, são concebidos por Beck (1995) como um processo de inovação autônoma que, no apogeu deste desenvolvimento do conhecimento científico considera a “obsolescência” de uma sociedade industrial para a “emergência” uma sociedade de risco. Designa-se uma fase no desenvolvimento da sociedade moderna, onde os riscos tendem a sair das instituições para o controle da sociedade industrial.

Neste sentido, Giddens (1991) resgata a concepção do risco na modernidade advindo do desenvolvimento da ciência e tecnologia, seu potencial de degradação no trabalho e na qualidade de vida das pessoas, bem como o potencial destrutivo em relação ao meio ambiente material. As reflexões de Bruseke (2001) completam que a instabilidade e os riscos que as novidades tecnológicas representam no processo de modernização, são introduzidos de forma não refletida, resgatando as concepções de Ulrich Beck onde a sociedade entra em uma fase de modernização reflexiva e torna-se “tema para si mesma”.

Leff (2007) contribui para a reflexão sobre a modernidade e propõe uma análise sobre a ciência tradicional, resgata a necessidade de uma nova cientificidade e estabelece o dialogo dos saberes na perspectiva de novas configurações paradigmáticas.

Assim, ao analisar a concepção do risco na sociedade moderna a partir do desenvolvimento do conhecimento científico, nos leva aos pontos de discussão sobre o papel da ciência na modernidade.

Conceituando sociedade moderna e sociedade de risco segundo os autores Giddens e Beck, seguido pela identificação da construção e concepção do risco para Bruseke, Beck e Steffen que permite a reflexão do conhecimento e o risco numa perspectiva de mudança de paradigmas. Utilizando neste discurso os princípios de

Leff do diálogo dos saberes e a racionalidade como um viés para a crise atual, na qual a produção do conhecimento deve atrelar-se ao desenvolvimento da ciência, responsável, crítico e preocupado com a qualidade de vida das pessoas.

4.1 A SOCIEDADE MODERNA

A falta de compreensão dos eventos e a sensação de estarem fora do controle é percebido por Giddens (1991) e dão a idéia de que não se pode obter conhecimento sistemático sobre a ordem social. Para entendermos como tal fato ocorreu, não basta, para o autor, a invenção de novos termos, mas o olhar novamente para a natureza da modernidade. Acreditando que estamos alcançando um período em que as consequências da modernidade tornam-se mais radicalizadas e universalizadas. Resgata o conceito da descontinuidade para a análise do que a modernidade realmente é, e para o diagnóstico de suas consequências atuais.

Beck descreve estes efeitos não intencionais e imponderações decorrentes de uma sociedade industrial que se torna uma sociedade saturada, percebendo a necessidade de uma destruição criativa de uma era vivida pela sociedade com a industrialização e percebe como “sujeito” desta “destruição criativa” a modernização.

Emerge com a modernização uma reflexão sobre a construção social do momento atual, onde, para Leff (2007) o avanço da ciência promoveu a “tecnificação e economização do mundo”, negando a natureza, uma crise da racionalidade e da modernidade que remete a um problema do conhecimento, principalmente de aspecto ambiental. O autor nos chama a atenção ao desenvolvimento científico e tecnológico sobre as questões ambientais e a problemática ecológica no mundo moderno.

A ciência não encontra mais barreiras e limites a ultrapassar, não negamos o lado positivo do avanço científico, mas com ele também houve o surgimento de novos problemas, riscos não controláveis. Bruseke (2001) considera que a sociedade moderna complexifica-se e descreve que: “O conhecimento da ciência, dominante na sua área, que é a dos objetos, já destruiu as coisas como coisas muito antes da explosão da bomba atômica. Sua explosão é somente a mais grosseira de todas” BRUSEKE (2001, p.9). Essa discussão também é percebida por Leff (2007)

que relata uma complexidade emergente também do conhecimento do real, da racionalidade científica que constrói a modernidade.

Então o que podemos esperar da ciência. A redefinição de caminhos já percorridos pelo conhecimento e avanço científico faz-se necessário, desvelarmos o que está intrínseco nos processos para percebemos os erros e acertos, meios de restaurar a ruptura do homem com a natureza, uma reincorporação do homem na natureza, uma compreensão da complexidade ambiental. O desenvolver de uma ciência onde os princípios de controle e modificação da natureza sejam substituídos pela responsabilidade e respeito ao meio ambiente.

Este papel deveria passar a ser redefinido, numa tentativa de corrigir esta “falha metabólica” do homem e a natureza. Neste sentido a modernidade reflexiva nos leva a questionar, reconstruir, modificar a estrutura existente, procurar novos avanços científicos e tecnológicos que minimizem os riscos já produzidos por estes.

Bruseke (2001), reconhecendo uma busca incessante da ciência e do conhecimento científico, onde o homem tenta ultrapassar limites, alguns já percebidos pelos próprios pesquisadores a oferecer mais riscos que benefícios a humanidade, considera que “(...) o homem se levantou para enxergar melhor os perigos do horizonte e as chances que ele escondia foi atraído a tentar ultrapassar os limites na direção do reino da liberdade.” BRUSEKE (2001, p.1).

Sobre o papel da ciência na sociedade moderna, como estariam sem os avanços científicos, quais os riscos existentes hoje se o conhecimento tivesse limites ou se a ciência não existisse. É inegável a busca do homem pela evolução e pelo conhecimento, o pensar e refletir sobre como melhorar nossa existência no mundo, porém neste momento percebe-se que o limite já rompido gerou consequências severas e catastróficas. Torna-se necessário definir critérios para novos rumos, meios de desenvolvimento baseado em uma ciência responsável e crítica, comprometida com o bem estar das pessoas e com o meio ambiente.

Sobre este momento de reflexão da sociedade e seus riscos Beck (1997) considera que:

“A transição do período industrial para o período de risco da modernidade ocorre de forma indesejada, despercebida e compulsiva no despertar do dinamismo autônomo da modernização, seguindo o padrão dos efeitos colaterais latentes. Pode-se virtualmente dizer que as considerações da sociedade de risco são produzidas porque as certezas da sociedade industrial (o consenso para o progresso ou a abstração dos efeitos e dos

riscos ecológicos) dominam o pensamento e a ação das pessoas e das instituições na sociedade industrial.” (BECK, 1997, p.16).

Esta forma compulsiva do despertar para o risco demonstra que pouco foi realmente percebido e desejado no que se refere a uma concepção de mudança. Os interesses políticos e financeiros exercem influencia sobre o conhecimento e o risco, como o autor relata uma abstração das conseqüências danosas. Neste sentido Leff (2007) resgata uma crise atual na modernidade Mesmo assim, esta racionalidade exerce domínio sobre o pensamento e as ações das pessoas, como se todos já tivesse um discurso pronto para justificar o modo como vivemos e agimos, e pior, não conseguem imaginar como viver sem determinadas comodidades que o conhecimento já proporcionou então muito menos refletir sobre ações e mudanças que minimizem os riscos atuais. e debate sobre uma dualidade entre o conhecimento científico e a realidade empírica. Percebendo que a racionalidade científica e tecnológica não consegue dominar a natureza e até o momento não compreende a complexidade ambiental existente.

A necessidade desta reflexão é percebida por Giddens (1991) que relata:

“O mundo que vivemos hoje é um mundo carregado e perigoso. Isto tem servido para fazer mais do que simplesmente enfraquecer ou nos forçar a provar a suposição de que a emergência da modernidade levaria à formação de uma ordem social mais feliz e mais segura.”(GIDDENS, 1991,p.19).

Então questionamos nesse sentido o que realmente a ciência e o conhecimento nos proporcionaram ao longo do tempo e como poderemos superar os riscos aos quais nos encontramos. O conhecimento deveria então apontar para a solução destes problemas gerados pelo seu avanço desenfreado, porém o que percebemos é que não se encontra soluções fáceis para esta crise, há uma complexidade de tudo que já foi produzido e consumido pelo homem que, na sua maioria, não se encontra receptivo a abrir mão de determinados vícios em benefício de uma maioria.

4.2 CONSTRUÇÃO DO RISCO

A sociedade de risco designa uma fase da modernidade em que começam a tomar corpo às ameaças produzidas pela sociedade industrial. Levanta-se a questão da autolimitação do desenvolvimento ou da tarefa que determina os padrões de responsabilidade, segurança, controle, limitação do dano ou distribuição das conseqüências do dano atingido até aquele momento levando em conta as ameaças potenciais. Assim, o conceito de sociedade de risco provoca transformações notáveis e sistêmicas em três áreas de referência, o relacionamento da sociedade industrial moderna com os recursos da natureza e da cultura, o relacionamento da sociedade com ameaças e os problemas produzidos por ela, que excedem as bases sociais de segurança e as fontes de significado coletivas e específicas de grupos (consciência de classe ou crença no progresso) na cultura da sociedade industrial. (Beck, 1997).

Esta fase demonstra as percepções dos riscos construídos pela sociedade e sua reação a estes riscos. Bruseke (2005) resgata a concepção do risco segundo as teses centrais de Ulrich Beck onde considera riscos individuais aqueles que sempre existiam, mas que se distinguem de forma radical dos riscos que a modernidade traz consigo. Estes são riscos globais, uma disposição do perigo que atinge todo o mundo.

Dispomos hoje de muitos trabalhos sobre o que realmente significa o risco, este significado aponta para um alerta sobre as “conseqüências futuras negativas de uma variedade ilimitada de fenômenos e processos” (BRUSEKE, 2005, p.37). Entretanto, em muitas situações Bruseke (2005) retrata uma diferenciação entre o risco e o perigo. Muitos assumem riscos ao executar ações onde um risco é improvável, porém não impossível, porém para outros que não assumiram determinadas ações ou processos aquele risco continuará representando um perigo.

A construção do risco nos apresenta intimamente ligadas à concepção do risco e a percepção do mesmo pela sociedade. Neste sentido Steffen (2002) percebe uma diferenciação nas reações públicas frente aos riscos relacionados ao campo onde são gerados. Cita exemplos de riscos relacionados à poluição e acidentes de carro que geram manifestações locais enquanto que, riscos relacionados à saúde e alimentos geram protestos nacionais e internacionais.

Ressalta que três elementos são essenciais na percepção do risco: grupo provido de legitimidade para definir e descrever o perigo; afirmação de uma cadeia causal e a designação de possíveis vítimas.

Para Steffen (2002, p.47) “O reconhecimento e esclarecimento prévios tornariam a aceitação de riscos, que eram considerados inevitáveis, não somente mais fáceis como mais justos.”. Neste momento então repensamos como a ciência e o conhecimento age no reconhecimento e esclarecimento dos riscos globais já produzidos, das vítimas já atingidas por processos e fenômenos que se tornaram imprevisíveis.

Uma perspectiva de mudanças é impulsionada por muitos elementos dispostos na sociedade moderna como movimentos e reações em detrimento da desigualdade e injustiças produzidas pelas disposições dos riscos.

Para Leff (2007) a transposição do modo de vida da sociedade antiga para a sociedade moderna gerou uma crise, regiões colonizadas sofreram uma transposição de tecnologias e com isso a transposição da natureza, ocorrendo uma apropriação da natureza sem resgate de uma relação de interação. O saber científico gerando degradação e ampliando as relações da sociedade com o risco.

Há uma complexidade indissolúvel e não elucidável, as mudanças de hábitos e comportamentos são necessárias para alcançar uma possibilidade de minimizar riscos já produzidos, o papel de responsabilidade da ciência e tecnologia é inegável e a democratização do uso do conhecimento a todos deveria ser uma meta na promoção da interação do conhecimento e a realidade empírica. Novos paradigmas do conhecimento emergem transgredindo a ciência dominante no mundo moderno, questionando as questões de verdades absolutas então produzidas.

Essa perspectiva de mudanças para novos paradigmas propõe um novo olhar sobre o mundo social e natural onde o conhecimento contribua com o desenvolvimento das comunidades e que a assimilação da ciência e da tecnologia modernas em suas práticas tradicionais contribua para meios de produção mais eficientes, respeitando suas identidades culturais. (LEFF, 2007)

A racionalidade econômica e científica encobre a complexibilidade do ambiente, para o autor novas perspectivas demonstram a emergência de uma nova cientificidade através do dialogo entre os saberes de varias ordens. A ciência tradicional divide as disciplinas na produção do conhecimento e desenvolve a

especificidade dos saberes. A ciência e os riscos se confrontam, Leff considera uma produção insustentável na perspectiva de que:

“La ciencia avanza arrojando sombras sobre el mundo y subyugando saberes. La ciencia que pretendia aprehender la realidad ha intervenido al ser, culminando en la tecnologización y la economización del mundo. La economía mecanicista y la racionalidad tecnológica han negado a la naturaleza; las aplicaciones del conocimiento fraccionado y la tecnología productivista han generado La degradación entrópica del planeta, haciendo brotar La complejidad ambiental del efecto acumulativo de sus sinergias negativas.” (LEFF, 2007, p.2)

O dialogo dos saberes e a interdisciplinaridade são pontos a destacar para uma nova racionalidade ambiental. Buscando a integração do mundo através de uma conjunção de disciplinas e saberes.

As reações públicas e políticas frente aos riscos globais vividos pela sociedade demonstram que ocorre uma profunda mudança, forçando uma mudança de paradigmas, principalmente no contexto conhecimento e risco. Onde a ciência passa a ser questionada e seus princípios devem ser repensados e redefinidos na busca de um desenvolvimento sustentável, na busca do pensamento nas gerações futuras.

Na modernidade, o desenvolvimento da ciência e tecnologia tem papel fundamental. Ao mesmo tempo em que proporciona ao homem motivação de atingir novos horizontes e descobertas, também leva a sociedade a enfrentar as consequências de problemas e perigos decorrentes deste avanço. A desigualdade social no uso de benefícios decorrentes do conhecimento científico é tão grande quanto à forma desigual com que são distribuídos os riscos gerados.

A sociedade se tornou tema para si mesmo, uma modernidade reflexiva que sofre os impactos de riscos residuais de uma sociedade industrial que gerou uma sociedade de riscos globais.

A ciência é percebida como um modo de produção do conhecimento, entretanto, a modernidade entende o conhecimento como uma forma de controle e com isso busca dominar a natureza.

Na revolução industrial se percebeu que a ciência e a tecnologia foram utilizadas para manter o capital produtivo com a exploração da força de trabalho e a exaustão da natureza. Nesta época pensava-se que a natureza se recuperaria, entretanto hoje, esta forma de produção claramente nos levou a uma crise

ambiental, escassez de recursos naturais, onde há necessidade de mudança e transformação da racionalidade econômica na perspectiva de mudança de paradigmas (LEFF, 2007).

Na busca de soluções para os riscos globais e a produção do conhecimento sustentável os autores apontam para um dialogo entre os saberes, um dialogo entre as disciplinas, antes estudadas separadamente. Há uma necessidade de uma nova ciência, interdisciplinar, que atenda as novas necessidades da complexibilidade.

4.3 O RISCO OCUPACIONAL

O ambiente de trabalho em que os fumicultores atuam, por sua natureza, concentra uma série de riscos que podem trazer diversos problemas de saúde a estes indivíduos (HEMANN, 2009). Esses problemas são gerados pela exposição dos fumicultores aos riscos ocupacionais, entendidos por Silva (2002, p. 19) como “agentes nocivos isolados que são capazes de causar doença”.

Para Mendes (2007) as condições de risco existem e são mantidas porque o convívio frequente com elas, ao longo do tempo, incorpora-as a normalidade das tarefas laborais, entretanto as pessoas deveriam saber sobre as situações que constituem risco. Muitas vezes os trabalhadores envolvidos com as condições ou fatores de risco não tem a real percepção da existência dos mesmos ou não sabem que aquela situação constituiu risco potencial a integridade física ou mental dos trabalhadores.

Para Steffen (2002, p.47) “o reconhecimento e esclarecimento prévios tornariam a aceitação de riscos, que eram considerados inevitáveis, não somente mais fáceis como mais justos.”. Neste momento, retoma-se o papel da Convenção Quadro para o controle do Tabaco na notificação e informação dos riscos à saúde ligados ao tabagismo, não somente no consumo, mas também na produção, levando em consideração sua representatividade social. Há necessidade de ação no reconhecimento e esclarecimento dos riscos globais já produzidos, das vítimas já atingidas por processos e fenômenos que se tornaram imprevisíveis.

A exigência do mercado pela produtividade vem aumentando os estudos relacionados aos riscos e a saúde do trabalhador. O surgimento de doenças ocupacionais tem agravado este quadro.

Neste sentido, o fumicultor também se encontra sujeito a riscos de sua atividade laboral, e em especial na atividade da fumicultura. Considerando que o Brasil ocupa o primeiro lugar como exportador mundial de tabaco, nos questionamos sobre qual o impacto desta produção e seus riscos na saúde dos trabalhadores na cadeia produtiva.

Assim, o reconhecimento dos riscos ocupacionais e da percepção do fumicultor se torna extremamente relevante para um processo de reconhecimento, já enfatizado por Steffen (2002).

Na perspectiva do referencial teórico utilizado para a classificação dos riscos ocupacionais nos ambientes de trabalho, segundo a Portaria n 3.214-78, do Ministério do Trabalho e Emprego, através das Normas Regulamentadoras (NR-5 e NR-9) de Medicina e Segurança do Trabalho classificam os riscos em: biológicos, físicos, químicos, mecânicos, fisiológicos e psíquicos, cuja exposição pode acarretar em acidentes de trabalho ou propiciar doenças ocupacionais (BRASIL, 1994).

A Organização Pan-Americana da Saúde no Brasil, especifica tais fatores de risco para a saúde e segurança dos trabalhadores em cinco grupos: (1) físicos - agressões ou condições adversas de natureza ambiental que podem comprometer a saúde do trabalhador; (2) químicos - agentes e substâncias químicas, sob a forma líquida, gasosa ou de partículas e poeiras minerais e vegetais, comuns nos processos de trabalho; (3) biológicos - micro-organismos geralmente associados ao trabalho em hospitais, laboratórios e na agricultura e pecuária; (4) ergonômicos e psicossociais - que decorrem da organização e gestão do trabalho e; (5) acidentes - ligados à proteção das máquinas, arranjo físico, ordem e limpeza do ambiente de trabalho, sinalização, rotulagem de produtos e outros que podem levar a acidentes do trabalho (MAURO, 2004).

O quadro abaixo demonstra esta classificação exemplificando os riscos e seu agente causal, demonstra os principais riscos ocupacionais conforme Ministério do Trabalho NR 9 – riscos ambientais:

Quadro 1: Riscos Ambientais relacionados ao trabalho

Riscos Físicos	Riscos Químicos	Riscos Biológicos	Riscos Ergonômicos	Riscos de Acidentes
Ruidos Vibrações Radiações não ionizantes Radiações ionizantes Frio Calor Pressões anormais Umidade	Poeiras Fumos Névoas Neblinas Gases Vapores Substância, compostos ou produtos químicos em geral	Vírus Bactérias Protozoários Fungos Parasitas Bacilos	Esforço físico intenso Levantamento e transporte manual de peso Exigência de postura inadequada Controle rígido de produtividade Imposição de ritmos excessivos Trabalho em turno noturno Jornada de trabalho	Arranjo físico inadequado Máquinas e equipamentos sem proteção Ferramentas inadequadas ou defeituosas Iluminação inadequada Eletricidade Probabilidade de incêndio ou explosão Armazenamento inadequado Animais peçonhentos Outras

Fonte: Ministério do Trabalho (MTE) Norma Regulamentadora – NR 9 – Riscos ambientais

No contexto da saúde do trabalhador, para o controle das situações de risco a saúde na melhoria dos ambientes de trabalho é necessário seguir uma série de passos, segundo Paz (2009), descritos a seguir:

1. Identificação das condições de riscos ocupacionais;
2. Caracterização e quantificação da exposição a estas condições;
3. Discussão e definição de propostas para controle e eliminação dos riscos;
4. Implementação de estratégias de controle ou eliminação dos riscos;

A partir então desta representação dos riscos e a busca pela identificação dos riscos decorrentes da atividade na fumicultura, vale destacar algumas particularidades que estão presentes no contexto do trabalho agrícola para somente então repensar os demais passos relevantes quanto a saúde dos fumicultores. Representado no quadro 2 uma análise mais específica dos riscos no setor agrícola:

Quadro 2: Fatores de risco e possíveis agravos ou danos para a saúde do trabalhador relacionados ao trabalho rural

Tipo de risco	Fator de risco	Situação de trabalho	Agravo ou dano para a saúde
Físico	Calor	-Trabalho ao ar livre, sob radiação solar, junto a máquinas, motores e caldeiras; dificuldades para reposição híbrida por acesso a água ou barreiras culturais.	Estresse térmico, câimbras, síncope pelo calor, fadiga pelo calor, insolação.
	Frio, vento e Chuva	-Trabalho ao ar livre.	Afecção de vias aéreas superiores, resfriados.
	Raios (descarga elétrica)	-Trabalho em campo aberto por ocasião de tempestades.	Choque elétrico.
	Vibrações	-Operação de máquinas agrícolas, tratores, serra elétrica, produzindo vibração de corpo inteiro ou vibração localizada, particularmente em mãos e braços.	Lombalgia, doença vascular periférica, doença osteomuscular (DORT).
	Ruído	-Trabalho com máquinas: tratores, colheitadeiras, tratores, colocação de ferraduras em animais.	Perda da audição e outros efeitos extra-auditivos decorrentes da exposição ao ruído, como distúrbios do sono, nervosismo, alterações gastrointestinais.
	Radiação Solar	-Trabalho em campo aberto por longos períodos, com exposição a radiação ultravioleta.	Câncer de pele.
Químico	Agentes químicos diversos, fertilizantes e adubos, agrotóxicos, na	-Aplicação de adubos e fertilizantes (nitratos, fosfatos e sais de potássio – NPK, compostos de enxofre, magnésio, manganês, ferro, zinco, cobre, entre outros).	Dermatite de contato, rinites e conjuntivites, intoxicação por agrotóxicos, doenças respiratória obstrutiva, bronquites, asma

	forma de gases, poeiras, névoas.	-Preparo de misturas e aplicação de agrotóxicos (formicidas, larvicidas, bernicidas, acaricidas, carrapaticidas, molusquicidas, raticidas, repelentes, fungicidas, herbicidas, desfolhantes, desflorantes, dessecantes, antibritantes, esterilizantes, bactericidas, reguladores do crescimento vegetal). -Tratamento e armazenamento de grãos; armazenamento e manuseio de excrementos de animais podem expor o trabalhador a ácido sulfúrico e amônia.	ocupacional, doença pulmonar restritiva, doença pulmonar intersticial com fibrose, câncer, doença neurológica, alterações de humor e do comportamento, alterações endócrinas, alterações reprodutivas.
Biológicos	Bactérias, vírus, fungos, ácaros, picadas de animais peçonhentos.	-Preparo e manuseio de ração para os animais, feno embolorado, ração em decomposição, fibras de cana de açúcar, preparo de cogumelos, tratamento de aves em confinamento. -Manejo de animais. -Trabalho de preparo de solos, limpeza de pastos, capina e colheita.	Rinites, conjuntivites, doenças respiratórias obstrutivas, asma ocupacional, “pulmão de agricultor” ou hipersensibilidade ou alveolite alérgica, febre Q, brucelose, psitaciose, tularemia, tuberculose bovina ou aviária, leptospirose, histoplasmose, raiva, picadas de cobras e aranhas, queimaduras por lagartas.
Mecânicos	Ferramentas manuais cortantes, pesadas, pontiagudas.	-Uso de facão, foice, machado, serra, enxada, martelo, ferramentas inadequadas, adaptadas e em mau estado de conservação.	Lesões agudas: acidentes do trabalho com cortes, esmagamento, etc. Lesões crônicas: hiperkeratose.
	Máquinas e implementos	-Ferramentas inadequadas, adaptadas e em mau estado de	Acidentes do trabalho, lombalgia, DORT.

	agrícolas.	conservação.	
Organização do Trabalho	Relações de trabalho, precarização, sazonalidade da produção que impõem sobrecarga de trabalho.	-Trabalho distante do domicílio do trabalhador, alojamento precário, com más condições de saneamento e conforto. Alimentação inadequada, longas jornadas de trabalho, sob forte pressão de tempo. Relações de trabalho precárias e rigidamente hierarquizadas.	Sofrimento mental, distúrbios de sono e de humor, fadiga, DORT.
Ergonômicos	Fatores fisiológicos e/ou psicológicos inerentes à execução da atividade.	- Trabalho ao ar livre; utilização de ferramentas inadequadas; más condições de conservação das ferramentas; utilização de produtos químicos; longas jornadas de trabalho; esforço físico intenso; levantamento e transporte manual de peso; exigência de posturas inadequadas; trabalho em turno e noturno; monotonia e repetitividade; outras situações causadoras de estresse físico e/ou psíquico.	Fatores fisiológicos e/ou psicológicos que provocam alterações orgânicas e emocionais, como: monotonia, fadiga, posição e/ou ritmo de trabalho, ruído, umidade, etc.

Fonte: Adaptado de Dias (2006) e Vieira (1996) apud Heemann (2009).

Conforme demonstra o Quadro 2 os problemas de saúde no trabalho agrícola têm características específicas relacionados ao trabalho no campo e os riscos ocupacionais, a grande diversidade do meio agrícola requer uma abordagem especial, para Mendes (2001, p. 489) devemos levar em consideração "... a dispersão da população rural e a sua heterogeneidade, a configuração dos terrenos, os tipos de solos e de habitação, o clima e as condições atmosféricas...".

No que se refere à organização do trabalho, vale lembrar que para Dejourns (2001), a organização do trabalho interfere na saúde psíquica do trabalhador, relaciona tanto os conteúdos materiais como simbólicos do significado da execução das tarefas, como a interação entre trabalhador, a atividade e as relações sociais.

Surge aqui um importante ramo de investigação na saúde do trabalhador que se refere a psicodinâmica do trabalho e tem como ponto de partida o estudo das manifestações psicopatológicas. A psicopatologia do trabalho procura caracterizar os efeitos deletérios do trabalho sobre a saúde mental do trabalhador, buscando diagnosticar as doenças mentais do trabalho (DEJOURS, 1987).

Considerando então, a fumicultura, como uma atividade concentrada na agricultura familiar vale ressaltar também, a jornada de trabalho desta atividade que relacionada ao trabalho rural absorve um ano inteiro, desde a semeadura até o pagamento pela safra. Bonato (2010) considera a produção do tabaco como uma atividade cercada de riscos aos cultivadores e salienta que quando comparada a outras culturas, onde os perigos de intoxicação se dão por ação de agentes externos à planta como os agrotóxicos, a planta de tabaco confere danos toxicológicos pela absorção cutânea da nicotina, referenciada principalmente na colheita do tabaco (BONATO, 2010).

Para uma melhor compreensão deste contexto, buscamos conhecer a percepção dos riscos ocupacionais pelos fumicultores. Fonseca (2007) demonstra a influência dos universos sociais e culturais sobre a adoção de comportamento de prevenção de risco. “Os comportamentos são associados às representações, as quais se formam na interação entre pessoas, diferindo de uma simples perspectiva cognitiva” (FONSECA, 2007, p.41), assim essas representações e seu componente cultural e social influencia a maneira pela qual os indivíduos percebem o risco e suas ações, dentre as quais até mesmo a probabilidade de ignorar sua ocorrência.

4.4 A PERCEPÇÃO DO RISCO

Na concepção de compreender as relações entre trabalho e a doença como processos dinâmicos, articulados com os modos de desenvolvimento produtivo da humanidade em determinado momento histórico procuramos o saber no campo da saúde ocupacional. A percepção de riscos ocupacionais na fumicultura propicia um olhar, um cuidado a esta categoria de trabalhadores.

Para tanto se faz necessário à compreensão sobre a relevância da percepção no contexto da segurança do trabalho. Segundo Sanders e McCormick

(1993) apud Fischer (2002, p.1) o estudo do risco ocupacional na perspectiva daquele que o percebe é recente e não se encontra completamente estudado. Entretanto, este tipo de estudo é fundamental "... à medida que a percepção do risco influencia o comportamento e o grau de precaução das ações dos indivíduos frente a situações que possam ocasionar lesão e/ou acidentes".

A percepção de riscos é definida, segundo Wiedemann (1993, p.3) como a "... habilidade de interpretar uma situação de potencial dano à saúde ou à vida da pessoa, ou de terceiros, baseada em experiências anteriores e sua extrapolação para um momento futuro...". Para Peres (2005) a percepção do risco também pode se basear em imagens e crenças, podendo ter raízes em uma experiência anterior. Um exemplo relacionado à fumicultura é descrito por Heemann (2009) sobre o cuidado na colheita no contato com a folha úmida do tabaco, onde o fumicultor tenta proteger-se deste risco percebido como fonte de intoxicação, com base em informações sobre a probabilidade de ocorrência.

A partir da década de 70 e 80 começa a surgir os estudos sobre a percepção de risco, segundo Peres (2005, p.1837) como:

“... um importante contraponto à perspectiva utilitarista das análises técnicas do risco, baseada nos saberes das engenharias, toxicologia, economia e ciências, e que não contemplava as crenças, receios e inquietações das comunidades envolvidas (PERES, 2005, p.1837).

O que difere a percepção do risco de uma pessoa que não adquiriu conhecimentos específicos sobre o objeto em estudo para a interpretação de um especialista é considerado, ainda segundo Peres (2005, p. 1837), um dos pontos de partida para este tipo de estudo.

A percepção de riscos da população é, geralmente, bastante distinta daquela dos especialistas, sobretudo cientistas. Suas interpretações baseiam-se muito mais em suas próprias crenças e convicções do que em fatos e dados empíricos, elementos que constituem a base de construção da percepção de riscos de técnicos e cientistas (PERES, 2005, p.1837).

Este dado é relevante quando avaliamos o significado da existência da percepção por parte da população em relação a determinado risco ou perigo, no estudo, principalmente a percepção do fumicultor sobre os riscos relacionados ao seu trabalho.

Quando existe a percepção sobre o risco a probabilidade de um mecanismo de denúncia, já referenciado por Steffen (2002), ocorrer é maior. Neste sentido novas ações frente aos riscos percebidos podem ser adotadas, não só pelos indivíduos expostos aos riscos, mas também pela população e o setor público.

Navarro (2005, p. 70) percebeu “que uma das dificuldades relativas ao reconhecimento e ao tratamento do perigo difuso é a ausência de atores que se declarem proprietários ou vítimas potenciais desses perigos, através de processos cognitivos.” Assim, constatamos um cenário para o monitoramento dos riscos ainda ineficaz, principalmente no que se refere à responsabilidade sobre a saúde dos indivíduos expostos a estes.

Assim a representação de um processo cognitivo, baseado na realização das funções estruturais da representação, ligadas a um saber referente a um dado objeto, constitui um conjunto de saberes, proveniente da percepção dos indivíduos, neste estudo, os fumicultores que a partir do saber da consciência, reflexos sensoriais, representações, pensamentos e lembranças nos permitem determinar aspectos referentes ao seu conhecimento na tentativa de simplificar aspectos complexos de sua avaliação sobre o processo de trabalho e seus respectivos riscos.

Portanto, a pesquisa contribui também para o campo das representações sociais destes importantes atores sociais, visto que, o estudo das representações aparece como uma resposta aos problemas do cotidiano, diante dos quais a ciência é chamada a se posicionar (ALMEIDA, 2005). Nesse sentido recorre a uma percepção retida na lembrança, que venha a expressar uma determinada realidade, como aponta Minayo (2008), representações sociais, nas ciências sociais, são categorias do pensamento que explicam a realidade, questionando-a ou justificando-a.

Segundo Arezes (2002) a percepção individual do risco parece ser um antecedente crítico do comportamento de risco e a forma como os trabalhadores percebem o risco a que estão expostos durante o seu trabalho poderá contribuir para uma melhor compreensão da sua atividade laboral, melhorando suas condições de trabalho. Em contraponto a percepção tendenciosa dos riscos poderá originar interpretações erradas sobre as fontes. O risco mal interpretado, poderá originar comportamentos e ações impróprias frente às respectivas fontes ou perigos.

Se a avaliação “subjectiva” dos potenciais perigos não corresponder ao risco “objectivo”, os julgamentos subjectivos deverão ser corrigidos (AREZES, 2002).

Portanto a percepção sobre o risco demonstra um aspecto mais subjetivo e qualitativo, buscando uma definição mais ampla, não se limitando a medições dos agentes de risco.

Nesse sentido, para Azeres (2002, p.68) "... risco real é definido como aquele determinado através da "análise" de especialistas, enquanto que o risco "percebido" é definido como sendo o risco baseado na experiência de um indivíduo..." Assim, esta análise confere o sentido subjetivo sobre a percepção do risco, esta diferenciação de conceitos para o autor é essencial para a compreensão do mecanismo da percepção do risco na busca do conhecimento para estabelecer critérios e políticas que visem a promoção da saúde do trabalhador referente aos riscos ocupacionais.

5 CONDIÇÕES DE TRABALHO NA AGRICULTURA

Chayanov (1974) refere-se ao campesinato como uma unidade de trabalho familiar que trabalha primeiramente para manter as necessidades fundamentais de seus membros e em segundo lugar para a acumulação do capital. O grau de autoexploração é determinado por um peculiar equilíbrio entre a satisfação da demanda familiar e a própria penosidade do trabalho. A unidade de trabalho familiar só verá vantagem no investimento do capital se houver um nível de bem-estar maior, senão restabelecerá o equilíbrio entre a penosidade do trabalho e a satisfação da demanda.

Kautsky (1968) considera que é o modo de produção capitalista que domina a sociedade, o antagonismo da classe dos capitalistas e do proletariado assalariado move o século e lhe dá a sua fisionomia, entretanto o modo de produção capitalista não é a única forma de produção existente, ainda restos de modos de produção pré-capitalista se mantiveram até hoje.

O sistema de produção capitalista se desenvolve geralmente em primeiro lugar nas cidades e indústria, buscando a modificação, ao longo do tempo da produção rural, demonstrando que o perfil da família do camponês da Idade Média, não dependia do mercado para sua existência, Kautsky (1968) descreve uma sociedade que se bastava em si, o “camponês independente”.

A partir daquele tempo se produziu uma profunda revolução econômica. O ponto de partida dessa revolução foi a dissolução que, a indústria essencialmente urbana e o comércio, determinaram na pequena indústria dos camponeses, iniciando as relações entre a cidade e o campo.

Outros fatores associados como o militarismo que afastava os filhos dos camponeses do campo, também favorecia a dissolução da indústria do camponês (produzia tudo para si mesmo), ainda na Idade Média o lavrador cai sob a dependência do mercado, forçando até a dissolução da família. Kautsky (1968).

Partindo deste contexto, Wanderley (1996) descreve que a Agricultura Familiar não é uma categoria social recente, nem uma categoria analítica nova na Sociologia Rural. No entanto, no Brasil nos últimos tempos a categoria ganhou uma nova roupagem, fala-se da agricultura familiar como um novo personagem diferente do camponês tradicional, que teria assumido uma condição de produtor moderno.

A autora aponta algumas hipóteses para a reflexão sobre o tema, onde considera que: agricultura familiar é um conceito genérico que incorpora uma diversidade de situações específicas e particulares; ao campesinato corresponde uma dessas formas particulares de agricultura familiar e que a agricultura familiar que se reproduz nas sociedades modernas deve se adaptar a um contexto sócio-econômico próprio dessas sociedades.

Assim, essas transformações não produzem uma ruptura total com as formas anteriores e tradicionais, visto que o campesinato brasileiro tem características particulares em relação ao conceito clássico de camponês, fruto da própria história social do país;

Wanderley (1996) considera a agricultura familiar como categoria genérica, onde a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo. Nesse sentido, ao combinar propriedade e trabalho, assume, no tempo e no espaço, uma grande diversidade de formas sociais. Assim o campesinato tradicional é visto pela autora como uma forma particular da agricultura familiar, onde a agricultura camponesa tradicional se enquadra na categoria devido a uma relação entre propriedade, trabalho e família.

Neste sentido Lamarche (1993) destaca o conceito de agricultura familiar que "... corresponde a uma unidade de produção agrícola onde propriedade e trabalho, estão intimamente ligados à família" (LAMARCHE, 1993, p.15).

Percebemos então que, em relação ao contexto social e familiar da agricultura, estes atores sociais ganham espaço público e legitimação, e assim segundo Shneider (2004, p.2), "é preciso repensar o modelo de desenvolvimento rural adotado no Brasil."

Segundo Wanderley (1999, p.33) "Para a historiografia analisada, as características principais do campesinato brasileiro em sua origem: a pobreza, o isolamento, a produção centrada na subsistência mínima e a extrema mobilidade espacial." Sendo a agricultura familiar responsável por mais de 70% dos estabelecimentos agrícolas no Brasil continua a enfrentar seus problemas em sua grande maioria com suas próprias forças.

"No Censo Agropecuário de 2006 foram identificados 4.367.902 estabelecimentos de agricultura familiar. Eles representavam 84,4% do total, mas ocupavam apenas 24,3% (ou 80,25 milhões de hectares) da área dos estabelecimentos agropecuários brasileiros. Já os estabelecimentos não familiares representavam 15,6% do total e ocupavam 75,7% da sua

área. Dos 80,25 milhões de hectares da agricultura familiar, 45% eram destinados a pastagens, 28% a florestas e 22% a lavouras. Ainda assim, a agricultura familiar mostrou seu peso na cesta básica do brasileiro, pois era responsável por 87% da produção nacional de mandioca, 70% da produção de feijão, 46% do milho, 38% do café, 34% do arroz, 21% do trigo e, na pecuária, 58% do leite, 59% do plantel de suínos, 50% das aves e 30% dos bovinos. A seguir, as principais informações sobre a agricultura familiar no Censo Agropecuário 2006” (Censo Agropecuário 1995/1996, p.1 – IBGE).

Portanto, a promoção da multifuncionalidade descrita por Cazella (2009), para a agricultura que se tornou especializada em função do sistema produtivo resgata os conceitos importantes dentro deste contexto familiar de sustentabilidade ambiental e social.

Vale neste momento, ressaltar uma questão de autonomia quando nos referimos aos conceitos de trabalhador rural, agricultor familiar e fumicultor neste estudo. Segundo Perondi (2008) a autonomia passa a diferenciar o agricultor familiar do campesinato, o agricultor familiar esta mais subordinado as relações mercantis, enquanto que neste estudo entendemos o fumicultor, como um individuo completamente mercantilizado, demonstrando o comprometimento de sua liberdade e autonomia atrelado a industria do tabaco, o que acaba por diferencia-lo do agricultor familiar.

A realidade vivenciada pelo fumicultor na produção do tabaco é complexa, trata-se de uma cultura de exportação que ocupa a força de trabalho das famílias rurais em um sistema de produção cercado de riscos.

O contexto da Convenção Quadro demonstra uma preocupação com a busca de alternativas economicamente viáveis à cultura do tabaco e estimula a diversificação por novas atividades econômicas nas propriedades rurais, percebendo a fragilidade destas famílias no cenário nacional.

Assim, as concepções da agricultura familiar resgatadas no texto pretendem demonstrar a representatividade destes atores sociais e sua legitimação no sentido de repensar o modelo de desenvolvimento rural adotado no Brasil, aqui em especial na fumiicultura, a fim de repensar as formas de intervenção do Estado e as políticas públicas em prol do fumicultor.

Vale lembrar a definição da agricultura familiar, no Brasil, pela Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006:

Art. 3º Para os efeitos desta Lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

- I – não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;
- II – utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
- III – tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento;
- IV – dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

§ 1º O disposto no inciso I do caput deste artigo não se aplica quando se tratar de condomínio rural ou outras formas coletivas de propriedade, desde que a fração ideal por proprietário não ultrapasse 4 (quatro) módulos fiscais.

A produção agrícola passou por uma profunda e intensa transformação neste século decorrente de uma modernização tecnológica, principalmente nos países industrializados. A transferência dessas tecnologias modernas aos demais países foi feita, muitas vezes, sem o devido cuidado de adaptação às realidades locais (CARVALHO et al, 2000).

A introdução destas tecnologias, para Carvalho (2000, p. 6) "...aprofundou a diferenciação social já existente no meio rural, além de agravar os problemas sociais nas cidades a partir da chegada, em massa, dos agricultores expulsos". Assim, as principais categorias que sofreram com essas consequências foram aquelas pertencentes a agricultura familiar. O autor considera que:

Neste setor o trabalho é realizado pelo conjunto da família: homens, mulheres, jovens, crianças e idosos. Para estas pessoas as decisões sobre o que e como produzir não são determinadas apenas por fatores como preço e lucro. Ao lado da lógica de mercado funcionam outras voltadas à atender às mais diversas necessidades da família, nem todas vinculadas à renda monetária da propriedade" (CARVALHO et al, 2000, p.6).

Este processo de modernização parte da premissa de que a transferência de tecnologias proveria o desenvolvimento econômico da região, porém os agricultores não apresentavam condições suficientes para absorver os pacotes tecnológicos, demonstrando a falta de adequação do processo ao setor agrícola. Para Carvalho et al (2000) esta adequação se refere a falta de consideração de aspectos importantes para os agricultores como "... a minimização de riscos, a necessidade de suprimentos alimentares para a família e a interação dos diversos componentes na propriedade" (CARVALHO et al, 2000, p.6).

Para WEID (2001) dentre as dificuldades que inviabilizam a agricultura familiar estão o difícil acesso a terra, má qualidade dos solos, arriscadas condições

climáticas, ausência de direitos sociais mínimos, ausência de infraestrutura produtiva, dificuldades de acesso aos mercados, tecnologia inapropriada e concorrência desigual com os grandes produtores ou importações.

Sendo a produção familiar uma das principais atividades econômicas em varias regiões, é necessário o seu fortalecimento, aumentando o potencial dos agricultores familiares na geração de empregos e renda, garantindo o seu “acesso”. Para Guanzioli (2003) a agricultura familiar é definida, não pela extensão da terra, mas a partir do trabalho desenvolvido pelo produtor e pela família ser maior do que o trabalho desenvolvido por terceiros.

No contexto do trabalho a agricultura familiar enfrenta vários problemas referentes ao acesso, principalmente em relação ao mercado, Sepulcri e Trento (2011, p. 6) destacam os seguintes:

“...a sua tradicional desarticulação com o mercado; o desconhecimento e a dificuldade de acesso aos canais de comercialização; a falta de acesso a informações qualificadas e da análise de mercado para a tomada de decisão, com menor risco; pouca organização da categoria dificultando ações cooperativas e integradas e o deficiente acesso a formação profissional para qualificar suas ações estratégicas” (SEPULCRI E TRENTO, 2011, p. 6).

Essa transformação do agricultor familiar em profissional da agricultura pressupõe a necessidade de aumento em seu conhecimento tanto referente às tecnologias bem como a gestão dos recursos disponíveis na propriedade (PERIN et al, 2001).

Assim, algumas considerações devem ser evidenciadas sobre a saúde do trabalhador e suas particularidades no setor agrícola a seguir.

A demografia na agricultura demonstra uma característica específica onde, segundo Mendes (1995, p. 490), a proporção de crianças é alta, em consequência dos índices elevados de nascimento. Os adultos jovens são poucos, por migrarem para as cidades, e as mulheres jovens permanecem nos trabalhos agrícolas.

A habitação também é considerada um problema complexo por ser construções não projetadas, condicionadas por tradições e recursos escassos, sem preocupações com os aspectos sanitários. A água, um importante recurso, porém muitas vezes fonte de transmissão de infecções bacterianas e vírus pela dificuldade de tratamento desta no meio rural. As instalações sanitárias e esgotos precárias e de difícil acesso no desenvolver das atividades do campo. (MENDES, 1995)

A Nutrição é um fator importante, visto que os produtores agrícolas são responsáveis pela maior parte do fornecimento de alimentos, porém em muitas regiões apresentam-se subnutridos, principalmente em minifúndios, onde a terra não é suficiente para promover a subsistência. Nas grandes monoculturas, como na fumiçultura, os agricultores demonstram poucas condições físicas e econômicas para manutenção de alimentos para abastecimento próprio. A cultura ocupa grande parte do tempo disponível do fumiçultor (MENDES, 1995).

Problemas ainda a se considerar encontram-se nos aspectos de educação, comunicação, transporte e ao ambiente sócio-econômico onde seu padrão de vida torna-se comprometido quando relacionados à educação e nutrição deficientes. O acesso ao acompanhamento e tratamento de doenças relacionadas ao trabalho também é precário. Portanto, vale considerar os agentes físicos que impactam na saúde deste trabalhador.

Dentre os agentes físicos podemos destacar, segundo Mendes (1995):

- Doenças induzidas pelo calor;
- Efeitos do frio e da chuva;
- Efeitos da vibração;
- Efeitos do ruído;
- Lesões por causas mecânicas;
- Lesões por ferramentas manuais;
- Máquinas e implementos agrícolas (carga horária excessiva devido mecanização predispondo a fadiga e acidentes);

Dentre os acidentes do trabalho rural, Mendes (1995) destaca os relacionados a acidentes com máquinas, ferramentas manuais e intoxicação por agrotóxicos.

A avaliação do risco que o agricultor está exposto é necessário para introduzir uma rotina de acompanhamento desta categoria de trabalhadores, assim a sequência a seguir é evidenciada ainda por Mendes (1995) como um meio de minimizar enfermidades e promover a saúde. Dentre os itens podemos destacar:

- História Ocupacional e Social;
- História Nutricional;
- Ambiente Ocupacional e Doméstico;
- Lazer;

- Exposição a Animais;
- Dados Epidemiológicos (doenças frequentes na comunidade);
- Prevalência de Vetores e Parasitas;
- História Pregressa;
- Exames anteriores;
- Estado imunitário;
- História de Lesões cutâneas não usuais, dolorosas ou não.
- Intoxicações.

Para estabelecer uma rotina de avaliação de risco e prevenção, mediante os itens anteriormente destacados é necessário conhecer a rotina destes agricultores, aqui em específico dos fumicultores, assim analisamos a seguir os aspectos relacionados a fumicultura.

6 O RISCO DA FUMICULTURA

O aspecto de crescimento econômico e social nos países em que a fumicultura tem representatividade na agricultura familiar demonstra uma fragilidade e um elevado fator de risco, mediante o cenário mundial de políticas que visam reduzir a demanda por tabaco. O Brasil hoje é o líder mundial em exportação de tabaco e o segundo produtor mundial, atrás somente da China (USDA, 2010).

No Brasil, dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2005), demonstra que a produção de tabaco se concentra na região Sul, responsável por 97% do total nacional, sendo o estado do Paraná o terceiro maior produtor de tabaco desta região.

A produção mundial de tabaco demonstrou um declínio com o início dos movimentos que denunciavam os efeitos negativos do tabaco, a 52ª Assembléia Mundial de Saúde, em 1999, propõe a adoção de um tratado internacional para o Controle do Tabaco – a Convenção Quadro, segundo Ministério da Saúde (2011).

Mediante este cenário o Brasil passa a fazer parte da Convenção Quadro a partir de 2003 e adotar medidas para a redução do consumo de tabaco, bem como o apoio a atividades alternativas economicamente viáveis para os trabalhadores e cultivadores relacionados na produção do tabaco.

Vale ressaltar então que esta produção nacional é mantida pelo trabalho desenvolvido pela agricultura familiar, uma atividade cercada de riscos e com baixa perspectiva de desenvolvimento para as famílias envolvidas.

Destacamos então as concepções da agricultura familiar e sua representatividade no contexto da fumicultura, relatando os aspectos relacionados a cadeia produtiva do tabaco e as diferentes formas de cultivo no estado do Paraná.

6.1 O CONTEXTO DA FUMICULTURA

O Brasil como maior exportador mundial de tabaco e segundo maior produtor, nos chama a atenção para o fato de que grande parte do tabaco produzido é proveniente do cultivo realizado por agricultores familiares da região Sul do país onde se concentra um total de 96% da produção nacional (USDA, 2010).

A reflexão dos aspectos de crescimento econômico e social nos países em que a fumicultura tem representatividade na agricultura familiar demonstra uma fragilidade e um elevado fator de risco, mediante o cenário mundial de políticas que visam reduzir a demanda por tabaco.

Vale ressaltar o contexto da fumicultura e sua representatividade nos países em desenvolvimento. A produção mundial de tabaco demonstrou um declínio com o início, na década de 1970, dos movimentos que denunciavam os efeitos negativos do tabaco. A partir da mobilização social e o reconhecimento da comunidade científica sobre o fator de risco tabagismo como desencadeador de inúmeras doenças, bem como o tabagismo como doença causada pela dependência à nicotina e fator agravante de fome e pobreza no mundo, a 52ª Assembléia Mundial de Saúde, em 1999, propõe a adoção de um tratado internacional para o Controle do Tabaco – a Convenção Quadro, segundo Ministério da Saúde (2011).

A Convenção Quadro para o Controle do Tabaco (CQCT) realizada em maio de 2003 com a participação de 190 países membros da Organização Mundial da Saúde (OMS), propôs a união de esforços dos países membros num conjunto de medidas que detenham a expansão do consumo de tabaco no mundo. Essas medidas visam a proteção das gerações do presente e futuras das devastadoras conseqüências sanitárias, sociais, ambientais e econômicas geradas não só pelo consumo do tabaco, mas também pela exposição a esse insumo (CQCT, 2003).

Vale ressaltar os artigos 17 e 18 da CQCT (2003), onde é disposto sobre o apoio a atividades alternativas economicamente viáveis para os trabalhadores e cultivadores, bem como a atenção e proteção ao meio ambiente e a saúde dos trabalhadores, no que diz respeito ao cultivo do tabaco.

A partir deste cenário nacional, percebemos a fragilidade destes agricultores que dependem da produção do tabaco para sua subsistência.

Dados referentes a safra 2009/2010 demonstra que o Brasil é o terceiro maior produtor de tabaco e continua como o maior exportador de tabaco em folha. (Tabela 4)

Segundo a Associação dos Fumicultores do Brasil (Afubra), o tabaco envolve cerca de 2,5 milhões de pessoas, entre fumicultores, transportadores, funcionários das indústrias de beneficiamento e das fábricas de cigarros, pontos de vendas, fabricantes e distribuidores de insumos agrícolas e fornecedores de matéria-prima. (Tabela 5).

Tabela 1 – Balanço produtivo da fumicultura mundial na safra 2008/2009

País		Produção de Tabaco t			TONELADAS (t)		
		Cru	Processado	Consumo	Estoque	Export.	Import.
1	China	2.355.50	2.119.950	2.546.760	177.830	190.000	377.590
2	Índia	765.000	688.500	462.730	72.450	247.500	1.040
3	Brasil	726.050	653.450	96.970	186.680	505.620	9.350
4	E.U.A.	351.970	316.770	439.080	1.519.380	147.530	256.700
5	Malavi	224.290	201.860	1.280	196.380	134.470	990
6	Turquia	175.870	158.280	106.600	3.630	109.390	33.900
7	Indonésia	149.480	134.530	147.060	110.010	22.360	30.560
8	Argentina	132.720	119.450	29.770	343.660	73.110	1.810
9	Itália	86.780	78.100	40.770	239.660	47.200	41.890
10	Tailândia	63.620	57.260	22.900	172.000	27.010	4.770
93	Outros	1.755.740	1.580.170	1.781.620	2.914.610	733.730	1.479.320
103	TOTAL	6.787.020	6.108.320	5.674.540	5.936.290	2.237.920	2.237.920

Fonte: ITGA/Afubra

Tabela 2 – Balanço Produtivo da fumicultura brasileira na safra 2009/2010

Descrição	Empregos		Total	%
	Diretos	Indiretos		
Lavoura	1.050.000		1.050.00	41,7
Indústria	30.000		30.000	1,2
Diversos		1.440.000	1.440.000	57,1
TOTAL	1.080.000	1.440000	2.520.000	100

Fonte: Afubra

No Brasil, conforme dados da Afubra observa-se que os maiores produtores de tabaco estão concentrados na região Sul. (Tabela 6)

Tabela 3 –As regiões de maior número de produtores de tabaco do Brasil na safra 2010/2011

Região	Famílias produtoras	Hectares plantados	Produção t	Valor R\$
Sul	186.810	372.930	832.830	4.105.851.900
Nordeste	37.020	34.150	34.380	141.989.400
TOTAL	223.830	407.080	867.210	4.247.841.300

Fonte: Afubra

Segundo o IBGE (2010), os Estados do Sul do Brasil possuem mais de 90% de área plantada e praticamente 97% da produção de tabaco, sendo que o estado do Rio Grande do Sul possui praticamente 50% da área plantada no Brasil.

A produção do tabaco no Brasil vem aumentando nos últimos anos, o aumento na produção está ligado ao mercado, mas principalmente a redução de produção em alguns países, segundo Perondi (2008).

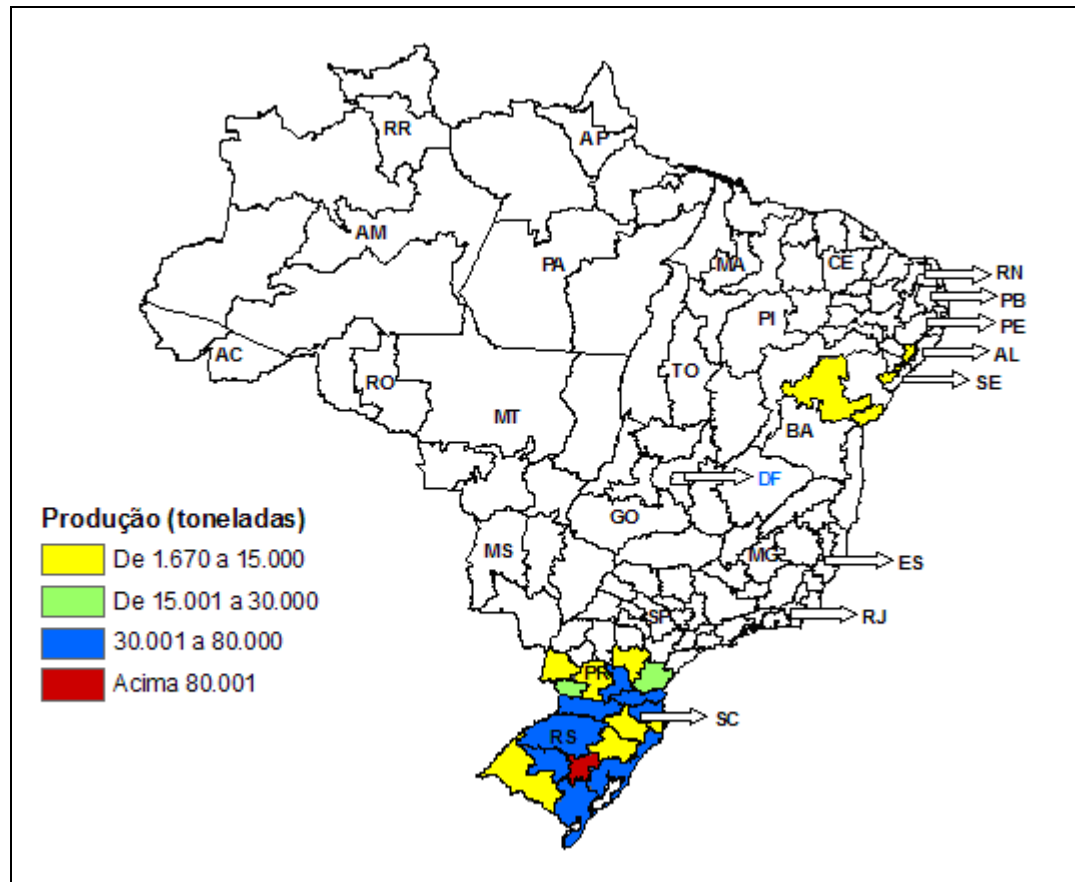


Figura 3 – Principais mesorregiões produtoras de tabaco no Brasil em 2005
 Fonte: IBGE/PAN – Produção Agrícola Municipal, 2005.

A Figura 3 demonstra a concentração da produção de tabaco em toneladas nos Estados do Sul do Brasil. Os maiores Estados produtores são: Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná.

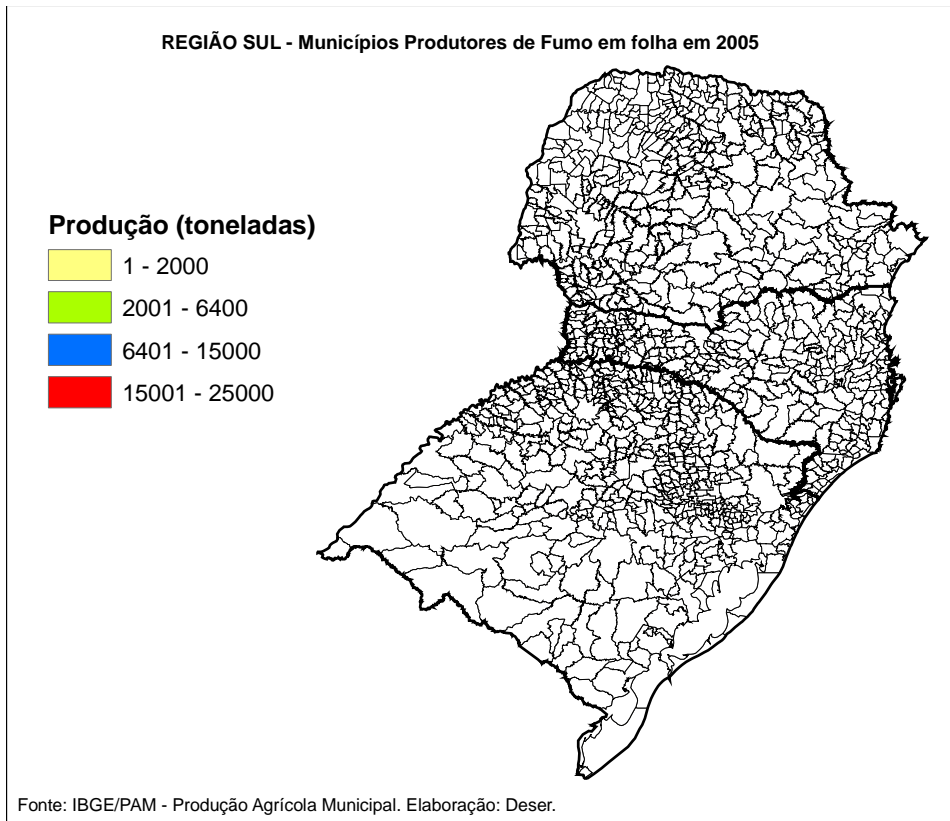


Figura 4 – Região Sul – Municípios Produtores de Tabaco em folha em 2005

Segundo dados da Afubra (2010) o estado do Paraná possui um total de 399 municípios, sendo que desses 180 são produtores de tabaco. Estima-se que o número de fumicultores chega a 35 mil, com 164 mil pessoas no meio rural dependendo da atividade.

O tipo de tabaco produzido é considerado dado relevante, visto que implica em diferentes processos de colheita, cura e secagem. Dentre estes a produção nacional apresenta o tipo Virgínia (fumo de estufa), o Burley (fumo de galpão) e o comum (também de galpão). Conforme dados do Departamento de Estudos Socioeconômicos rurais, na região Sul destaca-se principalmente o Virgínia e o Burley, seguidos após pelo Comum que se desenvolve em regiões de clima ameno, como alternativa de cultivo no inverno.

A figura 5 demonstra a concentração da produção de tabaco no Paraná em toneladas. Destaque para as regiões em estudo nessa pesquisa, a região sudoeste com a comunidade de Itaíba no município de Marmeleiro em destaque (vermelho) e na região oeste a comunidade de Volta Grande no município de Iratí (vermelho).

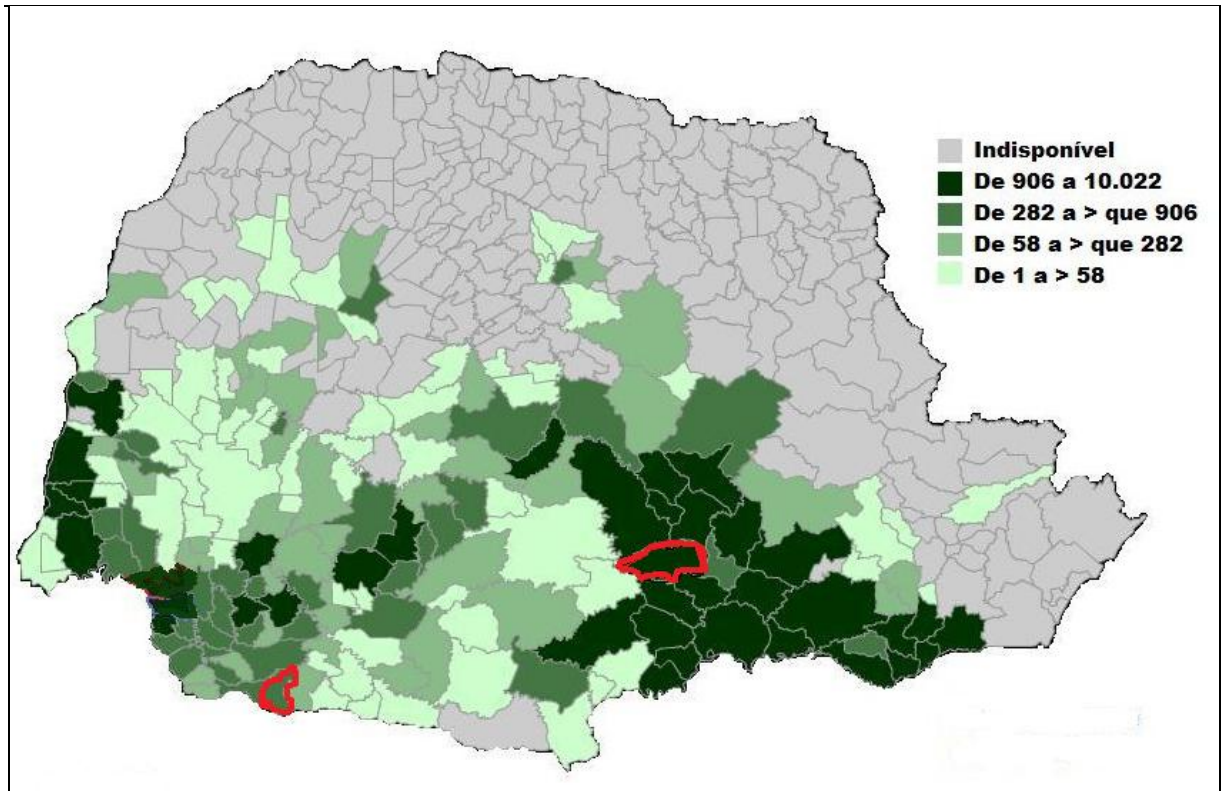


Figura 5 – Concentração de produção de tabaco em toneladas
 Fonte: IBGE (2010, adaptação nossa).

6.2 CICLO PRODUTIVO NA FUMICULTURA

As atividades desenvolvidas no cotidiano dos fumicultores são descritas por Heemann (2009), como um trabalho extremamente desgastante nas unidades familiares. As atividades no período do cultivo são sistemáticas e intensas, aumentando à medida que inicia o processo da colheita e após o secar, sortir o tabaco e arrumar os fardos para entrega às empresas contratantes.

O processo produtivo tem início com a produção das mudas e o término com a colheita e secagem. Tais fases se estendem ao longo do ano, após esta fase inicial o fumicultor inicia o processo de preparar o tabaco para a venda (processos de secagem, pré-classificação e enfardamento). Ao término deste processo o fumicultor deve organizar-se para a próxima safra, preparando a lenha, instalações e o preparo da terra para início de um novo ciclo produtivo HEEMANN (2009).

O autor destaca também as cinco fases do ciclo produtivo do tabaco, a seguir:

1. Produção e controle químico das mudas;
2. Preparo do solo;
3. Transplante das mudas;
4. Tratos culturais e colheita;
5. Cura e pré-classificação.

Ainda, segundo Heemann (2009), o controle químico através do uso de agrotóxicos é utilizado em várias fases do processo, sendo que ocorre mais de uma aplicação destes produtos tóxicos em determinadas etapas. Na semeadura por exemplo venenos e fungicidas são diluídos ainda para o plantio das mudas. Quando as mudas atingem 5 a 10 cm também é necessária realizar a poda, evidenciando o risco por acidentes com ferramentas, devido esta atividade ser realizada com foicinha manual. Tal prática favorece o fortalecimento e o crescimento das mudas. Neste período o canteiro de mudas é inspecionado diariamente e a irrigação se repete a cada 2 dias, mantendo sempre a aplicação de inseticidas, fungicidas e pesticidas como prevenção de doenças na planta.

Para o plantio das mudas é necessário o preparo adequado do solo, cada hectare passa a comportar uma média de 15 a 18 mil mudas (LIMA, 2006; VOGT, 1997).

O transplante das mudas também envolve a aplicação de produtos químicos, essa aplicação objetiva deixar as mudas imunes ao insetos-pragas. Nesta fase Lima (2006) relata que a distribuição das mudas sobre os sulcos dá-se no seguinte espaçamento: 1,20m entre as fileiras e 0,50 m entre plantas na fileira. Para manter a distância de 50 cm entre as plantas, uma pessoa fica sempre à frente marcando com um instrumento de madeira (chamado decacho ou marcador) o local, em forma de cova, que irá receber a muda. Uma segunda pessoa, às vezes crianças, retira as mudas das bandejas ou cestas, colocando-as nas covas. A terceira pessoa, que fica agachada, efetiva o transplante, tapando a raiz da mudas com terra. Para que a pega ocorra é necessário realizar em dias nublados e com umidade suficiente, para tanto é necessário realizar todo o processo com rega manual.

O trato cultural se refere a pulverização de uma mistura de inseticidas após o transplante das mudas. Após ocorre a aplicação do adubo químico, com as mãos

ou por meio de adubadeira manual, realizado no mínimo duas vezes nesse período. Entre as aplicações de adubo o fumicultor também realiza a capina manual (HEEMANN, 2009).

Seguindo as fases de fertilização, cultura e tratamento ocorrem a colheita do primeiro tabaco, chamado “baixeiro”. Consiste na retirada manual de botões florais, 60 dias após o plantio, onde efetua a capação ou desbrote permitindo que as folhas de tabaco iniciem o crescimento. Referente a aplicação constante de produtos químicos no processo, Heemann (2009, p.31) evidencia:

“Para que o broto não se desenvolva, pulveriza-se sobre o caule exposto de cada planta cerca de 20 ml de calda com um antibrotante com a mão ou com o auxílio de um pulverizador. Como as plantas não se desenvolvem de maneira homogênea, esse processo deve ser repetido algumas vezes” (Heemann, 2009, p. 31).

E por fim os processos de colheita, cura e secagem das folhas de tabaco ocorrem simultaneamente. A colheita demanda a maior mão-de-obra e ocorre cerca de 70 a 80 dias após o transplante. Durante a atividade da colheita, Heemann (2009); Lima (2006) e Vogt (1997) destacam as seguintes fases:

A colheita, onde o fumicultor trabalha todo o período curvado para apanhar as folhas que ficam rente ao chão é considerada a fase mais difícil. Devido os pés de tabaco amadurecer diferenciadamente, cada pé necessita de 5 a 6 colheitas, salienta Heemann (2009, p.31):

“As folhas colhidas precisam ser transportadas até as carroças nas quais são depositadas para serem posteriormente levadas até o paiol. Normalmente, há um agricultor que é o responsável por percorrer o trajeto da colheita recolhendo o fumo dos agricultores que estão colhendo e levá-las até a carroça. Além de necessitar de mão-de-obra em quantidade, a colheita debilita estes trabalhadores, pois as folhas de fumo soltam um líquido escuro e pegajoso que gruda nas mãos e nas roupas dos agricultores. Além disso, o cheiro da planta e dos venenos aplicados pode provocar náuseas e até desmaios” (HEEMANN, 2009, p. 31).

O momento da colheita é diferenciado em alguns aspectos quanto ao tipo de tabaco cultivado. O tabaco tipo Burley (galpão) é coletado em uma única etapa e secado em Galpão enquanto que o tabaco tipo Virgínea segue as fases acima descritas e é secado em estufa. Seguindo as fases, conforme Heemann (2009, p. 32):

“Depois de colhido, o fumo é levado para o paiol onde se localizam as estufas. Neste local, as folhas de fumo são tecidas numa vara de madeira, o que pode ser feito manualmente ou com máquinas tecedeiras. Após preparadas, as varas são colocadas na estufa, que comporta aproximadamente 3 toneladas de fumo, o que corresponde a cerca de 500 quilos de fumo seco. Quando a estufa está cheia o fogo é aceso. As folhas levam cerca de quatro dias para secarem. A temperatura das estufas deve ser controlada vinte e quatro horas por dia. O trabalho no cultivo do fumo, além de ser exaustivo por ocorrer durante o verão, exige que os agricultores fiquem alerta durante a noite toda para cuidar da temperatura da estufa” (HEEMANN, 2009, p.32).

A partir do momento que as folhas saem secas da estufa, cada folha é pré-classificada na unidade de trabalho do agricultor. As folhas são classificadas a olho nu, pela cor e tamanho das folhas. Após essa pré-classificação, as folhas são empacotadas em fardos. Só então, depois de vários meses de trabalho contínuo e longas jornadas com carga horária diária elevada é que o agricultor conclui o processo produtivo do ano agrícola, destinando a produção para a empresa fumegeira (HEEMANN, 2009; LIMA, 2006; PAULILO, 1987).

Assim, para cumprir todas as tarefas relacionadas ao cultivo do tabaco Heemann(2009,p. 32) afirma que a divisão do trabalho acaba por abranger toda a família:

“... embora essa organização possa ser extrapolada em momentos de intenso trabalho, com a contratação de trabalhadores temporários (como é o caso da época da colheita do tabaco). Além das atividades relacionadas com o cultivo do fumo, como a preparação do solo, o manejo de pesticidas e fertilizadores, a colheita, cura e pré-classificação das folhas, o agricultor e sua família precisam realizar atividades de apoio aos processos produtivos e ao *hábitat* em geral (como a manutenção dos caminhos de acesso, instalação e manutenção de sistemas de irrigação, a construção e manutenção das edificações da propriedade, a manutenção das estufas, máquinas e ferramentas, e cuidados com os animais, etc.), tarefas estas que se somam ao desgaste físico e mental provocado pelo cultivo de fumo” (HEEMANN, 2009, p.32).

O ciclo produtivo do tabaco apresenta uma diferenciação entre o trabalho de homens e mulheres, as mulheres e crianças maiores participam de quase todas as atividades, inclusive da derrubada da lenha, necessária para manutenção das estufas durante a secagem. Arar, manutenção temperatura constante na estufa a noite e passar veneno nas plantas são, em geral, atividades consideradas masculinas. Ainda nos serviços, como amarrar as folhas, classificá-las e fazer os pequenos molhos encontram-se a presença das mulheres, crianças e idosos. (HEEMANN, 2009; PAULILO, 1987).

A figura abaixo demonstra esse ciclo produtivo e as fases do cultivo já descritas anteriormente, permitindo a visualização do tempo que o fumicultor se mantém comprometido com a atividade laboral em dias.

Figura 6 – Ciclo Vegetativo da Cultura do Tabaco



Fonte: Heemann (2009)

6.3 A FUMICULTURA E O RISCO À SAÚDE DO TRABALHADOR

Os fumicultores do Sul do Brasil caracterizam-se por serem agricultores minifundiários. O perfil das propriedades, segundo dados da AFUBRA (2008), apresentava uma área média de 16,5 hectares, dos quais apenas 2,5 hectares, são utilizados para a fumicultura. A área restante passa a ser destinada para atividades de subsistência, criação de animais, pastagens, açudes e florestas (AFUBRA, 2008).

O número de famílias envolvidas com a atividade da fumicultura na região sul do país na safra 2006/07 era de 182.650 e que cerca de 530 mil pessoas trabalham diretamente no cultivo do tabaco, além de gerar mais de 237 mil empregos sazonais na contratação de mão-de-obra, principalmente durante a colheita. As famílias dos produtores de tabaco possuem, em média, 4,6 integrantes, dos quais 2,9 trabalham nas lavouras, o restante é constituído por crianças, adolescente e idoso (AFUBRA, 2008; SINDIFUMO, 2008).

Sobre a produção do trabalho, a agricultura familiar, aqui mais especificamente a fumicultura traz consigo algumas considerações importantes no que diz respeito à diferenciação do trabalho por gênero e idade, as horas da jornada

de trabalho exaustivas devido, muitas vezes, a contratos que o aumento de renda só ocorre com o aumento de produtividade o que restringem a negociação com o agricultor. Em especial na fumicultura a jornada de trabalho se estende por todo o ano, entre as etapas da semeadura até o pagamento pela entrega do produto (HEEMANN, 2009).

Dados apresentado pelo DESER (2010) demonstram as relações entre a renda e o numero de pessoas da mesma família envolvidas com a produção, constatou-se que:

“Há presença de pelo menos um jovem (entre 16 a 25 anos) em 52% das famílias que têm renda com fumo inferior a 2 salários mínimos mensais. Já entre as famílias com renda superior a 4 salários mínimos mensais, os jovens estão presentes em 65% delas. Nas famílias produtoras de fumo de estufa, o trabalho do marido está presente em 96% delas e o trabalho da mulher em 90%. Já a participação do trabalho de rapazes é verificada em 40% das famílias e o trabalho de moças em 29% das famílias. Em 10,5% das famílias admite-se a presença de trabalho infantil. A renda também influencia na qualidade da mão de obra. As maiores rendas estão relacionadas à menor idade média, ou seja, quanto mais jovem a mão-de-obra, maior é a renda” (DESER, 2010, p.46).

Nesta intensa atividade laboral que envolve toda a família, Araldi (2004) evidencia o critério ergonômico, essencial para um bom ambiente de trabalho, a ergonomia auxilia as pessoas a atingir seus objetivos com menor esforço, estresse, e erros, dentro dos limites toleráveis. Entretanto, quando as condições ambientais são desfavoráveis o ambiente de trabalho se torna uma grande fonte de tensão, aumentando o risco de acidentes e podendo causar danos consideráveis à saúde do trabalhador. Os principais fatores físico-ambientais a serem considerados no trabalho agrícola são o ruído, vibrações, iluminação, temperatura, e radiação solar, já evidenciados anteriormente.

Neste sentido, a Convenção-Quadro apoia outras atividades alternativas para os fumicultores, repensando a saúde do cultivador ou produtor de tabaco, aponta a questão da diversificação como forma de desenvolvimento aliada à subsistência da agricultura familiar.

A diversificação vem de encontro a fatores apontados por Cazella (2009): a segurança alimentar e a necessidade de programar políticas de apoio à agricultura familiar.

As questões relacionadas aos problemas que os fumicultores enfrentam influenciam diretamente em sua saúde, a dificuldade de acesso e o atendimento

deficiente da saúde pública no meio rural agrava esta situação onde as ações de promoção e proteção à saúde do trabalhador são escassas, se não inexistentes.

Dentre os riscos e problemas descritos, as intoxicações nos chama atenção especial no contexto da saúde do fumicultor, visto que, no ciclo vegetativo do tabaco percebe-se o número elevado de aplicações de produtos químicos necessários para esta cultura.

As intoxicações e reações por produtos químicos ocorrem, não apenas por agrotóxicos, mas também pela manipulação de adubos, o Quadro 3, a seguir, demonstra os riscos a saúde presentes em adubos utilizados pelos fumicultores.

Quadro 3: Adubos Químicos e seus riscos à saúde.

Produto	Risco à saúde
Salitre do Chile	Em contato com a pele pode provocar inchaço, acarretando o aparecimento de tumores.
Sulfato de Amônia	Pode provocar alergias (respiratórias e de pele).
Nitrato de Amônia	Pode provocar irritações na pele, como coceiras, inchaço e dores como as de queimaduras quando em contato com ferimentos.
Superfosfatos	
Superfosfatos	O contato direto com este produto pode provocar irritação da conjuntiva, das pálpebras e ulceração da córnea, com risco de perda da visão devido à ação nociva da poeira do produto. Podem provocar ainda dermatites de contato irritativas e, raramente, dermatites alérgicas.
Nitrato de Cálcio	Efeito irritante e cáustico, com avermelhamento da pele, coceira e ulcerações, algumas vezes profundas e extensas.
Cloreto de Potássio	Provoca irritações na pele.
Torta de Mamona	Pode provocar alergia, irritação da conjuntiva e das membranas da mucosa do aparelho respiratório.

Fonte: Heemann (2009)

Na cultura do tabaco a aplicação de agrotóxicos é constante e faz parte do manejo da cultura, oferecendo maior risco aos fumicultores.

Os agrotóxicos, segundo Heemann (2009), são classificados segundo o tipo de pragas contra as quais eles atuam, como inseticidas, herbicidas e fungicidas, o quadro 4 demonstra esta classificação.

Quadro 4 – Tipos de agrotóxicos e pragas que controlam

Grupo de Agrotóxicos	Peste Controlada
Acaricidas	Ácaros
Avicidas	Aves
Bactericidas	Bactérias
Carrapaticidas	Carrapatos
Columbicidas	Pombos
Cupinidas	Cupins
Formicidas	Formigas
Fungicidas	Fungos
Herbicidas	Ervas daninhas
Inseticidas	Insetos
Larvicidas	Larvas
Molusquicidas	Moluscos
Nematicidas	Vermes
Piolhidas	Piolhos
Pisticidas	Peixe
Predacidas	Vertebrados
Purguicidas	Pulgas
Raticidas	Roedores

Fonte: Heemann (2009)

A exposição a agrotóxicos se constitui em um grave problema de saúde pública em todo o mundo, principalmente nos países em desenvolvimento, segundo Peres (2005, p.1837):

“Estima-se que dois terços da população do país estão expostos, em diferentes níveis, aos efeitos nocivos desses agentes químicos, seja em função do consumo de alimentos contaminados, do uso de agrotóxicos para o combate de vetores de doenças infecto-contagiosas ou pela atividade laboral. Mas nenhum grupo populacional brasileiro é tão vulnerável a esses produtos quanto os trabalhadores rurais” (PERES et al, 2005, p. 1837).

O risco que os agrotóxicos representam deve ser analisado quanto a dimensão social que este representa e não apenas a uma análise técnica de riscos,

o fator ambiental também deve ser considerado, visto que a contaminação do solo, de rios e alimentos também incidem na saúde dos indivíduos e na preservação do meio ambiente (PERES et al, 2005).

Os fumicultores trabalham com uso intensivo de produtos químicos e para uma boa colheita é necessário múltiplas aplicações de inseticidas, herbicidas, agentes de amadurecimento e reguladores de crescimento. Os riscos de saúde associados a fumicultura já foram identificados em 1713 por Bernardino Ramazzini, considerado o precursor da medicina ocupacional, ele registrou inclusive vários sintomas em agricultores de tabaco italianos como dores de cabeça e doenças de estômago, atribuindo-os à exposição ao tabaco (HEEMANN, 2009).

Na fumicultura, além do risco de intoxicações por agrotóxicos existe também o risco de intoxicação pelo contato com a folha do tabaco, o qual ocasiona uma doença ocupacional, a doença da folha verde do tabaco (OLIVEIRA et al, 2010).

A *Green tobacco sickness* (GTS), ou doença de tabaco verde, foi descrita pela primeira vez na Flórida em 1970, é causada por intoxicação aguda de nicotina causada pela absorção dermal da nicotina produzida pela folha de tabaco madura. Heemann (2009, p.65) identifica sintomas principais associados a esta doença:

“A doença não possui um diagnóstico criterioso, a sua identificação é realizada através do reconhecimento dos sintomas comumente apresentados, como por náusea, vômito, fraqueza, diarreia, dor de cabeça, dores abdominais, vertigem, dificuldades de respiração, variações na pressão arterial e nos batimentos cardíacos, durante ou depois da exposição ao agente *Nicotiana Tabacum* em folhas de fumo. Este problema é causado pela absorção dermal da nicotina durante o processo de colheita. Contudo, a GTS também pode resultar em condições severas como desidratação e conseqüentemente na necessidade da assistência médica de emergência” (HEEMANN, 2009, p.64).

Oliveira et al (2010) p. 2263) relata que a absorção dérmica da nicotina por agricultores que trabalham com o cultivo do tabaco provoca uma intoxicação aguda denominada doença da folha verde do tabaco. “Apesar de o Brasil ser o segundo produtor mundial, a doença da folha verde do tabaco ainda não havia sido relatada no país” (OLIVEIRA et al, 2010, p. 2263)

Os aspectos relacionados a esta doença ocupacional são apresentados no quadro 5, descrevendo sobre a exposição, sinais e sintomas, o histórico, tratamento e prevenção.

Quadro 5 – Aspectos da Doença da Folha Verde do Tabaco

<i>Aspectos da Doença</i>	<i>Descrição</i>
Exposição, Sinais e Sintomas	-Contato de pele (mãos, antebraços, axila, pés, coxas, costas) com nicotina dissolvida em folhas de fumo (molhadas). -Sintomas e sinais comuns: náuseas, vômito, vertigem, dor de cabeça. -Outros sintomas e sinais: dores abdominais fracas, respiração ofegante, diarreia, calafrios, alterações na pressão arterial e nos batimentos cardíacos, salivação.
Histórico	Latência: de 3 a 7 horas após a exposição (em média 10 horas) Duração: em média 2,4 dias (de 12 a até 72 horas), varia de acordo com as características pessoais.
Tratamento	Re-hidratação e tratamento sintomático.
Prevenção	A roupa, luvas e botas resistentes à água, evitar trabalhar em condições de umidade (no início da manhã, chuva), trocar de roupa quando estiver úmida ou molhada e lavar a roupa embebida com a seiva do tabaco.

Fonte: Heemann (2009)

Dentre os sintomas evidenciados, Heemann (2009) e Oliveira (2010) relatam que náuseas, vômito, dor de cabeça, tontura e sensação de fraqueza são evidenciados. O diagnóstico é baseado na história clínica de relato de sintomas, exposição ao tabaco e elevados níveis de nicotina presentes no sangue, saliva ou urina. Nestes exames a cotinina é o principal metabólito da nicotina e é mensurado e utilizado como uma medida de exposição à nicotina.

A doença aponta como fator de risco para casos positivos da doença ser do sexo masculino, presença na atividade da fumicultura e ser não-fumante (OLIVEIRA et al, 2010).

Heemann (2009, p. 65) relata que a taxa de absorção transdermal não ocorre apenas pela exposição da pele às folhas de tabaco, mas também a outros fatores relacionados:

“... pelo contato da folha de tabaco úmida ou molhada com a pele, com cortes ou bolhas existentes na pele, e pela vaso-dilatação provocada pelo consumo de álcool antes do trabalho. As axilas, onde os agricultores normalmente acondicionam as folhas, são especialmente suscetíveis a absorção química. O uso de produtos de fumo (como cigarro) parece reduzir a absorção” (HEEMANN, 2009, p. 65).

Portanto fatores como ser ou não fumante interferem nos níveis de intoxicações pela nicotina, bem como na intensidade de sintomas apresentados principalmente na fase da colheita do tabaco. No estudo da percepção de risco pelos fumicultores torna-se essencial conhecer o ciclo e as fases na produção do tabaco, visto que alguns riscos podem estar presentes ou não em diferentes etapas do processo produtivo.

6.4 A CONVENÇÃO QUADRO

Com a intenção de dar prioridade ao direito de proteção à saúde pública a Convenção Quadro para o Controle do Tabaco (CQCT) considera o tabagismo como um problema global de graves consequências. Existe uma preocupação internacional com as sérias consequências sociais, sanitárias, econômicas e ambientais geradas pelo consumo e exposição ao tabaco no mundo (CQCT, 2003, p. 1).

A CQCT consiste no primeiro tratado internacional de saúde pública adotada na 56ª Assembleia Mundial da Saúde em maio de 2003 e assinado por mais de 190 países. Entre 1998 e 2003, esse tratado teve origem a partir de uma campanha liderada por Gro Harlem Brundtland contra o tabaco. O Brasil, embora tenha liderado o processo de negociação do acordo entre 1999 e 2003, somente ratificou o tratado em novembro de 2005.

A Comissão Nacional para o Controle do Uso do Tabaco (CNCT) foi criada pelo Decreto nº 3.136/1999, no Brasil. Essa comissão analisou os dados e informações nacionais referentes ao controle do tabagismo para subsidiar o Presidente da República nas decisões e posicionamentos durante as negociações da Convenção-Quadro entre 1999 e 2003.

Em agosto de 2003, a Comissão Nacional para o Controle do Uso do Tabaco (CNCT) foi substituída pela Comissão Nacional para Implementação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco e de seus Protocolos (CONICQ), que representou mais um importante impulso para o controle do tabaco no Brasil, passando a ter caráter executivo pelo Decreto de 1º de agosto de 2003.

A CQCT propõem medidas para a redução da demanda por tabaco, utilizando de estratégias voltadas ao setor econômico como o aumento de impostos e preços; restrição de lugares para fumantes e proteção contra a fumaça do tabaco, promoção de ambientes 100% livres do tabaco; regulamentação do conteúdo dos produtos contendo tabaco como a proibição de qualquer tipo de aditivo na fabricação dos derivados do tabaco; regulamentação da divulgação das informações sobre os produtos de tabaco como descrição de todos os componentes tóxicos contidos e suas consequências; proibição de publicidade, promoção e patrocínio do tabaco em qualquer meio que possa de modo falso, equivocado ou enganoso, induzir a erros relativos às propriedades e efeitos causados pelo tabaco para a saúde e meio

ambiente, e, exigir em toda publicidade seja acompanhada de advertências ou mensagem sanitária; educação, comunicação, treinamento e conscientização do público de modo contínuo; adotar medidas eficazes de promoção do abandono do consumo do tabaco (YAMADA, 2012).

Portanto, como tais medidas afetam diretamente o consumo, conseqüentemente a produção pode sofrer os impactos referentes às restrições impostas. A CQCT propõe atividades alternativas para os cultivadores de tabaco (fumicultores).

PARTE IV: MEDIDAS RELATIVAS À REDUÇÃO DA OFERTA DE TABACO

Artigo 17

Apoio a atividades alternativas economicamente viáveis. As Partes, em cooperação entre si e com as organizações intergovernamentais internacionais e regionais competentes promoverão, conforme proceda a alternativas economicamente viáveis para os trabalhadores, os cultivadores e, eventualmente, os varejistas de pequeno porte.

PARTE V: PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE

Artigo 18

Proteção ao meio ambiente e à saúde das pessoas em cumprimento às obrigações estabelecidas na presente Convenção, as Partes concordam em prestar devida atenção, no que diz respeito ao cultivo do tabaco e à fabricação de produtos de tabaco em seus respectivos territórios, à proteção do meio ambiente e à saúde das pessoas em relação ao meio ambiente. (CQCT, 2003, p14)

O artigo 17, da CQCT propõem a diversificação aos produtores de tabaco como estratégia de alternativa à cultura do tabaco como instrumento de enfrentamento e sobrevivência futura frente medidas que serão adotadas gradativamente, referentes às restrições de consumo.

6.5 IMPACTOS DA FUMICULTURA NO DESENVOLVIMENTO HUMANO

O cenário da fumicultura demonstra-se complexo, trata-se de uma atividade agrícola distante de ocorrer em regiões de maior desenvolvimento humano, “sua presença acontece entre os mais pobres”, ocupando a força de trabalho incessante das famílias rurais (PERONDI, 2008, p. 20).

Neste momento os conceitos de desenvolvimento demonstram relevância no que se refere à análise sobre esta cultura, para tanto, utiliza-se do referencial de Sen (2000).

O conceito de desenvolvimento descrito por Sen demonstra uma conotação ética e humana, onde o autor promove a perspectiva de uma mudança no

paradigma existente ao alterar a definição de desenvolvimento que contemplava apenas a renda per capita do país (crescimento econômico) para uma visão de liberdade e reintrodução do elemento social no capitalismo atual.

Tais contribuições permitem aos países uma visão holística do contexto desenvolvimento não restrita a riqueza de uma nação, o que então se identificava pelo Produto Interno Bruto (PIB), mas sim a medições de desenvolvimento social. As novas concepções de Sen permitem uma perspectiva de desenvolvimento real, aliando o crescimento econômico e renda ao aspecto social, o que levou órgãos como o Banco Mundial a reavaliar suas políticas de apoio ao desenvolvimento no mundo.

Sua visão possibilitou novos padrões de classificação de desenvolvimento nos países, o IDH – Índice de Desenvolvimento Humano. Estes padrões visam garantir uma melhor distribuição dos benefícios para a população.

Sen afirma que a conquista da riqueza como meta de desenvolvimento cerceia questões fundamentais como a democracia, a liberdade e os direitos civis que os habitantes não poderiam desfrutar.

A problemática então de questões como a fome, a pobreza extrema, regimes autoritários e a falta da liberdade, contextualizam a privação no exercício das capacidades dos indivíduos.

Nesse sentido para o autor "o desenvolvimento consiste na eliminação de privações de liberdade que limitam as escolhas e as oportunidades das pessoas de exercer ponderadamente sua condição de agente" (SEN, p.10, 2000).

A análise do desenvolvimento apresentada por Sen considera as liberdades dos indivíduos como "elementos constitutivos básicos". Assim chama atenção em particular para "... a expansão das capacidades das pessoas de levar o tipo de vida que elas valorizam" (SEN, p.32, 2000).

Nesse contexto buscamos refletir sobre os aspectos da fomicultura relacionados ao desenvolvimento e aos indivíduos envolvidos neste setor produtivo. Assim, Sen (2000), considera:

"O desenvolvimento tem de estar relacionado, sobretudo com a melhora da vida que levamos e das liberdades que desfrutamos". Expandir as liberdades que temos razão para valorizar não só torna nossa vida mais rica e mais desimpedida, mas também permite que sejamos seres sociais mais completos, pondo em prática nossas volições, interagindo com o mundo em que vivemos e influenciando esse mundo" (SEN, p.29, 2000).

Então limitamos o processo de desenvolvimento quando relacionamos este apenas aos indicadores econômicos, o crescimento econômico pode ser visto como um meio, mas não um fim para o desenvolvimento. Refere-se ao desenvolvimento social como o fim a ser atingido como objetivo maior e nesse contexto pratica-se o exercício das liberdades a que estes indivíduos teriam o direito a usufruir.

Neste exercício das liberdades destacam-se os aspectos sociais dos indivíduos. O autor adota a visão de que a liberdade envolve "... tanto os processos que permitem a liberdade de ações e decisões como as oportunidades reais que as pessoas têm,..." (SEN, p.31, 2000).

Como então pode um país ser considerado desenvolvido se aspectos sociais como a fome e a pobreza são evidentes na sua população? Estas questões levantadas por Sen influenciaram metas do Banco Mundial, onde em seu relatório anual de 2010 demonstra o reconhecimento da pobreza como um fenômeno multidimensional e a relaciona à incapacidade de atingir padrões satisfatórios de educação, saúde, nutrição, acessos ambientais e saneamento. Porém o mesmo documento define como meta para redução da pobreza a redução do número de indivíduos que vivem com menos de US\$ 1,25 por dia ou a proporção de pessoas que sofrem de fome até 2015. (Banco Mundial, 2010).

Na compreensão deste contexto, baseando-se em Sen (2000) e Khun (2006), o aumento da renda é relevante, entretanto não se constitui como principal, o êxito do crescimento e aumento de renda nacional dependerá da capacidade em expandir as escolhas das pessoas, em aumentar suas capacitações para fazer e ser o que desejam. Sen propõe a abordagem das capacitações como forma de analisar todas as dimensões do processo de desenvolvimento.

Uma visão direcionada ao agente, onde o individuo pode definir seu próprio destino a partir de oportunidades sociais adequadas direciona a perspectiva do processo de desenvolvimento centrado na liberdade.

Esta liberdade de escolhas, de oportunidades, onde o individuo busca a expansão de um conjunto capacitário a fim de atingir o bem estar bio-psico-social, pode sofrer privações.

A superação do problema da pobreza nos leva a refletir sobre a privação destas capacidades que os indivíduos são submetidos, quando a qualidade de vida de que poderiam desfrutar sofre uma retenção em diversas esferas.

Vale lembrar que grande parte da cesta básica vem da agricultura familiar, segundo Censo Agropecuário 1995/1996 – IBGE, apesar de cultivar uma área menor com lavouras e pastagens (17,7 e 36,4 milhões de hectares, respectivamente), a agricultura familiar é responsável por garantir boa parte da segurança alimentar do país, cumprindo um papel de importante fornecedora de alimentos para o mercado interno.

As pessoas de baixa renda sofrem com a carência de alimentos, educação, saúde e moradia, vivem com privações de capacidades e de alcançar as liberdades fundamentais de que gostariam. Normalmente podem estar vulneráveis a violência e doenças, condições que as tornam impotentes para exercer uma participação social ativa e influenciar decisões. O Banco Mundial destaca em seus relatórios a influência da percepção do economista indiano Amartya Sen na comunidade de desenvolvimento. Esta concepção favoreceu a atuação desta instituição em concentrar esforços e investimentos na promoção de uma melhor qualidade de vida das pessoas que sofrem privações relativas e absolutas de suas capacidades. Em seu relatório anual de 2010 o Banco Mundial define como atividade principal superar a pobreza e impulsionar o crescimento econômico nos países em desenvolvimento. (Banco Mundial, 2010).

A falta da renda é uma “condição predisponente” para a pobreza. O argumento utilizado pelo autor é de que a pobreza “deve ser vista como a privação de capacidades básicas” (Sen, p.109, 2000), a pobreza vista como uma das principais formas de privação da liberdade.

Sen utiliza alguns argumentos para abordar a pobreza como privação de capacidades e destaca primeiramente em “privações intrinsecamente importantes”; segundo que existem outras influências sobre a privação de capacidades como pobreza real além da renda e terceiro que a “relação instrumental entre baixa renda e baixa capacidade é variável entre comunidades e até mesmo entre famílias e indivíduos” (Sen, p.110, 2000), destacando este terceiro argumento na análise da ação pública destinada a redução da pobreza resgatando princípios de Adam Smith que demonstra “preocupação com o abismo entre ricos e pobres” (Sen, p.131, 2000).

A preocupação com a desigualdade é levantada como próspera entre os economicistas, porém, na restrita esfera da renda, para Sen esta visão negligencia aspectos relacionados “... a desigualdade e a equidade, modos que influenciam de

maneira muito mais abrangente a elaboração das políticas econômicas” (Sen, p.131, 2000).

Assim as ações públicas como combate ao desemprego, doenças, analfabetismo e exclusões sociais são distorcidas devido à ênfase dadas a pobreza como desigualdades medidas apenas pela renda.

Fatores como idade (idosos e jovens), localização (seca ou inundações), papéis sexuais e sociais, condições epidemiológicas e demais variações podem afetar as relações entre renda e capacidade, reduzindo as capacidades dos indivíduos em aferir uma melhor renda (CRESPO, 2002).

Ações como educação e saúde aumentam o potencial do indivíduo em aumentar sua renda, assim percebemos que o alcance das pessoas a meios e serviços é que realmente aumenta as chances de sair da pobreza como privação absoluta. A pobreza deve ser então entendida, segundo Sen, como a privação da vida que as pessoas podem realmente levar, o bem-estar e as liberdades que elas realmente têm.

7 ESTUDO DAS COMUNIDADES

7.1 COMUNIDADE ITAÍBA – MARMELEIRO – PR

Foram entrevistadas nesta comunidade 08 moradores com idade mínima de 27 anos e máxima de 68 anos, sendo 4 mulheres e 4 homens, como ilustrado na tabela (4) abaixo.

Tabela 4 - Indivíduos entrevistados segundo gênero e faixa etária em anos da Comunidade de Itaiba

Tabela 4 Indivíduos entrevistados segundo gênero e faixa etária em anos da Comunidade de Volta Grande				
faixa	feminino	%	masculino	%
27 – 33	2	25	0	-
34 – 41	1	12,5	1	12,5
42 – 47	1	12,5	0	-
48 – 68	0	0	3	37,5
Total	4	50	4	50

Fonte: pesquisa do autor

Sendo 4 indivíduos do sexo feminino e 4 do sexo masculino. A prevalência maior de população no sexo feminino foi a faixa etária de 27 a 33 anos de idade com 2 indivíduos equivalente a 25% dos entrevistados e 3 do sexo masculino na faixa etária de 48 a 56 anos de idade o que equivale a 37,5% dos entrevistados, como ilustra a Tabela 4.

Com relação aos dados sociodemográficos, a **idade** dos indivíduos (ambos os sexos) que desenvolvem atividades na fumicultura variou 27 e 68 anos, sendo a média de 44,7 anos, apontando para trabalhadores maduros, com vivências no mundo do trabalho rural.

O dado referente ao **sexo** demonstra o trabalho representativo das mulheres na atividade laboral da fumicultura tanto quanto do homem.

O tempo médio de trabalho na agricultura é de 32 anos e o tempo médio de trabalho com a fumicultura é de 16 anos.

Dentre os 8 indivíduos entrevistados, 3 referiram não ser fumante e 5 referiram ser tabagistas.

Fatores como ser ou não fumante interferem nos níveis de intoxicações pela nicotina, bem como na intensidade de sintomas apresentados principalmente na fase da colheita do tabaco.

Referente à **escolaridade** constatou-se a média de 5,25 anos de estudo dos indivíduos entrevistado, vale considerar a perspectiva das capacidades relacionadas aos condicionantes determinados por Sen (2000), onde as pessoas que sofrem com a carência de alimentos, educação, saúde e moradia, vivem com privações de capacidades e de alcançar as liberdades fundamentais de que gostariam.

Quando ao acesso á saúde, identificou-se a precariedade do atendimento público quando necessário. Ações de acompanhamento em relação a saúde do trabalhador nesta comunidade não foram relatadas e 80% das falas revelam raramente precisar de atendimento a saúde. Porém existe um descontentamento referente a demora para consultas no Posto de Saúde.

Referente aos aspectos da percepção de risco, ao analisar o discurso dos fumicultores da comunidade de Itaíba, se constatou que o risco é negado inicialmente frente o processo de trabalho na fumiicultura, porém é percebido e evidenciado nos discursos, mesmo que nem sempre relacionado ao trabalho. Os fatos são relatados de forma isolada, sem a reflexão do fumicultor sobre a sua origem e causalidade, os riscos e sintomas são geralmente atribuídos a tarefas isoladas em relação à atividade laboral. Alguns discursos apresentam o risco referente ao uso de agrotóxico como o mais evidente no processo produtivo, mais essa evidência demonstra-se sempre ao longo do discurso, após a negação inicial da presença de riscos ocupacionais.

“Não, isso não. A gente se cuida.” F6 (questionado sobre riscos no trabalho)

“Não, a respeito do fumo ainda não. Mas com certeza que sei lá né? Mais cedo ou mais tarde vai acabar vindo as consequência.” F1

“... por que é um produto muito tóxico é muito perigoso o veneno para quem usa, principalmente o veneno do broto, é um veneno tóxico barbaridade. Pode colocar mascara que mesmo assim ele intoxica a pessoa.” F6

A partir de uma negação inicial do risco ocupacional, ocorre o relato da percepção sobre estes riscos pelos indivíduos entrevistados, evidenciando também as fases do processo de trabalho e sua relação constante com os agrotóxicos já demonstrados por Heemann (2009).

“O fumo você sabe é uma corrente, do começo ao fim é tudo risco para a saúde, por que desde a muda no canteiro, ali dentro das piscina, da estufa para preparar a muda, desde ali já tem que estar pondo a mão em agrotóxico, tudo é veneno. Até porque vem piolho e come a muda. A

mudinha pequeninha “assim” tem que pulverizar, fazer um monte de coisa é tudo com veneno. Então você está criando uma coisa que precisa de veneno do princípio ao fim. Por que se não por veneno as pragas destroem tudo. Vai ficar uma muda feia, uma muda fraca e não vai desenvolver igual as outras. Então é uma seqüência de veneno do começo até o final. Ai quando você vai pro galpão, pra de baixo do galpão para “despencar, amanotar” também há um cheiro de fumo muito forte.” F1

Porém no mesmo discurso, quando questionado ao indivíduo possuir um problema de saúde relacionado ao trabalho o mesmo relatou:

“Graças a Deus até agora não. Me atacou um pouco esses dias, não sei se é o pulmão, por causa que eu tomei uma chuva lá na roça meio suado, daí me deu um tipo uma tosse, um tipo uma dor..” F1

Entretanto o seguinte discurso demonstra a não identificação dos riscos relacionados ao uso de agrotóxico ou possível desconhecimento dos sinais e sintomas de intoxicação por produtos químicos.

“Eu não, eu fazem 10 anos que passo veneno ali e entro dentro do galpão é difícil dizer que eu fiquei ruim mesmo, pode dar um abatezinho assim mas é muita pouca coisa. O que mais passa veneno aqui em casa sou eu.” F2 (quando questionado sobre o risco relacionado ao uso de agrotóxico)

O mesmo indivíduo refere-se aos sintomas típicos de intoxicação nas fases de contato com o agrotóxico, porém, não os relaciona a sua atividade laboral com o tabaco.

“Ah não, não. Isso o que pode dar as vezes é a comida que eu como, mas para mim não é do fumo não. Tem dias que não posso comer tal comida, tem dias que não desce.” F2

“... por que é um produto muito tóxico é muito perigoso o veneno para quem usa, principalmente o veneno do broto, é um veneno tóxico barbaridade. Pode colocar mascara que mesmo assim ele intoxica a pessoa...” F8

Na análise foi possível constatar um relato de intoxicação, diagnosticado, o fumicultor relata a intoxicação de um familiar (filho):

“Foi uma intoxicação, depois que o Dr. Deu sinal, que deu a volta. Trocou os remédios de um medico, trocou tudo, ai ele foi reagindo, mas foi tempo.” F1

O discurso dos indivíduos desta comunidade descreve todas as fases do processo produtivo, em específico no cultivo do tabaco tipo Burley ocorre a secagem em galpões onde o tabaco é pendurado a uma altura de 4 a 5 metros, manualmente.

Evidenciamos riscos de acidentes e ergonômicos nesta fase e relatos se referem as dificuldades enfrentadas pelos fumicultores:

“Já cai pendurando fumo e me machuquei.” F2

A sobrecarga de trabalho é identificada em todos os discursos e se intensifica em horas trabalhadas nos períodos de colheita e secagem

“... 8 horas, de 8 a 10 horas, depende por que a gente aqui no interior, a gente não vai por hora a gente vai pelo sol. Daí quando é horário de verão escurece mais tarde né!? Nossa jornada de trabalho é bastante grande. Mais na época de plantio e de colheita, que é o trabalho mais intenso, o plantio tem que ser na chuva, não pode ter sol para plantar. Então o dia que chove você tem que aproveitar o máximo possível.” F3

“De manhã la pelas 7, 7 e pouco. E paro a tarde la pelas 19 horas. Quase 12 horas por dia. Paro as 11:30 e volto as 13:30.” F2

“Olha tem dias que não tem hora para começar e não tem hora para parar, principalmente na colheita.” F7

Ao analisarmos a sequência do seguinte discurso do F3 sobre a percepção do risco fica evidente a falta de relação do risco como o processo de trabalho. Quando questionado sobre existir algum risco o fumicultor relata que não, porém refere problema de saúde e sintomas referentes a esse problema se agravarem devido as fases do processo produtivo como percebemos a seguir:

“Não, a gente usa capa, a gente não se molha nada. Daí a gente usa tudo, se protege, coloca bota, capa de chuva, tudo... Não tem risco.” F3

“Eu tenho um problema, um nódulo no seio, que eu não posso tirar, daí pra eu erguer muito peso me machuca. Quando é época de colher que daí é mais pesado. Tem uma carga mais excessiva de peso. Ergo fardos e faço tudo, o que ele faz eu faço.” F3

Sobre a fase da colheita, os fumicultores referem passar mal, sintomas claros de intoxicação por nicotina são evidenciados nos discursos, porém, nem sempre relacionados ao trabalho.

“O mais é além de tu colher o fumo murcho e tu botar em cima do carretão e esquentar, isso pode ser o risco maior, por que ele “fermenta” e vira um produto tóxico, mais forte do que um cheiro de veneno.” F2

“Na colheita e na secagem que tem um cheiro forte. Ai quando chega de tardezinho começa a dar um mal estar.” F7

Quando questionado sobre como sentia esta etapa do processo produtivo o fumicultor respondeu:

“O cara sente uma agonia. Parece que esta morrendo, falta fôlego. Daí tem que deixar do lado e sair. Falta ar e dá uma sensação ruim. É o mesmo que tu deixar o fumo aqui e molhar ele, tem uma (...) ruim dentro. Quando tá seco tu não sente nada” F2

A tentativa de utilização de E.P.Is é identificada nos discursos, porém, os relatos das dificuldades de adaptação destes equipamentos ao trabalho agrícola é evidenciado, percebe-se que os fumicultores também desenvolvem alguns mecanismos de defesa para minimizar os riscos. Neste momento se evidenciou o risco não como um fator do processo de trabalho, mas sim, como consequência da falta de “cuidado” individual do trabalhador.

“Tem, tem os macacão, mas eu não consigo usar, dá uma agonia e a gente quase morre lá dentro, debaixo do sol quente...” F2

“É sempre passo o veneno ao contrário do vento, nunca a favor...” F2

“Na hora da colheita não usamos nada pra não se cortar, meu irmão e eu nos cortamos, na verdade por descuido, meu irmão foi tirar um cipozinho do fumo e tirou uma lasca do dedo. Na verdade se tu se cuidar não tem risco, tem que se cuidar em todas as partes. Sempre alerta, cuidar que tá em baixo, quem tá em cima.” F2 Na hora da colheita não usamos nada pra não se cortar, meu irmão e eu nos cortamos, na verdade por descuido, meu irmão foi tirar um cipozinho do fumo e tirou uma lasca do dedo. Na verdade se tu se cuidar não tem risco, tem que se cuidar em todas as partes. Sempre alerta, cuidar que tá em baixo, quem tá em cima.” F2

“As vezes tem que usar os equipamentos para passar veneno, na roça ele usa máscara, luva, chapéu. Só que o problema é o cheiro do veneno. Mesmo com a máscara a gente sente o cheiro, o veneno tem a faixa vermelha.” F5

“Tem os equipamento que eles nos mandam para trabalhar aqui, mas geralmente a gente não usa por que ficamos “meio”amarrado para trabalhar.” F8

Relatos relacionados a ergonomia também se fazem presentes nos discursos, porém, o problema detectado nem sempre é percebido pelo fumicultor como tendo relação com o processo de trabalho no tabaco.

“Eu praticamente, não trabalho muito, mais é meu marido. Eu por causa do meu problema de coluna não posso ajudar muito. Mais é ele que trabalha, porem não se queixa de nada que prejudique.” F4

“Olha, eu não ergo, lá eu somente ajudo a espetar. No começo eu ajudava bastante, mas agora não posso ficar abaixando e levantando. Estou com um processo no INSS, fazem mais de 60 dias que estou somente dentro de casa por que tenho sentindo muita dor ultimamente.” F4 (referindo-se ao processo de trabalho no Galpão)

“Erguemos nos braços, uns ficam embaixo e os outros em cima do cavalete, meu marido já caiu, mas não se machucou. É pesado os fardos.” F5 (processo de secagem do fumo no galpão)

Este trabalhador relata não estar mais em condições de trabalhar na fumicultura devido dor lombar e problema relacionado a coluna, refere ser de erguer peso, mas justifica não ser específico do trabalho com o tabaco. Porém este trabalhador se encontra a 10 anos trabalhando na fumicultura.

Na análise foi caracterizado e classificado os riscos ocupacionais a partir do discurso dos fumicultores, baseado nas categorias de riscos ocupacionais relacionados ao trabalho na agricultura segundo Heemann (2009) e Ministério do Trabalho - Norma Regulamentadora – NR 9 – Riscos ambientais – Brasil, (2001).

Quadro 6 - Classificação do Riscos Ocupacionais Identificados – Percepção de Risco – Comunidade de Itaíba/Marmeleiro

<u>Risco</u>	Situação de trabalho / Agravo a saúde
Físico	<p>- Frio, vento e chuva - “... Me atacou um pouco esses dias, não sei se é o pulmão por causa que eu tomei uma chuva” - tosse, algia torácica.”F1</p> <p>- Calor – “... uso de macacão de baixo do sol forte” F2 – refere sudorese intensa, desidratação.F2</p> <p>Refere trabalhar dias chuvosos. F4</p> <p>Refere trabalhar durante a colheita em dias ensolarados F8</p>
Químico	<p>- Uso de Agrotóxicos – “... De tarde usar uma maquina manual ai no meio do fumo, o dia inteiro a tarde a gente ta com dor de cabeça o veneno é muito forte” F1– refere sintomas de cefaléia, mal estar. F1</p> <p>Refere sintomas de intoxicação quando o marido passa agrotóxicos. F4</p> <p>Refere passar mal com o fumo. F4</p> <p>Refere mal estar com o fumo F6, F2, F7, F8, F3.</p>

Biológico	- Bactérias, vírus, fungos, ácaros – “... tem que estar no meio da lavoura, calfinar, regar, por uréia e adubo” F1 – referindo sintomas de infecção urinária. F1
Mecânico	- Máquinas e implementos agrícolas – “... Um dia cortando um pedaço de pau me saltou uma lasca de madeira e cortou meio forte” F1 – Acidente de trabalho; referindo sintomas de lombalgia. F1
Ergonômico	- Fatores fisiológicos e/ou psicológicos inerentes à execução da atividade - Utilização de produtos químicos, longas jornadas de trabalho, exigência de posturas inadequadas; trabalho em turno e noturno – Estresse.F2 Refere carga horária excessiva. F4
Químico	Aplicação de agrotóxicos – “... o estomago que dói né, todos os agrotóxicos o principal é o estomago que ataca primeiro” F2 – refere cefaléia, náuseas, algia epigástrica e insônia. F2 Refere sintomas de intoxicação quando utiliza agrotóxicos F7 Refere intoxicação devido ao agrotóxico F8 Refere mal estar durante a colheita do fumo devido ao cheiro forte F7
Biológico	- Preparo e manuseio de grãos e de animais, trabalho no preparo de solos, limpeza de pastos, risco para acidente com animais peçonhentos.
Mecânico	- Máquinas e implementos agrícolas – “... pega um facão, e areda pé por pé e corta bem embaixo” F2 – risco para acidente de trabalho.
Organização do trabalho	- Relações de trabalho, precarização, sazonalidade da produção que impõem sobrecarga de trabalho – “... Trabalha sábado até o meio dia pra vencer, nesta época da dor de cabeça de levantar e abaixar abaixa a pressão, pra dar conta do prazo” F2 – refere cefaléia, fadiga,
Ergonômicos	- Fatores fisiológicos e/ou psicológicos inerentes à execução da atividade - utilização de ferramentas inadequadas; más condições de conservação das ferramentas, longas jornadas de trabalho, esforço físico intenso, levantamento e transporte manual de peso, exigência de posturas inadequadas, monotonia, repetitividade e estresse – “... os fardos são colocados em baixo de uma lona pesa em medi 60kg” F2 – DORTs, fadiga. Refere elevar peso excessivo no seu dia-a-dia. F4 Refere carga horária excessiva e trabalho pesado durante o plantio do fumo F6

O ciclo produtivo do tabaco apresenta uma diferenciação entre gênero e idade, o trabalho dos homens é diferente das mulheres, as mulheres e crianças maiores estão mais próximos nas tarefas e participam de quase todas as atividades, inclusive da derrubada da lenha, necessária para manutenção das estufas durante a secagem. Arar, manutenção temperatura constante na estufa a noite e passar veneno nas plantas são, em geral, atividades consideradas masculinas. Ainda nos serviços, como amarrar as folhas, classificá-las e fazer os pequenos molhos encontram-se a presença das mulheres, crianças e idosos. (HEEMANN, 2009; PAULILO, 1987).

Na análise percebeu-se esta diferenciação, onde normalmente as atividades relacionadas ao trabalho com o agrotóxico e as estufas esta direcionado ao sexo masculino, enquanto que as demais contam com a participação de mulheres e jovens e crianças

Quadro 7 – Sinais e sintomas identificados nos discursos relacionados aos agravos á saúde decorrentes dos riscos ocupacionais na fumicultura – Itaíba /Marmeleiro.

Sinais e sintomas identificados nos discursos
• Náuseas e vômito relacionado ao manejo com agrotóxico
• Dor epigástrica relacionado ao manejo com agrotóxico
• Vômito relacionado a colheita
• Náuseas relacionado a colheita
• insônia relacionado ao período da colheita
• insônia relacionado ao trabalho em galpão
• lombalgia
• Cefaléia relacionado ao período de aplicação de agrotóxico
• Cefaléia relacionado ao período de colheita
• Mal estar geral
• Estresse causado pela entrega do produto
• Estresse causado pela chuva devido ao atraso da colheita
• Inapetencia no manejo do agrotóxico
• Agitação durante o período de colheita

Fonte: pesquisa do autor

7.2 COMUNIDADE VOLTA GRANDE – IRATÍ - PR

Foram entrevistados nesta comunidade 10 moradores com idade mínima de 29 anos e máxima de 56, sendo 6 homens e 4 mulheres, como ilustrado na tabela (5) abaixo.

Tabela 5 - Indivíduos entrevistados segundo gênero e faixa etária em anos da Comunidade de Volta Grande

Tabela 5 Indivíduos entrevistados segundo gênero e faixa etária em anos da Comunidade de Volta Grande				
faixa	feminino	%	masculino	%
29 – 35	1	10	1	10
36 – 47	1	10	2	20
48 – 56	2	20	3	30
Total	4	40	6	60

Fonte: pesquisa do autor

Sendo 4 indivíduos do sexo feminino e 6 do sexo masculino. A prevalência maior de população no sexo feminino foi a faixa etária de 48 a 56 anos de idade com 2 indivíduos equivalente a 20% dos entrevistados e 3 do sexo masculino na faixa etária de 48 a 56 anos de idade o que equivale a 30% dos entrevistados, como ilustra a Tabela 5.

Com relação aos *dados sociodemográficos*, a **idade** dos indivíduos (ambos os sexos) que desenvolvem atividades na fumicultura variou 29 a 56 anos, sendo a média de 45,8 anos, apontando também para trabalhadores maduros, com vivências no mundo do trabalho rural.

O dado referente ao **sexo** demonstra o trabalho representativo de 40% dos indivíduos entrevistados do sexo feminino na atividade laboral da fumicultura e 60% de indivíduos do sexo masculino.

O tempo médio de trabalho na agricultura é de 36 anos e o tempo médio de trabalho na fumicultura é de 19 anos.

Dentre os 10 indivíduos entrevistados, 4 referiram não ser fumante e 6 referiram ser tabagistas.

Referente à **escolaridade** constatou-se a média de 4,5 anos de estudo dos indivíduos entrevistados.

Ao analisar o discurso dos fumicultores constatou-se que o risco é percebido, porém nem sempre relacionado ao trabalho. Os fatos são relatados de forma isolada, sem a reflexão do fumicultor sobre a sua origem e causalidade, os

riscos e sintomas são geralmente atribuídos a tarefas isoladas do seu cotidiano ou a fatores biológicos como, por exemplo, a idade.

“...faço tratamento de coluna. Tomo medicamentos direto, faz tempo. Tomo cálcio e medicamentos pra dor. Tenho desgaste da coluna, bico de papagaio e agora estou com um problema no pescoço...” F14

Quando questionado ao indivíduo sobre a percepção de riscos a saúde relacionados à sua atividade laboral na fumicultura:

“Ah! Não percebo muito risco...” F 14

“Tenho problema de hérnia de disco, de forçar, não sei. Uns falam que é de trabalhar na lavoura, mas outros trabalham em banco e tem problemas de hérnia de disco...” F15

Analisam isoladamente os riscos ocupacionais relacionando estes aos indivíduos e sua “resistência”, comparando diferenciadamente os riscos referentes ao trabalho no campo com os riscos na fumicultura, sendo que esta comunidade planta quase que exclusivamente o tabaco.

“Ah! Não percebo muito risco, usa-se bem menos agrotóxico do que antes...” F14

“Eu, para mim não faz mal nenhum, pior é para eles que faz mal. Pra mulher que passa mal na hora da colheita.” F12

“Comigo nunca aconteceu nada é só com ele que aconteceu umas quatro vezes.” F10 (pai referindo-se ao filho que trabalha junto)

“...Não é. Uma vez eu queimei o dedo...” F10 (refere-se sobre não haver dificuldade no manejo da estufa)

Referente aos aspectos da percepção de risco, ao analisar o discurso dos fumicultores da comunidade de Volta Grande, também se constatou que o risco é percebido, porém nem sempre relacionado ao trabalho. Os fatos são relatados de forma isolada, sem a reflexão do fumicultor sobre a sua origem e causalidade, os riscos e sintomas são geralmente atribuídos a tarefas isoladas do seu cotidiano ou a fatores biológicos, como podemos perceber nos seguintes relatos:

“Riscos tem vários, mas nos protegemos. O pior é o veneno. Usamos os EPI’s na época de passar veneno. Mascara, calça, camisa, tudo... Passamos 4 vezes o veneno de setembro a outubro. Passamos para o mato, depois para os bichos e depois que corta o cacho.” F9

“Eu, para mim não faz mal nenhum, pior é para eles que faz mal. Pra mulher que passa mal na hora da colheita.” F12

“qualquer coisa que vá desenvolver tem um risco, se não tomarmos cuidado, hoje que estamos novos e com saúde talvez não se note, mas daqui pra frente temos que tomar mais cuidado pra nada acontecer. Um dia comentei assim, que se tivessem a preocupação em produzir o alimento como estas firmas tem em produzir o tabaco, nossa, eu acho que vocês iriam comer uma comida bem mais saudável” F13

“Tenho problemas dos olhos, o medico vai marcar exame pra ver se queimou a córnea. Tem que fazer o exame pra ver se tem que operar.” F10 (referindo-se ao agrotóxico)

Dentre os discursos, chama a atenção o relato de uma fumicultora que refere-se ao marido, fumicultor a mais de 30 anos, onde relata que este é portador de deficiência visual devido uso de agrotóxico. Segundo a entrevistada o laudo médico descreve problemas relacionados a córnea e os agrotóxicos, relatando as aplicações constantes no cultivo do tabaco:

“Não, são vários tipos. Um é para bicho, outro pra matar o mato e outro pra matar o broto... passamos o veneno de 7 ou 8 vezes no canteiro. E mais umas 4 vezes na plantação” F10

Há uma complexidade indissolúvel e não elucidável, as mudanças de hábitos e comportamentos são necessárias para alcançar uma possibilidade de minimizar riscos já produzidos, o papel de responsabilidade da ciência e tecnologia é inegável e a democratização do uso do conhecimento a todos deveria ser uma meta na promoção da interação do conhecimento e a realidade empírica. Novos paradigmas do conhecimento emergem transgredindo a ciência dominante no mundo moderno, questionando as questões de verdades absolutas então produzidas.

Para Mendes (2007) as condições de risco existem e são mantidas porque o convívio frequente com elas, ao longo do tempo, incorpora-as a normalidade das tarefas laborais, entretanto as pessoas deveriam saber sobre as situações que constituem risco. Muitas vezes os trabalhadores envolvidos com as condições ou fatores de risco não tem a real percepção da existência dos mesmos ou não sabem que aquela situação constituiu risco potencial a integridade física ou mental dos trabalhadores.

Dentre os discursos um fumicultor evidenciou claramente a percepção sobre o risco:

“Tem bastante, plantamos o fumo porque ele dá um dinheiro a mais, porem ele é bem complicado, passamos mal na época da colheita.” F16

A percepção distorcida do risco ocupacional é preocupante quanto ao contexto da conscientização do uso de E.P.I.s, conforme Mauro (2008) o trabalhador não se protege das consequências da sua atividade laboral quando não esta consciente dos riscos ocupacionais a que está exposto.

Entretanto, quanto ao risco químico por agrotóxico, 80% dos indivíduos entrevistados relacionam este diretamente ao seu trabalho:

“Tem sim, os agrotóxicos.” F15 (referindo-se a pergunta sobre risco relacionado ao trabalho)

“... os venenos que acabamos usando sempre tem risco. Temos que estar tomando cuidado para diminuir pelo menos.” F12

“ Eu passo agrotóxico, sinto dor de cabeça as vezes, se o veneno for muito forte quase sempre sinto dor de cabeça. F10”

“Por que é muito agrotóxico, tem que ter muito cuidado com isso aqui” F16

Identificamos nos discursos a falta de acesso aos serviços de saúde, a dificuldade de acompanhamento e o descaso quanto aos problemas de saúde dos indivíduos da comunidade.

Segundo relato de um indivíduo do sexo feminino que desenvolveu câncer de pele, houve uma demora de 1 ano para conseguir consulta com especialista. Segundo esta fumicultora seu cadastro havia sido “perdido” e seu agendamento foi esquecido pelos profissionais que a atenderam, permaneceu assim um ano sem tratamento sendo portadora de melanoma. Dentre os entrevistados, seis referem fazer uso do Sistema Único de Saúde como primeira forma de atendimento e respectivamente sua família, quatro famílias referenciaram procurar por serviços de saúde particulares quando necessita de atendimento.

Quando questionado sobre qual o atendimento a saúde que procuravam quando necessário encontramos os seguintes relatos:

“Em Irati. Procuramos a secretaria. Mas não adiantam chegamos la tem que pegar ficha e as vezes o medico não atende. Fica mais fácil procurar uma farmácia. Pelo menos resolve o problema e viemos embora.” F9

“Clínica particular. Lá é um atendimento melhor, na hora que a gente precisa. O SUS nunca atende, precisamos uma vez para a Joice e o problema dela foi agravando aí procuramos a clínica particular. Na secretaria é só se for alguma coisa muito pequena.” F11

“Não. Pra ir no posto de Golçavez Junior tem que levantar as 4:00 horas pra conseguir a ficha, não tenho como perder um dia inteiro para ficar lá esperando.” F16

Ações como educação e saúde aumentam o potencial do indivíduo em aumentar sua renda, assim percebemos que o alcance das pessoas a meios e serviços é que realmente aumenta as chances de sair da pobreza como privação absoluta. A pobreza deve ser então entendida, segundo Sen, como a privação da vida que as pessoas podem realmente levar, o bem-estar e as liberdades que elas realmente têm, assim, percebemos nos discursos os impactos dos problemas do trabalho na agricultura e aqui em específico da fumicultura no desenvolvimento humano.

Dentre os sintomas relacionados à saúde relatados e aos riscos percebidos pelos indivíduos, percebeu-se uma relação direta com os agrotóxicos nos discursos. Porém, vale lembrar que o risco ocupacional na fumicultura não se dá apenas pelo agrotóxico, mas, também pela absorção da nicotina o que caracteriza uma doença ocupacional conhecida como a doença da folha verde do tabaco. Em todos os discursos foi encontrado dados referentes aos sintomas relacionados a esta doença ocupacional principalmente na fase da colheita do tabaco.

“Quando eu colhia, as vezes dava tontura. Quando não sabíamos que se tivesse orvalho teria que usar roupas próprias e nós não usávamos, então passávamos mal, depois que começamos a usar, não...” F15 (refere ser do agrotóxico)

“... é bem complicado, passamos mal na época da colheita... não dormimos bem a noite, não temos dores no corpo mas ficamos agitados, não conseguimos dormir. Pior quando dá vomito bastante.” F16

“Sim, da fumicultura o prejudicial mesmo é a colheita. Que vamos no molhado esteja chovendo ou não.” F16

Oliveira et al (2010) p. 2263) relata que a absorção dérmica da nicotina por agricultores que trabalham com o cultivo do tabaco provoca uma intoxicação aguda denominada doença da folha verde do tabaco.

Dentre os sintomas evidenciados, Heemann (2009) e Oliveira (2010) relatam que náuseas, vômito, dor de cabeça, tontura e sensação de fraqueza são evidenciados. O diagnóstico é baseado na história clínica de relato de sintomas,

exposição ao tabaco e elevados níveis de nicotina presentes no sangue, saliva ou urina.

“Ano passado já começou a me fazer mal o fumo, me da ânsia, dores de cabeça e não durmo de tipo nenhum. Fico agitado, sei lá se durmo, no outro dia amanheço sem sono, trabalho o dia inteiro de novo. Da tremedeira no corpo.” F17

A organização do trabalho refere-se a uma classificação de risco ocupacional relacionado ao estresse e a saúde mental do indivíduo, esse aspecto também é evidenciado no discurso dos indivíduos referentes a fumicultura, o fumicultor refere-se a contratos abusivos das empresas fumegeiras.

“É um roubo! Você trabalha o ano inteiro e daí com 5 minutos você perde a safra inteira, eles te tiram. O que é pra ser um preço eles pagam 40% a menos. Temos contrato, mas eles só querem que a gente cumpra pra entregar a quantia, mas não cumprem o preço. Alegam que não podem pagar mais. Se não ta bom leva embora. Ali que sobe a pressão, volto atacado dos nervos. Passa o ano e não conseguimos honrar os compromissos que temos e eles cada vez mais ricos.” F17

Na análise foi caracterizado e classificado os riscos ocupacionais a partir do discurso dos fumicultores, baseado nas categorias de riscos ocupacionais relacionados ao trabalho na agricultura segundo Heemann (2009) e Ministério do Trabalho - Norma Regulamentadora – NR 9 – Riscos ambientais – Brasil, (2001).

Quadro 8 - Classificação do Riscos Ocupacionais Identificados – Percepção de Risco – Volta Grande/Iratí

Risco	Situação de trabalho / Agravo a saúde
Físico	- Frio, vento, chuva e calor – “... Quando chove e daí sai o sol, e vem aquele bafo da terra, nesta noite eles não dormem bem ficam variando, mas se o tempo estiver bom não tem problema nenhum” F11 – refere insônia, cefaléia e estresse causado pelo atraso da colheita
Químico	- Aplicação agrotóxicos e absorção de nicotina – “... mesmo que passe com o trator, tem cheiro do veneno e acaba fazendo mal” F11 – Cefaléia, insônia. Colheita do fumo - refere passar mal com o fumo, sintomas: náuseas, vômito, tontura. F12 Refere sintomas intoxicação agrotóxico. F9 Refere sintomas por intoxicação nicotina na colheita. F9, F10, F11, F12, F16, F18.
Biológico	- Bactérias, vírus, fungos, ácaros, picadas de animais peçonhentos – “... As primeiras duas colheita e difícil de colher por que é muito próximo ao chão” F11
Organização do trabalho	- Relações de trabalho, precarização, sazonalidade da produção que impõem sobrecarga de trabalho – Insônia, Cefaléia. - referencia a distúrbios do sono nos discursos

Ergonômico	- Fatores fisiológicos e/ou psicológicos inerentes à execução da atividade, utilização de ferramentas inadequadas; más condições de conservação das ferramentas, longas jornadas de trabalho, esforço físico intenso, levantamento e transporte manual de peso, exigência de posturas inadequadas, trabalho em turno e noturno, outras situações causadoras de estresse físico e/ou psíquico. "... é arriscado e ainda em baixo tinha aqueles canos eu eles colocam eles ficam a cavalo em cima das varas e haja força para pendurar tudo" F11- estresse, insônia, DORTs.
Físico	- Calor – "... Trabalhamos cerca de 12hs de baixo de sol forte" F12 – insolação, desidratação. - Refere trabalhar com sol e chuva. F9
Químico	- Agentes químicos diversos, fertilizantes e adubos, agrotóxicos, na forma de gases, poeiras, névoas. "... Sempre tem, os venenos que acabamos usando sempre tem risco, temos eu estar tomando cuidado para diminuir pelo menos". F12
Biológico	- Bactérias, vírus, fungos, ácaros, picadas de animais peçonhentos – "... minha mulher passa mal na hora da colheita, ela sente tontura e vômito" F12 – Emêse, Vertigem, Insônia.
Mecânico	- Ferramentas manuais cortantes, pesadas e pontiagudas – "... Cortamos folha por folha e trazemos no trato para levar ate a estufa" F12- Acidente de trabalho, estresse e DORTs. - Refere queimadura na estufa; - Refere acidente com animal peçonhento. F 9
Organização do trabalho	- Relações de trabalho, precarização, sazonalidade da produção que impõem sobrecarga de trabalho – "... trabalhamos 12 horas em baixo do sol" F12 – Estresse, Acidente de trabalho Refere estresse relacionado aos contratos com empresas fumegeiras F12
Ergonômico	- Fatores fisiológicos e/ou psicológicos inerentes à execução da atividade - Más condições de conservação das ferramentas, longas jornadas de trabalho, esforço físico intenso, levantamento e transporte manual de peso, exigência de posturas inadequadas, trabalho em turno e noturno, monotonia e repetitividade, outras situações causadoras de estresse físico e/ou psíquico – "... a lenha é eu que corto e empilho" F12 - Lombalgia, Dorts, Acidente de trabalho, - Refere carga horária excessiva. - Desgaste físico "na época de colheita tenho que carregar o saco de adubo nas costas, pois tem lugares que o trator não vai". F9

Fonte: pesquisa do autor

Quando analisamos os sinais e sintomas relatados pelos fumicultores nos discursos percebemos a ligação direta com o processo de trabalho. Assim identificamos agravos à saúde decorrentes de sua atividade laboral. Os sintomas em maior evidência são os relacionados a etapa da colheita do tabaco. É evidenciado

sintomas da doença ocupacional da folha verde do tabaco a partir da constatação dos sintomas descritos pelos indivíduos. Vale lembrar que o diagnóstico final desta doença ocupacional requer também exames para dosagem de cotinina.

Referente ao uso de agrotóxico vale lembra que, o contato direto com este produto pode provocar irritação da conjuntiva, das pálpebras e ulceração da córnea, com risco de perda da visão devido à ação nociva da poeira do produto. Podem provocar ainda dermatites de contato irritativas e dermatites alérgicas, sintomas também evidenciados nos discursos.

Quadro 9 – Sinais e sintomas identificados nos discursos relacionados aos agravos á saúde decorrentes dos riscos ocupacionais na fumicultura – Volta Grande / Iratí.

Sinais e sintomas identificados nos discursos
• Insônia relacionado ao trabalho na estufa
• Insônia relacionado ao período de colheita
• Dispnéia
• Lombalgia
• Dor em membros inferiores
• Náuseas relacionado a colheita
• Vômito relacionado a colheita
• Tremores em MMSS a colheita
• Cefaléia relacionado ao período de aplicação de agrotóxico
• Cefaléia relacionado ao período de colheita
• Dificuldade visual
• Deficiência visual progressiva
• Queimaduras causadas pelo sol
• Estresse causado pela chuva devido ao atraso da colheita
• Agitação durante o período de colheita
• Alergia no manejo do agrotóxico
• Dermatite no manejo do agrotóxico

Fonte: pesquisa do autor

O sistema produtivo nesta comunidade trabalha com o tabaco tipo Virgínea, neste sistema de produção é necessário o uso de estufa para secagem da colheita. Porém este é um item que aumenta os riscos relacionados ao trabalho. O trabalho com a estufa incide em trabalho noturno, distúrbios do sono, risco de acidentes como queimaduras, exposição do trabalhador a ambientes precários para manutenção da temperatura constante da estufa.

A manutenção da temperatura da estufa é a lenha. A produção desta lenha é realizada pelo fumicultor no período que antecede a colheita. A estufa deve permanecer uma média de 90 dias para secagem de todo o tabaco produzido. Neste período um trabalhador repousa geralmente próximo a estufa e a cada 2 horas é acionado um alarme para reposição da lenha e manutenção da temperatura.

“Tem que ficar cuidando, Meu marido é quem cuida. Tem que ficar cuidando de hora em hora inclusive à noite. Começa a colheita vamos dizer assim 15 de dezembro e vai até 15 de março, são 3 meses que temos que cuidar de hora em hora enquanto fica acesa.” F16

Quando questionado ao fumicultor sobre como dormia neste período o mesmo relatou.

“Bem desgastante. Estamos fazendo plano de mais 1 ou 2 anos nós para com o fumo.” F16

A Convenção Quadro para o controle do tabaco, não apenas pelo objetivo de reduzir o consumo do tabaco a nível mundial por levar em consideração todos os efeitos nocivos a saúde, mas também por considerar a produção de tabaco um trabalho cercado de riscos e ainda com a presença de uma doença ocupacional específica enfatiza no artigo 17. Propõem a diversificação aos produtores de tabaco como estratégia de alternativa à cultura do tabaco como instrumento de enfrentamento e sobrevivência futura frente medidas que serão adotadas gradativamente, referentes às restrições de consumo.

Mediante o estudo percebemos que tal medida é favorável não apenas por alternativas a cultura do tabaco frente a uma restrição relacionada ao consumo, mas também por constatarmos a fumicultura como um trabalho cercado de riscos ao trabalhador.

Referente ainda a fase da produção relacionada ao consumo de lenha, essencial para manter a temperatura, no período que antecede a colheita o fumicultor já deve fazer todo o corte da lenha. O seguinte discurso demonstra a exaustiva jornada de trabalho que se segue ao fumicultor.

“Nós fazemos o corte da lenha. Eu corto a bracinga em metro já. Levo uns 15 dias cortando lenha. Trabalhamos o ano inteiro. E na colheita não tem natal, ano novo, sábado, domingo trabalhamos até no dia de chuva. Nunca saímos de casa. Não tem como, tem que trabalhar e trabalhar...” F17

Sobre a diferenciação do trabalho, o ciclo produtivo do tabaco apresenta uma diferenciação entre o trabalho de homens e mulheres, as mulheres e crianças maiores participam de quase todas as atividades, inclusive da derrubada da lenha, necessária para manutenção das estufas durante a secagem. Arar, manutenção temperatura constante na estufa a noite e passar veneno nas plantas são, em geral, atividades consideradas masculinas. Ainda nos serviços, como amarrar as folhas, classificá-las e fazer os pequenos molhos encontram-se a presença das mulheres, crianças e idosos. (HEEMANN, 2009; PAULILO, 1987).

Na análise percebeu-se esta diferenciação, onde normalmente as atividades relacionadas ao trabalho com o agrotóxico e as estufas esta direcionado ao sexo masculino, enquanto que as demais contam com a participação de mulheres e jovens.

7.3 COMPARAÇÃO ENTRE OS RISCOS

Na diferenciação do trabalho, constatou-se que na comunidade de Volta Grande as atividades relacionadas ao trabalho com o agrotóxico e as estufas esta direcionado ao sexo masculino, o mesmo ocorre em Itaíba na atividade com agrotóxico, nas demais fases percebemos que em Volta Grande há uma dificuldade maior das mulheres e jovens auxiliarem na colheita. Esta fase demonstra riscos muito maiores relacionados aos sintomas de intoxicações relatadas do que nesta fase na comunidade de Itaíba, onde as mulheres têm maior participação. Na comunidade de Itaíba, entretanto constatou-se a presença de crianças em algumas fases do processo produtivo, principalmente naquelas relacionadas a classificação do tabaco.

Ambas as formas de colheita apresentam o risco de intoxicação por nicotina, porém na comunidade de Volta Grande os sintomas apresentam-se com maior intensidade, indicando uma intoxicação aguda mais severa. Enquanto que na comunidade de Itaíba também se constata sintomas referentes à intoxicação, mas de forma menos aguda devido o contato diferenciado com as folhas do tabaco. A forma de colheita no tabaco tipo Burley em Itaíba tem a participação mais ativa de mulheres, já o do tabaco tipo Virgínea, muitas mulheres se afastaram devido não tolerarem os sintomas relacionados à absorção de nicotina.

Ainda relacionado à forma de colheita, referente ao tabaco tipo Virgínea na comunidade de Volta Grande, o risco ergonômico apresenta-se maior. As folhas são cortadas uma a uma a partir da base da planta do tabaco para cima. As queixas referentes à dor lombar e problemas relacionados a hérnia de disco já diagnosticado segundo relato dos indivíduos é presente na maioria dos discursos.

Após a colheita, no trabalho com o tabaco no galpão a comunidade de Itaíba apresenta risco grande para acidente de trabalho relacionado a queda e ergonomia, a altura que o tabaco deve ser elevado para a secagem e as instalações precárias dificultam o trabalho do fumicultor.

Ao analisarmos um contexto geral, o cultivo do tabaco tipo Virgínea incide em maiores riscos ocupacionais, bem como em trabalho noturno.

A questão da produção da lenha, também uma atividade com riscos de acidentes incide na questão ambiental e o desmatamento, bem como, a poluição na queima da lenha.

A forma de colheita e a atividade laboral da estufa torna o cultivo do tabaco tipo Virgínea (na comunidade de Volta Grande) uma atividade laboral de maior risco do que o cultivo do tabaco Burley (na comunidade de Itaíba).

A carga horária de trabalho é intensa nas duas comunidades, principalmente no período da colheita, porém, no cultivo do tabaco tipo Virgínea o trabalho com a estufa ocupa 90 dias para secagem e resulta numa maior carga horária de trabalho maior na comunidade de Volta Grande.

Os dois sistemas produtivos em comparação apresentam riscos ocupacionais elevados, dentre esses os riscos químicos relacionados a intoxicação as duas comunidades relatam e percebem, mesmo que, em muitos discursos, não relacionado ao trabalho.

Ações de promoção e prevenção a saúde não são relatadas nem percebidas nos discursos, a dificuldade de acesso a saúde é presente em ambas as comunidades, onde os fumicultores acabam por procurar assistência particular quando necessitam com urgência de um atendimento. Porém a comunidade de Volta Grande demonstra nos discursos uma problemática maior relacionada ao acesso à saúde.

Dentre os diversos relatos de sinais de intoxicação nas fases do manejo do agrotóxico e na colheita do tabaco não ocorreu o contato com um profissional de saúde apenas 1 vez dentre os 18 discursos. Não houve o relato de notificação nem

acompanhamento pela Vigilância Epidemiológica das possíveis reações relacionadas à intoxicação.

Vale ressaltar, por fim, que o risco que os agrotóxicos representam deve ser analisado sob uma dimensão social e ambiental, visto que a contaminação do solo, de rios e alimentos também incide na saúde dos indivíduos e na preservação do meio ambiente (PERES et al, 2005).

Referente a saúde do trabalhador a legislação demanda um conjunto de dispositivos que contemplam aspectos mais amplos relativos a saúde dos trabalhadores proporcionando subsídios para que os ambientes de trabalho minimizem os riscos e comprometimentos a saúde.

Entretanto percebemos a falta de comprometimento das empresas, empregadoras ou equiparado, com a saúde do trabalhador no contexto da fumicultura. Mediante a NR 31, informar aos trabalhadores dos riscos decorrentes do trabalho e as medidas de proteção, o acompanhamento a saúde, avaliações ambientais nos locais de trabalho é de competência deste empregador ou equiparado.

Assim, a atenção a saúde dos fumicultores, com todas as suas especificidades de condições de vida, dispersão e heterogeneidade requerem ações de fiscalização das condições e do ambiente de trabalho e a vigilância em saúde. O que requer uma atuação e fiscalização de órgãos públicos competentes, profissionais capacitados para ações em saúde no meio rural buscando a promoção da qualidade de vida e de trabalho a esta categoria (Heemann, 2009).

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

“O fumo você sabe é uma corrente, do começo ao fim é tudo risco para a saúde” F1.

Este estudo buscou no trabalhador o “conhecer” do risco na fumicultura, e nesta corrente a que o próprio trabalhador se refere ele configura-se como o elo mais frágil.

O ciclo produtivo do tabaco demonstra-se intenso e sistemático, o processo tem início com a produção das mudas e o término com a colheita e secagem. Tais fases se estendem ao longo do ano, após esta fase inicial o fumicultor inicia o processo de preparar o tabaco para a venda (processos de secagem, pré-classificação e enfardamento). Ao término deste processo o fumicultor deve organizar-se para a próxima safra, preparando a lenha, instalações e o preparo da terra para início de um novo ciclo produtivo.

Assim, evidenciamos uma intensa atividade laboral que envolve toda a família relatada como um trabalho extremamente desgastante.

Os impactos da fumicultura estão além do risco ocupacional, visto que, os discursos dos trabalhadores apontam também para questões relacionadas ao desenvolvimento humano. Os problemas relacionados ao acesso a saúde e educação são evidenciados nas comunidades em estudo, com relevância na comunidade de Volta Grande em Irati.

A partir do objetivo deste estudo de conhecer a percepção dos riscos ocupacionais dos fumicultores nas comunidades de Itaíba (Marmeleiro) e Volta Grande (Irati), constatou-se que estes demonstram perceber o risco, porém, nem sempre relacionado ao trabalho. Os fatos são relatados de forma isolada, sem a reflexão do fumicultor sobre a causalidade, os riscos e sintomas são geralmente atribuídos a tarefas isoladas do seu cotidiano ou a fatores biológicos.

Assim, as condições de risco existem e são mantidas porque o convívio frequente com elas, ao longo do tempo, incorpora-as a normalidade das tarefas laborais, entretanto, os indivíduos deveriam ser informados sobre as situações que constituem risco. Os fumicultores envolvidos com as condições ou fatores de risco não têm a real percepção da existência dos mesmos ou não sabem que aquela

situação constituiu risco potencial a integridade física ou mental relacionado à sua atividade laboral.

Percebe-se que a responsabilidade das contaminações por agrotóxicos, a exposição aos riscos e o desenvolvimento de doenças relacionadas ao trabalho, no sistema da fumicultura, é atribuída ao próprio fumicultor pela utilização inadequada ou falta de proteção no uso de EPIs, responsabilidade esta cabível as empresas e ao próprio Estado através da inexistência de ações relacionadas à Saúde do Trabalhador e da Vigilância em Saúde.

Na comparação dos riscos entre a comunidade de Itaíba (fumo do tipo Burley) e da comunidade de Volta Grande (fumo do tipo Virgínea) existe uma equidade entre a maioria dos riscos, porém, no sistema produtivo do tipo Virgínea existe um maior comprometimento da saúde do trabalhador devido a forma de colheita do tabaco (relato mais incidente de sintomas relacionados a intoxicação por nicotina) e ao trabalho noturno obrigatório na estufa.

A saúde das famílias de fumicultores é sistematicamente agredida e submetida a riscos constantes em função do cultivo do tabaco. As condições de risco incluem: o uso de agrotóxicos, o contato direto com a planta úmida do tabaco provocando sintomas relacionados à doença da folha verde do tabaco, a carga horária excessiva de trabalho, os riscos físicos e biológicos que estão expostos no trabalho no campo e a questão ergonômica percebida pelos discursos relacionados a doenças osteomusculares relatadas. Entretanto, apesar do quadro crítico que permeia os fumicultores no sistema produtivo do tabaco, observa-se a inexistência de preocupação pública com a saúde deste grupo de trabalhadores. Considerando ainda o Brasil como primeiro exportador mundial de tabaco e segundo produtor mundial, as políticas que visam restringir o consumo influenciam diretamente no setor produtivo, assim a Convenção Quadro ainda constitui-se a única forma de apoio a estas famílias que muitas vezes dependem da fumicultura como única fonte de renda.

A cadeia produtiva do tabaco demonstra uma complexa rede que envolve e compromete os fumicultores, especialmente no que diz respeito ao seu futuro, nesse contexto a CQCT assume uma expressiva relevância especialmente por estabelecer como medidas principais a proteção aos produtores de tabaco, através da promoção de alternativas economicamente viáveis para os trabalhadores e produtores de tabaco.

Os resultados encontrados demonstram a necessidade de estudos sobre o tema, propiciando melhores condições na formulação de estratégias e instrumentos para promoção a saúde destes trabalhadores, considerando as particularidades desse grupo e sua representatividade no cenário nacional.

Percebemos nos discursos dos fumicultores a ineficiência do sistema de vigilância e notificação relacionado às intoxicações presentes e constantes na fumicultura, tanto relacionadas ao agrotóxico como a nicotina.

Os sinais e sintomas relatados pelos fumicultores nos discursos tem relação direta com o processo de trabalho. Assim identificamos agravos à saúde decorrentes de sua atividade laboral. Os sintomas em maior evidência são os relacionados à etapa da colheita do tabaco, na qual se configuram os relacionados à intoxicações por agrotóxico e nicotina. Os sintomas relacionados a intoxicação por nicotina, evidenciados na fase da colheita apontam para a doença ocupacional específica da fumicultura: A Doença da Folha Verde do Tabaco.

Nesta fase de intenso trabalho os sintomas descritos são de insônia, dispneia, náuseas, vômito, cefaleia e agitação. A partir desta descrição inicial de suas dificuldades no cotidiano laboral refletimos sobre os riscos a que estão expostos diariamente e sua situação de saúde para concluir sua jornada de trabalho.

Porém, vale lembrar que entre os sintomas presentes não estão apenas os relacionados às intoxicações, mas também a ergonomia, mecânicos, biológicos, físicos, configurando um cenário de risco a saúde do trabalhador.

Assim, a atenção a saúde dos fumicultores, com todas as suas especificidades de condições de vida, requerem ações de fiscalização das condições e do ambiente de trabalho e a vigilância em saúde.

Consideramos a relevância da atuação e fiscalização de órgãos públicos competentes e a necessidade de profissionais capacitados para ações em saúde no meio rural a partir do entendimento de que o trabalho é um direito fundamental do ser humano e que a saúde dos trabalhadores é um bem social, garantido pelo estado, onde deveria existir ações preventivas e curativas que assistam a este indivíduo em seu contexto laboral.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, A. M. O. **A pesquisa em representações sociais: proposições teórico-metodológicas.** In: SANTOS, M. F. S.; ALMEIDA, L. M. (org). Diálogos coma teoria das representações sociais. Recife: UFPE, 2005, p. 117-160.

AREZES, P. M. F. M. **Percepção do Risco de Exposição Ocupacional ao Ruído.** Tese de doutorado. Escola de Engenharia da Universidade do Minho, 2002.

BANCO MUNDIAL. **Desenvolvimento e redução da pobreza: reflexão e perspectiva. Preparado para as reuniões anuais de 2004 do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional.** Outubro de 2004. Disponível em: <http://www.Bancomundial.org>>. Acesso em 30 mai. 2011.

BANCO MUNDIAL. **Relatório anual de 2010.** Disponível em: http://siteresources.worldbank.org/ANGOLAEXTN/Resources/jdw_bourguignon_portuguese.pdf>. Acesso em: 30 mai. 2011

BECK, U; GUIDDENS, A. **Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna.** São Paulo, Editora: Universidade Estadual Paulista, 1997.

BONATO, A.; ZOTTI, C. F., DE ANGELIS, T. **Tabaco - Da Produção ao Consumo – Uma Cadeia da Dependência.** Curitiba: Health Bridge, 2010.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Constituição Federativa de 1988.** Brasília, 1991.

BRASIL. Ministério da Saúde. Organização Pan-Americana da Saúde no Brasil. **Doenças relacionadas ao trabalho: manual de procedimentos para os serviços** de saúde. Brasília (DF): OPAS/OMS, 2001.

BRASIL - Ministério do Trabalho. **Norma regulamentadora 9: riscos ambientais**. Programa de prevenção de riscos ambientais. Portaria Nº25 de 29 de dezembro de 1994. Disponível em: <http://www.ifi.unicamp.br/~jalfredo>>. Acesso em: 20 mai. 2012.

BRASIL. **Portaria n. 86 de 03 de março de 2005**. Ministério do Trabalho e Emprego. Disponível em: portal.mte.gov.br/data/files/.../p_20050303_86.pdf>. Acesso em: 20 mai. 2012.

BRASIL, M. V. B.; STEFFENS, F.; LORENZO, D. O perfil do acidentado com material biológico no Hospital de Pronto Socorro. **Rev. Hosp. Pronto Socorro**, v. 47, n.1, p. 26-33, 2001.

BRUSEKE, F. J. **A técnica e os riscos da modernidade**. Florianópolis. Editora: UFSC, 2001.

BRUSEKE, F. J. **Risco e Contingência**. **Sociedade e Prints**, v.1, n.2, p.35-48, jul-dez. 2005.

CASTRO, M. R de; FARIAS, S. N, P de. **A produção científica sobre riscos ocupacionais que estão expostos os trabalhadores de enfermagem**. Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-81452008000200026&lng=pt&nrm=iso&tIng=pt>. Acesso em: 18 mai. 2011.

CAZELLA, A.; BONNAL, P.; MALUF, R. S. **Agricultura familiar: multifuncionalidade e desenvolvimento territorial**. Rio de Janeiro: Mauad, 2009.

CRESPO, A. P. A. **A pobreza como um fenômeno Multidimensional**. RAE eletrônica, São Paulo, v. 1, n.2, jul-dez. 2002. Disponível em: <http://www.rae.com.br/eletronica/index.cfm?FuseAction+Artigo&ID=117&Seção=Pública&Volume=1&Numero=2&Ano=2002>>. Acesso em: 28 mai. 2011.

DEJOURS, C. **A banalização da injustiça social**. Rio de Janeiro, Editora: FGV. 2001.

DEJOURS, C. **A Loucura do trabalho**. São Paulo: Oboré; 1987.

DESER (Departamento de estudos Sócio-econômicos Rurais). **Tabaco: da produção ao consumo: uma cadeia da dependência**. 2010.

DOU – DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO. **Norma Regulamentadora 31 – Segurança e Saúde no Trabalho na Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Exploração Florestal e Aquicultura**. Disponível em: portal.mte.gov.br/data/files/.../p_20050303_86.pdf. Acesso em: 20 mai. 2012.

FICHER, D.; GUIMARÃES L.B.M. **PERCEPÇÃO DE RISCO E PERIGO: UM ESTUDO QUALITATIVO**. VI Congresso Latino-Americano de Ergonomia. Recife - 2002. Disponível em: <http://www.producao.ufrgs.br/arquivos/arquivos/045.pdf> Acesso em 12 dez 2012.

FONSECA, M. G.U. **Percepção de risco: maneiras de pensar e agir no manejo de agrotóxicos**. Ciência & Saúde Coletiva, 2007.

GIL, Antônio. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GUANZIROLI, C. **Agricultura Familiar e o Novo Mundo Rural**. Sociologias, Porto Alegre, ano 5, nº 10, jul/dez 2003, p. 312-347.

GUIDDENS, A. Introdução. In: **As conseqüências da modernidade**. São Paulo, Editora: Unesp. 1991. p. 11-60.

HERÉDIA, V. B. M.; WAGNER, I.; TONIAZZI, E. ; ORLANDI, R. M. ; SKREBSKI, M. L. . **Abordagem antropológica sobre Karl Marx**. In: Luis Antonio

De Boni. (Org.). Antropologia Filosófica. 1ed. Porto Alegre/Caxias do Sul: EST/EDUCS, 1976, v. 1, p. 65-75.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa agrícola municipal**. Disponível em: http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/acer/acer_vo2.asp?e=v&p=PA&z=t&o=11>. Acesso em: 12 jun. 2011.

KAUTSKY, K. **A questão agrária**. Rio de Janeiro, Editora Laemmert, 1968.

KUHN, D.D. **Pobreza no Rio Grande do Sul: a heterogeneidade revelada pela abordagem das capacitações nos municípios gaúchos**. Teoria e Evidência Econômica, vol.14, nº 26, pp.113-134, 2006.

LAMARCHE, H. **A agricultura familiar: Comparação Internacional**. São Paulo, Editora: UNICAMP, 1993.

LEFF, E. **Complejidad, racionalidad ambiental y diálogo de saberes: hacia una pedagogía ambiental**. Desenvolvimento e Meio Ambiente, n.16, p.11-19, Editora: UFPR, jul-dez. 2007.

LEOPARDI, M. T. **Metodologia da pesquisa na saúde**. Santa Maria (RS): Pallotti, 2001.

LIMA, R. G. de. **Desenvolvimento técnico-produtivo da lavoura de tabaco na Bacia Hidrográfica do Rio Pardinho/RS**. In: ETGES, V. F.; FERREIRA, M. A. F. (Org.). A produção de tabaco: Impactos no ecossistema e na saúde humana na região de Santa Cruz do Sul/RS. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006.

MARX, K. Posfácio. (reproduzido). **Contribuição à crítica da economia política**. trad. Por Florestan Fernandes. São Paulo: Flama, 1946. In: IANNI, Octávio. KARL MARX: *sociologia*. São Paulo: Ática, 1979. p.62-5.

MAURO, M. Y. C. **Riscos ocupacionais em saúde**. Revista Enfermagem Científica 1991; 3 (1): 23-28.

MAURO, M.Y.C., VEIGA A.R. **Problemas de saúde e riscos ocupacionais: percepções dos trabalhadores de enfermagem de unidade materna infantil**. R Enferm UERJ, Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <http://www.facenf.uerj.br/v16n1/v16n1a10.pdf>. Acesso em 12 ago 2012.

MENDES, R. **Patologia do Trabalho**. 2 ed. São Paulo: Editora Atheneu, 2005.

MINAYO, M. C. S. **O conceito de representações sociais dentro da sociologia clássica**. In: GUARESCHI, P.; JOVCHELOVITCH, S. (Org). Textos em representações sociais. 10. Ed. Petrópolis: Vozes, 2008, p. 89-111.

OMS - ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. **Convenção-Quadro para Controle do Tabaco**. Promulgação no Brasil. Decreto nº 5.658, de 2 de janeiro de 2006. Disponível em: http://www2.mre.gov.br/dai/m_5658_2006.htm. Acesso em: 12 jun. 2011.

PAULILO, M. I. S.. **O peso do trabalho leve**. Revista Ciência Hoje, Departamento de Ciências Sociais UFSC, nº 28, 1987.

PAZ, A. F. **Relação entre fatores de risco no ambiente hospitalar e a saúde dos trabalhadores de enfermagem**. Rio de Janeiro, 2009. Dissertação (mestrado em Enfermagem) Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Disponível em <http://bases.bireme.br/cgi-bin/wxislind.exe/iah/online/?IsisScriptiah/iah.xis&src=google&base=BDENF&lang=p&nextAction=lnk&exprSearch=18033&indexSearch=ID> Acesso em 15 nov 2012.

PERES, F.; ROZEMBERGB.; LUCCA S. R. **Percepção de riscos no trabalho rural em uma região agrícola do Estado do Rio de Janeiro, Brasil:**

agrotóxicos, saúde e ambiente. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 21(6):1836-1844, 2005

PERONDI, M. A. **A Fumicultura no Brasil e a Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco**, 2007.

SARQUIS, L. M. M.; Cruz, E. B. S., HAUSMANN, M.; FELLI, V. E. A.; PEDUZZI, M. **Uma reflexão sobre a saúde do trabalhador de enfermagem e os avanços da legislação trabalhista**. CogitareEnfermagem. 2004.

SCHNEIDER, S. **A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

SEN, A. K. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras [Cap. 1, A perspectiva da liberdade, Cap. 2, Os fins e os meios do desenvolvimento, Cap. 4, Pobreza como privação de capacidades]. 2000.

SEN, A. K. **Desenvolvimento como Liberdade**. 5. reimp. Tradução Laura Teixeira Motta. Revisão técnica Ricardo Donimelli Mendes. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SEN, A. K. **Desigualdade Reexaminada**. Tradução Ricardo Donimelli Mendes. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SEN, A. K. **Pobreza e Fomes: um ensaio sobre direitos e privações**. Terramar, (edição original: 1981) [Cap. 2 e 4, Conceitos de pobreza e Carência alimentar e fomes]. 1999.

SILVA, R. C. G.; FELLI, V. E. A. **Um estudo comparativo sobre a identificação dos riscos ocupacionais por trabalhadores de enfermagem de duas unidades básicas de saúde do município de São Paulo**. Universidade de São Paulo, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/reeusp/v36n1/v36n1a03.pdf>. Acesso em 20 set 2012.

STEFFEN, M. **Respostas Públicas, Sucesso e Fracasso no Gerenciamento de Riscos.** In: ANONI, M; FERREIRA, A. D. D; GILBERT, C. (orgs.). Desenvolvimento e Meio Ambiente: Riscos Coletivos – ambiente e saúde. Curitiba, Editora: UFPR, n. 5, 2002.

USDA – Departamento de Agricultura dos Estados Unidos. **World Markets and Trade.** Disponível em: <www.fas.usda.gov/psd.> Acesso em 20 set 2010.

VOGT, O. P. **A produção de fumo em Santa Cruz do Sul, RS: 1849-1993.** Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1997.

WANDERLEY, M. N. B. **Em busca da Modernidade social:** uma homenagem a Alexander V. Chayanov. In FERREIRA, A. D. D.; BANDENBURG, A. Para Pensar outra Agricultura. Curitiba: Editora UFPR, 1999. p.29-49.

WANDERLEY, M. N. B. **Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro.** 1996.

WEID, J. E. da. **O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento.** Brasília: Convênio FIPE-IICA (MDA/CNDRS/NEAD), 2001.

WIEDEMANN, P. M. **Introduction risk perception and risk communication.** Jülich: Programme Group Humans; Environment, Technology (MUT), Research Centre Jülich; 1993.

YAMADA, R. S. **Saúde e qualidade de vida: um estudo comparativo em duas comunidades rurais no Estado do Paraná.** Dissertação. (Mestrado em Desenvolvimento Regional) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Pato Branco, 2012.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Roteiro de Entrevista (Dados sócio-demográficos)



Ministério da Educação

Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Campus Pato Branco

Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento

Regional

 ROTEIRO DE ENTREVISTA
I. DADOS SÓCIO-DEMOGRÁFICOS

A. Sexo: Feminino () Masculino ()

B. Idade: _____

C. Tempo de trabalho na agricultura (em anos): _____

D. Tempo de trabalho na fumiicultura (em anos): _____

E. Possui outras atividades laboral (além da fumiicultura):

() Não () Sim, Quais?

F. Realiza outra forma de cultivo além do tabaco?

() Não () Sim, Quais?

G. Estado Civil

() com companheiro (a) () sem companheiro (a)

H. Possui filhos:

() Não () Sim, Quais?

() Auxiliam na agricultura () Não
() Sim, Quantos?

I. É tabagista ou ex-tabagista (quanto tempo)? _____

APÊNDICE B – Roteiro para entrevista semi-estruturada



Ministério da Educação
Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Campus Pato Branco
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento
Regional

II. ROTEIRO PARA ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA

1. O que o senhor (a) identifica / reconhece como um risco à saúde?
2. Você percebe algum risco relacionado ao seu trabalho no cultivo do tabaco?
Quais?
3. Quais as pessoas que colaboram com você no cultivo / produção do tabaco?
Essas pessoas estão expostas a algum risco? Quais?
4. Você possui algum problema de saúde? Qual? Você acredita que tem relação com o seu trabalho?
5. Você possui algum sintoma / queixa? Esta relacionado com o seu trabalho?
6. O que você faz para não ter ou diminuir os riscos à saúde na fumicultura?
7. Você gostaria de comentar alguma coisa que possa contribuir com a pesquisa?

APÊNDICE C – Termo de consentimento livre e esclarecido



Ministério da Educação
Universidade Tecnológica Federal do Paraná
 Campus Pato Branco
 Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento
 Regional

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, _____, confirmo que recebi as informações necessárias para entender porque e como este estudo está sendo feito. A pesquisadora se comprometeu a manter o meu anonimato. Compreendi que:

→ não sou obrigado/a participar desta pesquisa e minha escolha será respeitada. Se eu quiser desistir, em qualquer momento da pesquisa, minha vontade será respeitada;

→ este estudo tem como objetivo compreender o meu trabalho na Atenção Básica.

→ se eu permitir, a conversa será gravada, gravador digital, para que a pesquisadora possa me oferecer maior atenção, não tendo que anotar tudo que for dito. As falas serão digitadas (transcritas) e as gravações digitais serão guardadas por 5 anos, por determinação das normas de pesquisa. Somente a pesquisadora do estudo e sua orientadora terão acesso às gravações.

→ a conversa pode envolver meus sentimentos, ao falar do que já vivenciei no processo de trabalho.

→ ao fim desta pesquisa, os resultados do estudo deverão ser divulgados e publicados.

→ na divulgação desses resultados, o meu nome não aparecerá: receberá um codinome da minha preferência. Minha identidade ficará protegida;

→ se eu tiver dúvidas sobre este estudo, poderei telefonar para (46) 99118894.

Aceito participar deste estudo e autorizo a publicação das informações por mim fornecidas para a pesquisadora _____, _____, _____ de 2011.

Assinatura do depoente

.....
 Mestranda Marcia Domênica Cunico Recuero

.....
 Prof. Dr. Miguel Angelo Perondi